

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - Nº 077

SEXTA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 1997

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

<p>MESA Presidente Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo – PSDB – RN</p> <p>2º Vice-Presidente Júnia Marise – Bloco – MG</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio – PFL – TO</p> <p>3º Secretário Flaviano Melo – PMDB – AC</p> <p>4º Secretário Lucídio Portella – PPB – PI</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1ª – Emília Fernandes – PTB – RS 2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS 3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE 4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 2-4-97) Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 2-4-97) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Omelas – PFL – BA Emília Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – Bloco – DF</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Vilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Peres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líderes Sebastião Rocha Antônio Carlos Valadares Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder Regina Assumpção</p>
---	--	--

EXPEDIENTE		
<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – RESOLUÇÃO

Nº 38, de 1997, que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US\$42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares norte-americanos), destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará – Proares e a conceder contragarantia ao mesmo financiamento.....	09234
---	-------

2 – ATA DA 55ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 8 DE MAIO DE 1997.

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1997 (nº 2.859/97, na Casa de origem), que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis.....	09235
---	-------

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1997 (nº 2.314/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação a dispositivos dos Decretos-Leis nºs 1.001 e 1.002, ambos de 21 de outubro de 1969, e dá outras providências.....	09236
---	-------

2.2.2 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 15, de 1997, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 18 da Constituição Federal.....	09239
---	-------

Nº 16, de 1997, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, que dá nova redação ao art. 132 da Constituição Federal.....	09239
---	-------

2.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 85, de 1997, de autoria da Senadora Emília Fernandes, que acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV.....	09240
---	-------

Projeto de Lei do Senado nº 86, de 1997, de autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima, que	
--	--

dispõe sobre a apresentação e a publicação de Estudos de Viabilidade Municipal nos procedimentos de criação, incorporação, fusão ou desmembramento de municípios, conforme determina o § 4º do art. 18 da Constituição Federal.....	09242
---	-------

2.2.4 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1995 (nº 2.560/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a apresentação de receituário agrônomo para obtenção de financiamento agrícola e dá outras providências.....	09243
---	-------

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário das seguintes matérias:

Projeto de Lei do Senado nº 322, de 1995, de autoria da Senadora Júnia Marise, que acrescenta parágrafo ao art. 92 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, apreciado conclusivamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados. ...	09244
---	-------

Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1996, de autoria do Senador Odacir Soares, que restringe o uso de capuz em operações policiais, apreciado conclusivamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados.	09244
--	-------

2.2.5 – Discursos do Expediente

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Gravidade do problema da exploração sexual e da prostituição infanto-juvenil no Brasil.....	09244
--	-------

SENADOR COUTINHO JORGE – Reunião hoje de manhã, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, com a presença do Ministro Antonio Kandir, visando definir as linhas mestras e a posição do governo federal em relação à Lei	
---	--

de Diretrizes Orçamentárias. Considerações técnicas e políticas traçadas por S. Ex.^a. sobre a LDO.....

09248

SENADOR PEDRO SIMON – Felicitando o STF pela decisão que culminou no não acolhimento da liminar concedida a depoente da CPI dos Precatórios. Esclarecendo ao jornalista Boris Casoy que não cumpre ao Congresso Nacional a condenação de nenhuma pessoa responsabilizada por CPI. Apelo ao Senador Bernardo Cabral, Presidente da CPI dos Precatórios, para que estude uma fórmula através da qual se possa dar um passo no sentido da integração contra a impunidade no País.

09251

SENADOR EDISON LOBÃO – Estranheza com a omissão, nos debates referentes à reforma agrária, da menção do documento intitulado Reforma Agrária, Compromisso de Todos. Dados estatísticos contidos no referido documento que comprovam as realizações do Governo Fernando Henrique Cardoso no âmbito das questões fundiárias.

09253

SENADOR BERNARDO CABRAL – Vitória da CPI dos Precatórios com decisão do Supremo Tribunal Federal, considerando inadequado o **habeas corpus** que resultou na liminar contra a quebra do sigilo bancário de depoente naquela Comissão. Agradecimentos aos membros daquela CPI e ao Presidente Antonio Carlos Magalhães.

09260

SENADOR JOSAPHAT MARINHO – Artigo da jornalista Miriam Leitão, publicado no jornal **O Globo** de hoje, sobre fatos em torno da venda das ações da Companhia Vale do Rio Doce. Preocupação com a redução, por parte do governo, do preço das ações da Vale do Rio Doce de R\$ 31,70 para R\$ 21,00, antes do leilão. Solicitando do Líder do Governo no Senado esclarecimento sobre fatos relatados no artigo em tela.

09261

2.2.6 – Ofícios

N^{os} 158 e 159/97, de 5 e 6 do corrente, do Líder do PMDB no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias n^{os} 1.549-29 e 1.565-4, de 1997, respectivamente.....

09261

2.2.7 – Requerimento

N^o 324, de 1997, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara n^o 88, de 1996, que altera os arts. 1^o e 20 da Lei n^o 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-Lei n^o 2.848, de 7 de dezembro de 1940.....

09262

2.2.8 – Comunicação da Presidência

Esclarecendo ao Plenário que a sessão solene conjunta, a ser realizada na próxima terça-feira, dia 13, em homenagem ao sesquicentenário de nascimento de Antonio Frederico de Castro Alves, ocorrerá às 11 horas, no plenário do Senado Federal.....

09262

2.3 – ORDEM DO DIA

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição n^o 1, de 1995, de autoria do Senador Esperidião Amin e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao art. 62 da Constituição Federal (adoção de medidas provisórias). **Discussão encerrada, em segundo turno**, após usarem da palavra os Srs. Pedro Simon, Antonio Carlos Valadares e Roberto Freire, ficando a votação adiada para o dia 14 próximo.

09262

Projeto de Resolução n^o 57, de 1997, que autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor equivalente a até quarenta e dois milhões de dólares norte-americanos, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará - Proares e a conceder contragarantia ao mesmo financiamento. **Aprovado**, após a Presidência prestar esclarecimentos relativamente à retificação no Parecer n^o 195/97-CAE, tendo usado da palavra o Sr. Sérgio Machado. À Comissão Diretora para redação final.....

09267

Redação final do Projeto de Resolução n^o 57, de 1997. **Aprovada**. À promulgação.....

09268

Projeto de Lei da Câmara n^o 5, de 1997 (n^o 2.576/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso I do art. 22 da Lei n^o 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria. **Aprovado**. À sanção.

09269

2.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento n^o 324, de 1997, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**.

09269

2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ROMEU TUMA – Realização do simpósio *São Paulo Sem Medo*, promovido pela Rede Globo e pelo setor de estudos da violência da Universidade de São Paulo.

09270

SENADOR ABDIAS NASCIMENTO – Homenagem póstuma ao educador Paulo Freire. Homenagem a ser prestada pelo Festival de Cannes, no próximo dia 11 de maio, ao diretor

Anselmo Duarte, ganhador da Palma de Ouro, com o filme o *Pagador de Promessas*. 09270

SENADOR NEY SUASSUNA – Necessidade de reformulação na atual política de estocagem de grãos, tendo em vista a perda de até 40% da safra brasileira, devido a má qualidade dos silos ou armazéns, perdas estas que não atingem 1% nos países desenvolvidos. 09272

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Distanciamento do desenvolvimento humano do povo brasileiro em relação ao grau de desenvolvimento econômico já alcançado pelo País, tendo em vista informações apuradas pelo Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado recentemente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. 09274

SENADOR CARLOS BEZERRA – Falta de mecanismos eficientes para controlar a arrecadação da CPMF. Dúvidas sobre a cobrança da CPMF pelos bancos, que poderá está em desacordo com o que manda a lei. Melhor aparelhamento da Receita Federal, como forma de dobrar a arrecadação de impostos. 09277

SENADOR CASILDO MALDANER – Má vontade governamental com o pagamento das desapropriações rurais, mesmo já transitadas em julgado. Alternativas para este impasse. 09278

SENADOR ROMERO JUCÁ – Defesa do fortalecimento do sistema de saúde pública. Preocupação com a extinção do Fundo Nacional de Saúde e da Central de Medicamentos – Ceme. 09280

SENADOR JONAS PINHEIRO – Relato de sua visita ao Complexo Nuclear de Angra dos Reis, para analisar o andamento das obras da Usina de Angra 2 e as condições de operação da Usina de Angra 1. 09281

SENADOR EDUARDO SUPLEY – Nota do Presidente Nacional do PT, Sr. José Dirceu, em resposta a acusações de porta-voz da Presidência de que o seu partido teria participação nas manifestações de protesto ocorridas na fronteira do Brasil com o Paraguai. Fragilidade dos argumentos do governo para justificar a privatização da Vale do Rio Doce. Observações sobre uma terceira nota oficial do ex-Prefeito Paulo Maluf com respeito a S. Ex.ª. 09283

2.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ERNANDES AMORIM – Corrupção instalada no Governo Valdir Raupp, responsável pelo atraso no pagamento dos funcionários do Estado de Rondônia. Omissão e conivência da Assembléia Legislativa estadual com os desmandos daquele Governador. 09287

SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO – Dia das Mães. Comentando propostas de sua autoria com vistas a melhorar a situação dos meno-

res carentes, abandonados ou delinquentes. A primeira autoriza o trabalho em período integral por parte do menor infrator; a segunda, transforma em hedionda a utilização de menores para o crime ou beneficiar de atividade criminal de jovens imputáveis. 09288

SENADOR ARTUR DA TÁVOLA – Dificuldades dos partidos políticos em enfrentarem temas como a necessidade de bens materiais, concorrência pessoal e anseio espiritual do homem. 09290

SENADOR JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA – Aspectos sociais da cremação do índio Galdino, ainda em vida, em Brasília. 09291

SENADOR ROMEU TUMA – Comparecimento de S. Ex.ª, no último dia 6, com outras autoridades, à solenidade de inauguração da fábrica de caminhões GMC, da General Motors do Brasil, na Cidade de São José dos Campos, São Paulo. 09291

2.3.4 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – RETIFICAÇÕES

Ata da 53ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 6 de maio de 1997 e publicado no DSF, de 7 de maio de 1997. 09293

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 8-5-97

5 – EMENDAS

Oferecidas às Medidas Provisórias nºs 1.507-19, 1.511-10, 1.523-7, 1.524-7, 1.565-4, 1.571-1 e 1.572, de 1997 (publicadas em suplemento a este Diário). 09293

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

Nºs 1.299 e 1.300, de 1997. 09294

7 – GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Edital de convocação da Comissão Deliberativa para reunião a realizar-se no dia 15 de maio do corrente, às 14 horas, em sua sede (republicação). 09295

8 – MESA DIRETORA

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

13 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 38, DE 1997

Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US\$42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares norte-americanos), destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará – PROARES e a conceder contragarantia ao mesmo financiamento.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Ceará autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a contratar e oferecer contragarantia à operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US\$42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. A operação de crédito autorizada destina-se ao financiamento do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará – PROARES.

Art. 2º É a União autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, restabelecida pela Resolução nº 17, de 1992, ambas do Senado Federal, a conceder garantia à operação de crédito externo autorizada no artigo anterior.

Art. 3º A operação de crédito terá as seguintes características:

- a) *mutuário*: Estado do Ceará;
- b) *mutuante*: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;
- c) *garantidor*: República Federativa do Brasil;
- d) *contragarantidor*: Estado do Ceará, mediante a vinculação de cotas das transferências constitucionais, previstas nos arts. 157 e 159 e receitas próprias geradas pelos impostos a que se refere o art. 167, IV, da Constituição Federal;
- e) *valor*: US\$42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares norte-americanos), de principal, equivalentes a R\$43.621.200,00 (quarenta e três milhões, seiscentos e vinte e um mil e duzentos reais), a preços de 31 de dezembro de 1996;

f) *juros*: sobre os saldos devedores diários do empréstimo, a uma taxa anual para cada semestre a ser determinada pelo custo dos empréstimos qualificados tomados pelo Banco durante o semestre anterior, acrescida de uma margem expressa em termos de uma percentagem anual, que o Banco fixará periodicamente de acordo com sua política sobre taxa de juros;

g) *comissão de crédito*: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do financiamento, que não seja na moeda do país do mutuário, começando a vigorar aos sessenta dias da assinatura do contrato;

h) *prazo de utilização dos recursos*: cinco anos a partir da vigência do contrato;

i) *destinação dos recursos*: à execução do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará – PROARES;

j) *condições de pagamento*:

- *do principal*: o empréstimo deverá ser amortizado pelo mutuário mediante pagamento de prestações semestrais, consecutivas e, tanto quanto possível, iguais. A primeira prestação deverá ser paga na primeira data em que deva ser efetuado o pagamento dos juros, uma vez transcorridos seis meses contados da data prevista para o desembolso final do empréstimo e a última até 25 de outubro de 2021;

- *dos juros*: semestralmente vencidos, em 25 de abril e 25 de outubro de cada ano, a partir de 25 de abril de 1997;

l) *comissão de inspeção e supervisão geral*: US\$420,000.00 (quatrocentos e vinte mil dólares norte-americanos), a serem desembolsados em prestações trimestrais, tanto quanto possível, iguais, ingressando na conta do mutuante independentemente de solicitação do mutuário.

Parágrafo único. As datas estipuladas para repagamento poderão ser prorrogadas para manter correlação com a efetiva data de celebração do contrato.

Art. 4º O Estado do Ceará, previamente à assinatura do contrato, deverá cumprir as condições estipuladas na cláusula 3.02 do instrumento do empréstimo.

Art. 5º Esta autorização deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias contado da data de publicação desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de maio de 1997. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Ata Da 55ª Sessão Deliberativa Ordinária em 8 de maio de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

*Presidência do Sr. Antonio Carlos Magalhães, da Sra. Júnia Marise
dos Srs. Ronaldo Cunha Lima, Carlos Patrocínio, Jefferson Péres e Romero Jucá.*

**ÀS 14H30MIN, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:**

Abdias Nascimento – Antonio Carlos Magalhães
– Antônio Carlos Valadares – Artur da Távola – Bello
Parga – Benedita da Silva – Beni Veras – Bernardo
Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos
Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Edi-
son Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Emi-
lia Fernandes – Eptácio Cafeteira – Emandes Amo-
rim – Esperidião Amin – Flaviano Melo – Francelino
Pereira – Freitas Neto – Gerson Camata – Gilvam
Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão –
Humberto Lucena – Iris Rezende – Jader Barbalho –
Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel
de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho –
José Agripino – José Alves – José Bianco – José
Eduardo – José Eduardo Dutra – José Fogaça –
José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – José
Samey – José Serra – Júlio Campos – Júnia Marise
– Leomar Quintanilha – Levy Dias – Lucídio Portella –
Lúcio Alcântara – Lúcio Coelho – Marina Silva – Mauro
Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Onofre Qui-
nan – Osmar Dias – Pedro Simon – Ramez Tebet –
Regina Assumpção – Renan Calheiros – Roberto Freire
– Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma
– Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sergio
Machado – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo –
Vilson Kleinubing – Waldeck Ornelas.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – A lista
de presença acusa o comparecimento de 74 Srs.
Senadores. Havendo número regimental, declaro
aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Fla-
viano Melo, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PROJETOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 1997 (nº 2.859/97, na casa de origem)

Dispõe sobre norma geral de organiza-
ção que torna obrigatória a avaliação
psicológica periódica dos integrantes
das polícias e corpos de bombeiros
militares e civis.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Todos os integrantes das polícias e corpos
de bombeiros militares e civis serão submetidos a avaliação
psicológica periódica, com intervalos não superiores a um ano.

§ 1º. As avaliações e eventuais acompanhamentos
psicológicos serão preferencialmente feitos nos
estabelecimentos ambulatoriais de saúde das respectivas
corporações militares e da saúde pública, podendo, também,
quando houver conveniência para a Administração Pública, ser
feitos mediante convênios com estabelecimentos privados.

§ 2º. Os pareceres das avaliações, sempre
recorríveis nas esferas administrativa e judicial,
recomendarão, conforme o caso:

- I - a aptidão plena para o exercício do cargo;
- II - a movimentação temporária para o exercício de
outro cargo na atividade, com acompanhamento psicológico;
- III - a suspensão temporária do exercício de
qualquer cargo na atividade, com acompanhamento psicológico;
- IV - encaminhamento para tratamento em outra
especialidade de saúde mental.

Art. 2º. O Poder Executivo regulamentará o disposto
nesta Lei no prazo de cento e oitenta dias contados a partir
da data de sua publicação.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário

PROJETO ORIGINAL

Dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a
avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e
corpos de bombeiros militares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Todos os integrantes das polícias e corpos de bombeiros
militares serão submetidos a avaliação psicológica em períodos não superiores a um ano

§ 1º As avaliações e eventuais acompanhamentos psicológicos serão preferencialmente procedidos nos estabelecimentos ambulatoriais de saúde das respectivas corporações militares, podendo, também, quando houver conveniência para a Administração Pública, serem procedidos mediante convênios com estabelecimentos privados.

§ 2º Os pareceres das avaliações, sempre recoráveis nas esferas administrativa e judicial, recomendarão, conforme o caso:

I - a aptidão plena para o exercício do cargo;

II - a movimentação temporária para o exercício de outro cargo na atividade, com acompanhamento psicológico;

III - a suspensão temporária no exercício de qualquer cargo na atividade, com acompanhamento psicológico;

IV - encaminhamento para tratamento em outra especialidade de saúde mental.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de cento e oitenta dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação da sua regulamentação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

As atividades dos policiais e bombeiros militares caracterizam-se pela imensa variedade da natureza das situações em que devem atuar por dever de ofício, bem como pelo permanente estado de incerteza e de risco pessoal.

Submetidos a tais condições de trabalho por um regime jurídico inflexível e impessoal, decorre de exigência óbvia do interesse público, aos policiais e bombeiros militares são impostas jornadas de trabalho estafantes, onde se defrontam seguidamente com as mais extremadas manifestações dos sentimentos humanos, passando indistintamente pela fúria homicida do intoxicado, pelo terror estampado nos olhos do agonizante, pelo desespero das vítimas das catástrofes, pelo agradecimento do refém resgatado, pelo inconformismo dos parentes das vítimas fulminadas por um destino inexplicável.

A par deste cotidiano que poderia ser perfeitamente classificado como infernal, policiais e bombeiros militares convivem a cada momento com a incerteza da própria sobrevivência e com a amargura das reflexões sobre as consequências que a sua falta prematura ou a sua incapacitação representarão para sua família.

Não é de se esperar, portanto, que esses profissionais possam resistir anos a fio a tais pressões emocionais, sem que suas próprias emoções sofram profundas e por vezes patológicas alterações. Não surpreendem, portanto, os resultados de pesquisas que revelam que um expressivo percentual dos integrantes das polícias militares e dos corpos de bombeiros apresentam distúrbios psicológicos graves, o que é ratificado pelas taxas anormalmente elevadas da ocorrência de suicídios nessas corporações.

Podemos afirmar, sem sombra de dúvida que a instabilidade emocional e a doença profissional característica de policiais e bombeiros militares.

No entanto, estejam esses profissionais emocionalmente perturbados ou não, a eles compete com exclusividade o emprego autorizado da violência e o resgate de vidas e de patrimônio em condições absolutamente hostis. Em consequência, é incomensurável o risco a que o Estado submete a sociedade civil, permitindo que servidores, cuja capacidade de julgamento esteja eventual e gravemente prejudicada, venham a mal-servi-la, portando uma arma de fogo e a sombra da autoridade inerente à Administração Pública.

Em que pese, no entanto, a gravidade e a exaustiva constatação de tais fatos, são mínimas as iniciativas da administração estadual observadas até o presente momento com vistas a minimizar ou pelo menos a tentar controlar esta situação aflitiva, que preocupa cidadãos residentes em todo o território nacional. Na ausência, portanto, destas iniciativas, e ao amparo do preceito constitucional que atribui competência privativa à União para legislar sobre normas gerais de organização das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, apresentamos a esta Casa a nossa proposição que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos seus integrantes.

Absolutamente convencidos de que a presente iniciativa representa oportuno e conveniente aperfeiçoamento ao ordenamento jurídico federal,

esperamos poder contar com o imprescindível apoio dos nobres Pares em favor de sua aprovação.

Sala das Sessões, 13 de março de 1997.

Deputado CARLOS APOLINÁRIO

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 1997 (nº 2.314/96, na casa de origem) (De iniciativa do Presidente da República)

Dá nova redação a dispositivos dos Decretos-Leis nº 1.001 e 1.002, ambos de 21 de outubro de 1969, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º.

Parágrafo único. Os crimes de homicídio e de lesão corporal, e os previstos em legislação penal extravagante, praticados por militares estaduais contra civis, no exercício da função de policiamento, são de competência da Justiça comum."

Art. 2º. O art. 82 do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 82. O foro militar é especial e a ele estão sujeitos, em tempo de paz:

.....

§ 2º. Nos crimes de homicídio e de lesão corporal, e nos previstos em legislação penal extravagante, praticados por militares estaduais contra civis, no exercício da função de policiamento, o inquérito militar será obrigatoriamente acompanhado pelo Ministério Público, devendo a autoridade de polícia judiciária militar que o presidir remetê-lo diretamente ao juiz competente, no prazo legal."

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 779, DE 1996

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto a elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da

Justiça, o texto do projeto de lei que "Altera dispositivo dos Decretos-Leis nºs 1.001 e 1.002, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar, respectivamente".

Brasília, 20 de agosto de 1996.

Fernando Henrique Cardoso.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 475, DO SR. MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA

Brasília, 20 de agosto de 1996.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que altera dispositivo dos Decretos-leis nºs 1.001 e 1.002, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar, respectivamente.

2. A Comissão Parlamentar de Inquérito encarregada de investigar homicídios cometidos contra crianças e adolescentes no País trouxe à tona um tema que já vem recebendo atenção dos membros do Congresso Nacional há alguns anos: a crescente incidência de crimes praticados por policiais militares contra civis no exercício de função de policiamento.

3. Tal fato, que decorre da crença da impunidade oriunda da sujeição desses infratores ao foro especial militar, estava a exigir urgente reformulação das leis substantiva e processual militares, de sorte a atribuir à Justiça Comum o processo e julgamento de crimes dessa natureza.

4. Em razão disso é que se fez editar a recente Lei nº 9.299, de 7 de agosto de 1996, oriunda do Projeto de Lei nº 2.801, de 1992, que nasceu de proposta da referida Comissão Parlamentar de Inquérito.

5. Convém esclarecer que, muito embora o projeto de lei acima referido estivesse carente de imperfeições redacionais que, por si só, ensejariam seu desacolhimento, o fim por ela visado não permitiu que o Poder Executivo postergasse a solução desse problema, com o veto ao Projeto de Lei nº 2.801, de 1992, para o subsequente encaminhamento de outra proposição legislativa.

6. Por esse motivo, optou por apresentar projeto de lei corrigindo as inadequações tão logo entrassem em vigor as novas regras do Código Penal e de Processual Penal Militares.

7. Assim, o projeto de lei que ora encaminho a Vossa Excelência objetiva, em suma, corrigir defeitos evidentes da Lei nº 9.299, de 1996, os quais passarei, de maneira breve, a apontar.

8. O teor do parágrafo único acrescido ao art. 9º do Código Penal Militar causa espécie ao leitor. Por essa norma, compete à Justiça Comum o processo e julgamento de crimes dolosos contra a vida de civis praticados por militar, delito esse militar, já que se insere esse parágrafo no bojo de artigo que assim considera determinadas condutas.

9. Ora, a Constituição Federal é de clareza cristalina: compete à Justiça Militar processar e julgar os crimes militares definidos em lei, nos termos de seu art. 124.

10. Como admitir-se, então, a nova lei, se a inconstitucionalidade é um vício insanável?

11. Ter-se-á que se socorrer o intérprete de regras de hermenêutica para afastar esse vício. E aí encontrará o fato de ser permitido à lei ordinária proceder a conceituação de crime militar, tendo sido suficiente, pois, que, para atingir, com acerto, seu desiderato, o legislador excluisse os crimes dolosos contra a vida de civil praticados por militar do conceito de crime militar, sem qualquer referência à Justiça Comum, porque a ela passará automaticamente a competência do processo e julgamento do crime que não mais integra o conceito de crime militar.

12. Além do mais, não foi prudente a lei, ao fixar a competência do Juízo em razão do elemento subjetivo da conduta, até mesmo porque, não se define de modo claro qual o momento processual em que isso ocorrerá e a quem caberá decidir sobre essa questão. Pela redação do § 2º do art. 82 do Código de Processo Penal Militar, pressupõe-se, inclusive, um pré-julgamento na fase do inquérito, o que poderá acarretar insegurança jurídica.

13. Acrescente-se, ainda, as consequências negativas que advirão da sentença que declarar ter o agente praticado o crime com culpa e, em decorrência disso, demonstrar a incompetência do Juízo.

14. Não se pode esquecer, também, que o legislador não foi feliz ao retirar da competência da Justiça Militar apenas os crimes dolosos contra a vida de civil praticados por policiais militares, deixando de atribuir-lhe o processo e julgamento de outros delitos contra a pessoa, de similar gravidade e que acontecem com igual frequência, a exemplo do crime de lesões corporais.

15. Fica evidente, então, que a nova lei se afastou do que originalmente se pretendia minorar: a violência contra o cidadão, não só aquela que conduz à morte, mas, também, aquela que lhe ofende a integridade corporal. Assim, além de conter inúmeras impropriedades redacionais, que poderão onerar o Poder Judiciário com conflitos de competência, a norma jurídica vigente tem campo de aplicação restrito: apenas os crimes dolosos contra a vida de civil cometidos por militares, o que o presente projeto de lei pretende corrigir.

Respeitosamente,

NELSON A. JOBIM
Ministro da Justiça

PROJETO ORIGINAL

Altera dispositivo dos Decretos-Leis nºs 1.001 e 1.002, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar, respectivamente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, acrescido pela Lei nº 9.299, de 7 de agosto de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º

Parágrafo único. Não constituem crimes militares o homicídio (art. 121 do Código Penal) e a lesão corporal (art. 129 do Código Penal) cometidos contra civil por oficiais e praças das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal, no exercício de função de policiamento."

Art. 2º O caput do art. 82 do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 82. O foro militar é especial e a ele estão sujeitos, em tempo de paz:"

Art. 3º Revoga-se o § 2º do art. 82 do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar, acrescido pela Lei nº 9.299, de 7 de agosto de 1996, passando seu § 1º a parágrafo único.

Brasília,

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969(*)

Código Penal Militar

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do art. 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

CÓDIGO PENAL MILITAR

PARTE GERAL

LIVRO ÚNICO

TÍTULO I

DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR

Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:

I — os crimes de que trata este Código, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial;

II — os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados:

a) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado;

• Vide arts. 227, § 4º, 228, 229, 231, 251, § 2º.

• "Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar delito decorrente de acidente de trânsito envolvendo viatura de Polícia Militar, salvo se autor e vítima forem policiais militares em situação de atividade" (Súmula 6 do STJ).

• "Compete à Justiça Militar processar e julgar policial de corporação estadual, ainda que o delito tenha sido praticado em outra unidade federativa." (Súmula 78 do STJ).

b) por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;

c) por militar em serviço, em comissão de natureza militar, ou em formação, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;

d) por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;

e) por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar;

• Vide art. 251, § 2º.

Militares
estrangeiros

Equiparação a
militar da ativa

f) por militar em situação de atividade ou assemelhado que, embora não estando em serviço, use armamento de propriedade militar ou qualquer material bélico, sob guarda, fiscalização ou administração militar, para a prática de ato ilegal;

III — os crimes praticados por militar da reserva, ou reformado, ou por civil, contra as instituições militares, considerando-se como tais não só os compreendidos no inciso I, como os do inciso II, nos seguintes casos:

a) contra o patrimônio sob a administração militar, ou contra a ordem administrativa militar;

b) em lugar sujeito à administração militar contra militar em situação de atividade ou assemelhado, ou contra funcionário de Ministério militar ou da Justiça Militar, no exercício de função inerente ao seu cargo;

c) contra militar em formatura, ou durante o período de prontidão, vigilância, observação, exploração, exercício, acampamento, acantonamento ou manobras;

d) ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar em função de natureza militar, ou no desempenho de serviço de vigilância, garantia e preservação da ordem pública, administrativa ou judiciária, quando legalmente requisitado para aquele fim, ou em obediência a determinação legal superior.

DECRETO-LEI Nº 1.002 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Código de Processo Penal Militar

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR

LIVRO I

TÍTULO VIII

CAPÍTULO ÚNICO

DO FÓRO MILITAR

Art. 82. O fóro militar é especial e a ele estão sujeitos, em tempo de paz:

Fóro militar em tempo de paz

I — nos crimes definidos em lei contra as instituições militares ou a segurança nacional:

Pessoas sujeitas ao fóro militar

a) os militares em situação de atividade e os assemelhados na mesma situação;

b) os militares da reserva, quando convocados para o serviço ativo;

c) os reservistas, quando convocados e mobilizados, em manobras, ou no desempenho de funções militares;

d) os oficiais e praças das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares, quando incorporados às Forças Armadas;

II — nos crimes funcionais contra a administração militar ou contra a administração da Justiça Militar, os auditores, os membros do Ministério Público, os advogados de ofício e os funcionários da Justiça Militar.

Crimes funcionais

Parágrafo único. O fóro militar se estenderá aos militares da reserva, aos reformados e aos civis, nos crimes contra a segurança nacional ou contra as instituições militares, como tais definidos em lei.

Extensão do fóro militar

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Flaviano Melo.

São lidas as seguintes:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 15, DE 1997**

**Acrescenta parágrafo ao art. 18 da
Constituição Federal.**

Acrescente-se, ao art. 18 da Constituição Federal, um § 5º, com a seguinte redação:

"§ 5º A personalidade jurídica da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios se integra em cada um dos seus Poderes, autônomos e independentes, que terão representação judicial própria."

Justificação

Trata-se de emenda tendente a resolver a questão da representação judicial dos Poderes, em face da independência constitucional atribuída a cada um.

Como redigido atualmente, o art. 132 leva à conclusão de que o Estado é igual ao Poder Executivo, na medida em que as Constituições estaduais, via de regra, vinculam a Procuradoria do Estado ao Gabinete do Governador.

Doutrinariamente, o Estado tem personalidade jurídica. Entretanto, face à separação dos poderes, o Estado é a soma dos três poderes. Como a Constituição dispõe sobre competências exclusivas, os atos gerados por essas competências devem ser respondidos pelos titulares de cada Poder.

Alguns Estados resolveram a questão inserindo regras claras na sua legislação própria, como é o caso do Estado do Rio Grande do Sul, no art. 54 da Carta Estadual.

Entretanto e a despeito disso, alguns juizes não admitem a representação da Assembléia Legislativa. Já os juizes federais, os juizes do trabalho desconsideram a representação da Assembléia Legislativa, tornando-a cativa do Poder Executivo, em flagrante desrespeito ao princípio da separação dos Poderes.

Esta proposta, aliada a outra de nossa autoria, alterando o art. 132, pretende a resolução do problema, tanto na via horizontal, permitindo a representação judicial por Poder face às suas competências, quanto na linha vertical, admitindo a representação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1997. – Pedro Simon – Jonas Pinheiro – Onofre Quinan – Abdias Nascimento – Coutinho Jorge – Marina Silva – Beni Veras – Edison Lobão – João Rocha – Roberto Freire – Lucídio Portella – José Bianco – Júlio Campos – Benedita da Silva – Carlos Patrocínio – Levy Dias – Joel de Hollanda – Ramez Tebet – Nabor Júnior – Gerson Camata – Sebastião Rocha – Lúdio Coelho – José Eduardo Dutra – Jader Barbalho – João França – Flaviano Melo – Mauro Miranda.

LEGISLAÇÃO CITADA

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

.....
Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, observado o disposto no art. 135.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 16, DE 1997**

**Dá nova redação ao art. 132 da
Constituição Federal.**

Dê-se, ao art. 132 da Constituição Federal, a seguinte redação:

"Art. 132. A representação judicial e a consultoria jurídica dos Estados e do Distrito Federal serão exercidas por suas respectivas procuradorias, organizadas em carreira, sob a responsabilidade de cada Poder, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, observado o disposto no art. 135."

Justificação

Trata-se de Emenda tendente a resolver a questão da representação judicial dos Poderes, em face da independência constitucional atribuída a cada um.

Como redigido atualmente, o art. 132 leva à conclusão de que o Estado é igual ao Poder Executivo, na medida em que as Constituições estaduais, via de regra, vinculam a Procuradoria do Estado ao Gabinete do Governador.

Doutrinariamente, o Estado tem personalidade jurídica. Entretanto, face à separação dos poderes, o Estado é a soma dos três poderes. Como a Constituição dispõe sobre competências exclusivas, os atos gerados por essas competências devem ser respondidos pelos titulares de cada Poder.

Alguns Estados resolveram a questão inserindo regras claras na sua legislação própria, como é o caso do Estado do Rio Grande do Sul, no art. 54 da Carta Estadual.

Entretanto e a despeito disso, alguns juizes não admitem a representação da Assembléia Legislativa. Já os juizes federais, os juizes do trabalho desconsideram a representação da Assembléia Legislativa, tornando-a cativa do Poder Executivo, em flagrante desrespeito ao princípio da separação dos Poderes.

Esta proposta, aliada a outra de nossa autoria, alterando o art. 18, pretende a resolução do problema, tanto na via horizontal, permitindo a representação judicial por Poder face às suas competências, quanto na linha vertical, admitindo a representação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1997. – Pedro Simon – Jonas Pinheiro – Onofre Quinan – Abdias Nascimento – Coutinho Jorge – Marina Silva – Beni Veras – Edison Lobão – João Rocha – Roberto Freire – Lucídio Portella – José Bianco – Júlio Campos – Benedita da Silva – Carlos Patrocínio – Levy Dias – Joel de Hollanda – Ramez Tebet – Nabor Júnior – Gerson Camata – Sebastião Rocha – Lúdio Coelho – José Eduardo Dutra – Jader Barbalho – João França – Flaviano Melo – Mauro Miranda.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, observado o disposto no art. 135.

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições específicas constantes nos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e despachadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Flaviano Melo.

São lidas as seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 1997

Acrescenta dispositivo ao art 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

Art. 20.

XIII – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Desde 1966, quando foi criado, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) mantém-se à custa da contribuição solidária de empregados e empregadores e tem como objetivo primeiro assistir o trabalhador e sua família em situações que impliquem excepcional dificuldade financeira, tais como desemprego, aposentadoria, aquisição de moradia própria e morte do trabalhador.

Ora, em situação semelhante fica quem se vê obrigado a arcar com os altos custos do tratamento para combater a ação do vírus da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS). E o caso é ainda mais grave quando se trata de trabalhador assalariado, a quem não resta alternativa senão a de cobrir essas despesas com o pouco que ganha para o sustento próprio ou da família.

Por isso, assegurou a possibilidade de movimentação da conta vinculada ao FGTS para o trabalhador que se encontre nessas circunstâncias nada mais é do que um ato de justiça, pois dele é o dinheiro do Fundo e é esse o momento em que o uso desse dinheiro se faz plenamente justificável.

Registre-se, ainda, que a possibilidade de movimentação da referida conta em caso de doença de especial gravidade que acometa o trabalhador ou qualquer um dos seus dependentes (nomeadamente, a neoplasia maligna) já foi inserida no diploma legal que se pretende alterar, por meio da Lei nº 8.922, de 25 de julho de 1994.

Eis as razões que me levam a apresentar este Projeto, para o qual solicito o apoio dos nobres senadores no sentido de sua aprovação.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1997. – Senadora **Emília Fernandes**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

.....
Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I – despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com pagamento dos valores de que trata o art. 18;

II – extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III – aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV – falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério ado-

tado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V – pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de doze meses;

c) o valor do abatimento atinja no máximo 80% do montante da prestação;

VI – liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e seja interstício mínimo de dois anos para cada movimentação;

VII – pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observada as seguintes condições:

a) O mutuário deverá contar com o mínimo de de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

VIII – quando permanecer três anos ininterruptos, a partir da vigência desta lei, sem crédito de depósitos;

IX – extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1979;

X – suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a noventa dias, comprovada por declaração de sindicato representativo da categoria profissional.

§ 1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

§ 2º O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

§ 3º O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para o único imóvel.

§ 4º O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do Fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º O pagamento da retirada após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais –
decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 1997

Dispõe sobre a apresentação e a publicação de Estudos de Viabilidade Municipal nos procedimentos de criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, conforme determina o § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios dependerão de prévia apresentação e divulgação de Estudos de Viabilidade Municipal, nos termos desta Lei.

Art. 2º Formulando o pedido de criação, incorporação, fusão ou desmembramento na forma estabelecida em lei estadual, solicitar-se-á aos seus subscritores que apresentem, no prazo de até sessenta dias, os correspondentes Estudos de Viabilidade Municipal.

Art. 3º Constituem elementos essenciais dos Estudos de Viabilidade Municipal:

I – documentação comprobatória do atendimento dos seguintes requisitos mínimos:

a) população total estimada nunca inferior a cinco mil habitantes;

b) centro urbano já constituído, com no mínimo duzentas edificações, com mais de mil habitantes, e sendo sede de distrito;

c) existência, na área delimitada para o novo município, de edificações em condições que permitam a adequada instalação dos órgãos de segurança pública e do Poder Judiciário, bem como da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e dos órgãos municipais executores das funções educação e saúde;

II – comprovação de que o novo município irá dispor de recursos que lhe assegurem equilíbrio econômico-financeiro, segundo balanços com esti-

mativas de receitas e despesas orçamentárias verificados e aprovados pela corte de contas competente;

III – demonstração, na hipótese de desmembramento, de que o cogitado procedimento não acarretará ou agravará o desequilíbrio econômico-financeiro do Município do qual será subtraída a área desmembrada.

§ 1º A população total estimada a que se refere a alínea a do inciso I terá por base o último censo populacional realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE na área delimitada para o novo município.

§ 2º Compete à Assembléia Legislativa verificar o preenchimento dos requisitos referidos neste artigo.

Art. 4º Os Estudos de Viabilidade Municipal serão objeto de ampla divulgação, mediante publicação por no mínimo três dias consecutivos no **Diário Oficial**, para fim de eventual impugnação de quaisquer dos dados ou elementos neles consignados.

§ 1º As impugnações poderão ser opostas, fundamentalmente, por qualquer cidadão, no prazo de até quinze dias, assegurando-se aos formuladores dos Estudos a que se refiram idêntico prazo para contraditá-las.

§ 2º Todos os elementos essenciais dos Estudos de Viabilidade Municipal deverão ser rigorosamente verificados cabendo ao órgão competente para examiná-los promover diligências e todas as demais medidas necessárias à aferição da veracidade de seu conteúdo.

Art. 5º A Assembléia Legislativa marcará, mediante Decreto Legislativo, o plebiscito que será realizado pela Justiça Eleitoral.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Por conhecida opção de política constitucional, a Lei Fundamental promulgada em 5 de outubro de 1988, atenta às peculiaridades que envolvem as questões municipais, de índole eminentemente local, remeteu para a lei complementar estadual toda a disciplina pertinente à criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

Infelizmente, a experiência veio rapidamente a demonstrar que essa opção, que rompia com toda a tradição anterior de regulação da matéria por lei complementar federal, deu ensejo a inumeráveis abusos, mercê da proliferação indiscriminada de no-

vos Municípios sem a mínima condição econômico-financeira de custear a sua própria manutenção.

Daí adveio a Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996, que, dando a redação ao § 4º do art. 18 da vigente Lei Fundamental, passou a submeter a criação, a incorporação, a fusão e o que desmembramento de Municípios também à observância de prazo definido em lei complementar federal e à apresentação e publicação de Estudos de Viabilidade Municipal, **in verbis**:

"§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei." (grifamos)

O presente projeto, como se percebe, tem por escopo a integração legislativa do comando acima destacado, no exato ponto em que se refere à apresentação e à publicação dos cogitados Estudos de Viabilidade Municipal.

Por oportuno, convém esclarecer que a nossa proposta, atenta aos estritos termos do comando em tela, limita-se a disciplinar a apresentação dos Estudos da Viabilidade Municipal a partir de definição de seus elementos essenciais, bem como a regular a sua publicação. Tudo o mais, inclusive o modo e aqueles que devem estar legitimados a deflagar o procedimento de criação, incorporação, etc, parecem ser matéria ainda típica da lei estadual, sobretudo em razão do princípio federativo.

Quanto ao mais, a nossa expectativa é que a proposição ora formulada venha a constituir uma efetiva contribuição para o adequado disciplinamento dessa relevante matéria.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1997. – Senador **Ronaldo Cunha Lima**.

LEGISLAÇÃO CITADA

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 15, DE 1996

Dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O § 4º do art. 18 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei."

Brasília, 12 de setembro de 1996.

A Mesa da Câmara dos Deputados: **Luís Eduardo**, Presidente – **Ronaldo Perim**, 1º Vice-Presidente – **Beto Mansur**, 2º Vice-Presidente – **Wilson Campos**, 1º Secretário – **Leopoldo Bessone**, 2º Secretário – **Benedito Domingos**, 3º Secretário – **João Henrique**, 4º Secretário.

A Mesa do Senado Federal: **José Sarney**, Presidente – **Teotônio Vilela Filho**, 1º Vice-Presidente – **Júlio Campos**, 2º Vice-Presidente – **Odacir Soares**, 1º Secretário – **Renan Calheiros**, 2º Secretário – **Ernandes Amorim**, 4º Secretário – **Eduardo Suplicy**, Suplente de Secretário.

DO 13-9-96

REDAÇÃO ORIGINAL

Art. 18:

"Art. 18.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas."

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1995 (nº 2.560/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a apresentação de receituário agrônomo para obtenção de financiamento agrícola e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia, oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 322, de 1995, de autoria da Senadora Júnia Marise, que acrescenta parágrafo ao art. 92 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral; e

– Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1996, de autoria do Senador Odacir Soares, que restringe o uso de capuz em operações policiais.

As matérias foram aprovadas em apreciação conclusiva pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e vão à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Passe-se à lista de oradores.

Concedo a palavra à Senadora Benedita da Silva. V. Exª dispõe de 20 minutos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos últimos anos, são inúmeros os documentos que denunciam a exploração sexual de crianças com fins comerciais, em vários países do mundo.

Em agosto de 1996, realizou-se, em Estocolmo, Suécia, o Congresso Mundial Contra a Exploração Comercial Sexual de Crianças, evento do qual participaram cerca de 130 países, onde foram sugeridas medidas como:

1. Julgamento dos exploradores sexuais por uma Corte Internacional, uma vez que o tráfico de crianças e adolescentes é também internacional;

2. Criação de uma lista a ser divulgada pela Internet, que contenha relação de pessoas envolvidas na exploração sexual de crianças e adolescentes;

3. Criação de albergues para crianças e adolescentes resgatados das ruas;

Neste Congresso, tratou-se do turismo como grande indústria que é nos dias atuais, pois muitos países subdesenvolvidos colocam o turismo como sua principal fonte de renda. Para esses países, o turismo sexual é visto como uma infelicidade necessária para o desenvolvimento do turismo, e muitas vezes campanhas para acabar com a prostituição infantil entram em conflitos com órgãos governamentais.

Recentemente, em Genebra, a Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU – divulgou um informativo dizendo que a exploração sexual de menores está assumindo as proporções alarmantes de uma "epidemia", não ha-

vendo região, país, cidade ou aldeia alguma que esteja livre do problema.

Em nosso País, apesar de serem consideradas prioridade nacional absoluta nos discursos governamentais, milhares de crianças e jovens das camadas sociais menos favorecidas vivem, no dia-a-dia, o pesadelo de sentir, na carne, os sofrimentos e a violência da exploração sexual.

Desde a mais tenra idade, são violentadas, estupradas, exploradas e até leiloadas e vendidas. Ingressam numa rede que envolve não só exploradores e administradores de prostíbulos, mas também operadores turísticos, chefes de grupos de crime organizado, policiais corruptos e, muitas vezes, os próprios pais.

Todos nós sabemos que, no Brasil, o problema da exploração sexual e da prostituição infanto-juvenil é extremamente grave e constitui-se num dos componentes mais perversos da dramática realidade social.

Mesmo se quiséssemos, não poderíamos ignorar a amplitude dessa verdadeira tragédia social, pois é cada vez maior a frequência e o espaço ocupado pelo drama da exploração e da prostituição infanto-juvenil nos jomais e na televisão.

Muitas crianças e adolescentes, oriundas de famílias pobres, sem instrução e sem qualquer qualificação profissional, confessam que são prostitutas por necessidade econômica. Vendem o corpo nas ruas, nas saunas, nas casas de massagens, nos hotéis, nas casas noturnas, para escapar da miséria ou para sustentar famílias inteiras, que delas dependem para sobreviver.

Nas metrópoles inchadas, é grande o contingente de menores que vagam pelas ruas e se enveredam pelos caminhos do crime, das drogas e da prostituição.

O que ocorre no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte, em Manaus, em Recife, em Fortaleza, em Goiânia ou em Brasília, ocorre também em Foz do Iguaçu ou em Cuiú-Cuiú, um vilarejo perdido em uma área de garimpo, na Amazônia.

Nesse vilarejo, que se tomou uma referência simbólica da vergonhosa situação de nossas crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, após a denúncia feita em uma série de reportagens do jornalista Gilberto Dimenstein para o jornal **Folha de S.Paulo**, foi aberto, em 1992, um processo judicial sobre exploração sexual de adolescentes e manutenção de meninas como escravas, mas até hoje nenhuma das pessoas denunciadas foi julgada, apesar de todas as evidências de crime.

Essa ausência de punição é um incentivo perigoso que prejudica enormemente todos os esforços empreendidos para coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil tanto por cidadãos comuns, no dia-a-dia das cidades, quanto por turistas brasileiros e estrangeiros.

É preciso reconhecer que algo está sendo feito principalmente no sentido de dar um basta ao turismo sexual.

Neste ano de 1997, foi aberta pelo Governo brasileiro a caça ao turista que para aqui vem, principalmente atraído pelas facilidades oferecidas pela existência de um comércio do sexo infanto-juvenil.

O Brasil não quer mais ser considerado paraíso sexual. Está sendo incentivada até mesmo a denúncia de exploração de menores, com **slogans** do tipo "Denuncie a exploração do turismo sexual. Seu País não é bordel do mundo".

Campanhas inéditas são lançadas contra a exploração sexual de crianças e adolescentes por turistas, envolvendo agências de viagem, hotéis, restaurantes e táxis. Nas passagens aéreas, nas etiquetas das malas, nos avisos das suítes dos hotéis está prevista a colocação de mensagens claras indicando que "o Brasil está de olho na exploração do turismo sexual infantil" e que praticar sexo com criança, em nosso País, é crime e dá cadeia.

Apesar de reconhecer a importância de medidas como essas, sabemos que só isso não basta para acabar com a tragédia da exploração sexual infanto-juvenil em nosso País, pois existe, por trás dela, uma rede poderosa que se estende desde o aliciamento de jovens e o favorecimento à prostituição até o tráfico nacional e internacional de meninas, transformadas em simples mercadorias.

Além disso, há necessidade de investimentos econômicos na área social para que essas meninas, essas adolescentes, essas crianças possam ter acesso às escolas, possam ter condições de informações e, assim, não serem vítimas dessa economia que as excluem socialmente da possibilidade de ter seu emprego ou mesmo de estudar, fazendo com que vendam seu corpo.

O jornal **O Globo**, que desvendou o esquema de prostituição em Belém do Pará, revelou ao País, no dia 3 de maio passado, uma rede de traficantes estrangeiros que explora a prostituição infantil naquela cidade, vendendo, por R\$2 mil, várias meninas com idades de 8 a 14 anos para boates da Holanda, Guiana Francesa e Suriname. As meninas vendidas recebem apenas uma passagem aérea de R\$500 cada uma.

No dia de hoje, 8 de maio, o mesmo jornal noticiava a guerra à exploração de crianças e adolescentes de 8 a 17 anos, declarada pela juíza Kédima Pacífico Lyra e pela promotora Leane Chermont, de Itaituba, Pará, denunciando outra quadrilha de exploração da prostituição infanto-juvenil na Região Norte. Essa guerra envolve a investigação sobre a morte misteriosa de uma menina que estava com um marinheiro estrangeiro em navio turco.

O jornal **Folha de S.Paulo**, do dia 27 de abril, publicou uma matéria que nos enche de apreensão, intitulada "Esquema Legaliza Prostituição Infantil". Em matéria de mais de uma página, a **Folha** denunciou um esquema que vem sendo utilizado para "legalizar" a prostituição de crianças e adolescentes em várias regiões do País.

Em Alagoas, para evitar problemas por serem menores, as meninas prostituídas usam documentos de pessoas já falecidas que, hoje, seriam maiores de idade. Uma rede de intermediários tira a segunda via dos registros de óbitos em cartórios do interior e os fornece às meninas por um preço que, naquele Estado, varia entre R\$60,00 e R\$200,00. De posse do documento de uma pessoa já falecida, qualquer adolescente menor de idade já pode "trabalhar" sem ser molestada pela polícia e, se quiser, pode obter, com relativa facilidade, até uma carteira de identidade.

Esse esquema ocorre também em outros Estados da Federação e permite, sem maiores atropelos, o funcionamento da chamada indústria do turismo sexual, principalmente no Nordeste do País, uma das regiões com maior concentração de crianças e adolescentes, onde são inúmeras as denúncias sobre prostituição infanto-juvenil.

Por isso, se providências urgentes não forem tomadas para coibir a emissão de documentos falsos que legalizam a situação irregular de milhares de jovens menores de idade em nosso País, camuflando a cruel realidade que tanto nos envergonha, de nada adiantará o aumento das punições aplicáveis aos criminosos que exploram sexualmente e levam para os trágicos caminhos da prostituição tantas crianças e adolescentes brasileiros.

O Senado Federal brasileiro não pode, de forma nenhuma, ficar ausente desse debate, dessa discussão e ausente também em votar urgências urgentíssimas em projetos que vão auxiliar o combate desse tráfico sexual infanto-juvenil existente neste País.

Não podemos também, Sr^a Presidente e Srs. Senadores, aceitar que o Brasil seja exportado como o das facilidades sexuais com as nossas crianças, que deveriam estar nas escolas. É uma vergonha

sim, mas é um assunto que deve ser focado com ênfase e com as mesmas responsabilidades com que ocupamos esta tribuna para falarmos contra a privatização da Vale do Rio Doce, sobre a reforma agrária necessária neste País, sobre a educação e, sobretudo, dessa economia excludente que vai criando esses bolsões de miséria, levando a essa situação em que essas meninas e esses meninos tenham que se atirar nesta tragédia: o sexo como instrumento de trabalho, como sustento, como o pão de cada dia.

Por isso, estou na tribuna afirmando que os jornais, **O Globo**, **Folha de S.Paulo** têm-nos ajudado nessa tarefa. Já identificamos há muito a questão do turismo sexual e da prostituição infanto-juvenil neste País; desde quando pertencíamos à Câmara dos Deputados. Naquela Casa, a CPI pôde, mediante os depoimentos e as diligências realizadas, também constatar essa coisa incrível, horrorosa, com a qual convivemos naturalmente.

Não me calarei, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, até que possa ver esse tema não só ser focado pelo Congresso Nacional Brasileiro, mas como uma tarefa, uma prioridade do Governo Federal, para que passemos dos discursos e das denúncias para uma prática sólida, imediata e urgente que a situação requer.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.
Muito obrigado.

*SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA
SRA. SENADORA BENEDITA DA SILVA:*

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores:

Nos últimos anos, são inúmeros os documentos que denunciam a exploração sexual de crianças com fins comerciais, em vários países do mundo.

Em agosto de 1996 realizou-se, em Estocolmo, Suécia, o Congresso Mundial Contra a Exploração Comercial Sexual de Crianças, evento do qual participaram cerca de 130 países, onde foram sugeridas medidas como:

1. Julgamento dos exploradores sexuais por uma Corte Internacional, uma vez que o tráfico de crianças e adolescentes é também internacional;
2. Criação de uma lista a ser divulgada pela Internet, que contenha relação de pessoas envolvidas na exploração sexual de crianças e adolescentes;
3. Criação de albergues para crianças e adolescentes resgatados das ruas;

Neste Congresso tratou-se do turismo como grande indústria que é nos dias atuais, pois muitos países subdesenvolvidos colocam o turismo como sua

principal fonte de renda. Para esses países, o turismo sexual é visto como uma infelicidade necessária para o desenvolvimento do turismo, e muitas vezes campanhas para acabar com a prostituição infantil entram em conflitos com órgãos governamentais.

Recentemente, em Genebra, a Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU divulgou um informativo dizendo que a exploração sexual de menores está assumindo as proporções alarmantes de uma "epidemia", não havendo nenhuma região, país, cidade ou aldeia que esteja livre do problema.

Em nosso País, apesar de serem consideradas prioridade nacional absoluta nos discursos governamentais, milhares de crianças e jovens das camadas sociais menos favorecidas vivem, no dia a dia, o pesadelo de sentir, na carne, os sofrimentos e a violência da exploração sexual.

Desde a mais tenra idade, são violentadas, estupradas, exploradas e até leiloadas e vendidas. Ingressam numa rede que envolve não só exploradores e administradores de prostíbulos, mas também operadores turísticos, chefes de grupos de crime organizado, policiais corruptos e, muitas vezes, os próprios pais.

Todos nós sabemos que, no Brasil, o problema da exploração sexual e da prostituição infanto-juvenil é extremamente grave e se constitui um dos componentes mais perversos da dramática realidade social.

Mesmo se quiséssemos, não poderíamos ignorar a amplitude dessa verdadeira tragédia social, pois é cada vez maior a frequência e o espaço ocupado pelo drama da exploração e da prostituição infanto-juvenil nos jornais e na televisão.

Angustiada com o problema, ocupei, por diversas vezes, a tribuna da Câmara dos Deputados e, agora, do Senado Federal, para denunciar o drama vivido por milhares de crianças e jovens, em grande maioria do sexo feminino, que, nos mais diversos pontos do território nacional, são exploradas sexualmente ou levadas a buscar na prostituição uma das únicas formas possíveis de sobrevivência econômica e social.

Em 1995, ainda na Câmara dos Deputados, tive a honra de integrar, como Vice-Presidente, a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada naquela Casa Legislativa para investigar a exploração e a prostituição infanto-juvenil, no País, e apurar responsabilidades.

De lá para cá muito se avançou, mas o problema ainda persiste como uma chaga aberta que preocupa a toda a sociedade brasileira, pois reina a im-

punidade nesse universo de crimes contra crianças e adolescentes, que tanto nos revolta.

Em nosso País de tantas misérias, é, sem dúvida, a miséria, a pobreza que faz com que uma parcela significativa de nossas crianças e jovens se aventurem pelos caminhos da prostituição, induzidos, muitas vezes, pelos pais, por amigos ou por aliciadores.

Não tenho dúvidas de que esse grave problema tem raízes sociais complexas, originárias das enormes distorções e desigualdades socio-econômicas aqui existentes, e que tão bem conhecemos. É nessa estrutura que se revela o processo de pauperização e exclusão de milhões de crianças e adolescentes em condições mínimas de vida.

A falta de políticas básicas de saúde, educação, capacitação profissional e promoção social, em nosso País, condena milhares de crianças e de adolescentes a serem excluídos socialmente, a viverem à margem das conquistas do progresso econômico, que beneficiam uma parcela reduzida de nossa população.

Muitas crianças e adolescentes, oriundas de famílias pobres, sem instrução e sem qualquer qualificação profissional, confessam que são prostitutas por necessidade econômica. Vendem o corpo nas ruas, nas saunas, nas casas de massagens, nos hotéis, nas casas noturnas, para escapar da miséria ou para sustentar famílias inteiras, que delas dependem para sobreviver.

O último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE revela que o Brasil contava, em 1991, com 41% (quarenta e um por cento) de sua população constituída por pessoas de 0 a 17 anos.

As estatísticas revelam ainda que a maioria das crianças e adolescentes brasileiros, cerca de 72% (setenta e dois por cento), reside em áreas urbanas, verificando-se um certo incremento dessa população nas periferias das metrópoles.

As estatísticas revelam também que se agravou a situação econômica da população infanto-juvenil brasileira, aumentando a participação relativa desta em domicílios cujos chefes recebiam menos de um salário mínimo.

Esses números não estão defasados, apesar do tempo decorrido. Sabemos o quanto é evidente a piora no atendimento das demandas sociais do imenso grupo de crianças e adolescentes, em nossas cidades.

Nas metrópoles inchadas é grande o contingente de menores que vagam pelas ruas e se enve-

redam pelos caminhos do crime, das drogas e da prostituição.

O que ocorre no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte, em Manaus, em Recife, em Fortaleza, em Goiânia ou em Brasília ocorre também em Foz do Iguaçu ou em Cuiú-Cuiú, um vilarejo perdido em uma área de garimpo, na Amazônia.

Nesse vilarejo, que se tornou uma referência simbólica da vergonhosa situação de nossas crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, após a denúncia feita em uma série de reportagens do jornalista Gilberto Dimenstein para o jornal **Folha de S.Paulo**, foi aberto, em 1992, um processo judicial sobre exploração sexual de adolescentes e manutenção de meninas como escravas, mas até hoje nenhuma das pessoas denunciadas foi julgada, apesar de todas as evidências de crime.

Essa ausência de punição é um incentivo perigoso que prejudica enormemente todos os esforços empreendidos para coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil tanto por cidadãos comuns, no dia a dia das cidades, quanto por turistas brasileiros e estrangeiros.

É preciso reconhecer que algo está sendo feito principalmente no sentido de dar um basta ao turismo sexual.

Neste ano de 1997, foi aberta pelo Governo brasileiro a caça ao turismo que para aqui vem, principalmente atraído pelas facilidades oferecidas pela existência de um comércio do sexo infanto-juvenil.

O Brasil não quer mais ser considerado paraíso sexual. Está sendo incentivada até mesmo a denúncia de exploração de menores, com **slogans** do tipo "Denuncie a exploração do turismo sexual. Seu país não é bordel do mundo".

Campanhas inéditas são lançadas contra a exploração sexual de crianças e adolescentes por turistas, envolvendo agências de viagem, hotéis, restaurantes e táxis. Nas passagens aéreas, nas etiquetas das malas, nos avisos das suítes dos hotéis está prevista a colocação de mensagens claras indicando que "o Brasil está de olho na exploração do turismo sexual infantil" e que praticar sexo com criança, em nosso País, é crime e dá cadeia.

Apesar de reconhecer a importância de medidas como essas, sabemos que só isso não basta para acabar com a tragédia da exploração sexual infanto-juvenil em nosso País, pois existe, por trás dela, uma rede poderosa que se estende desde o aliciamento de jovens e o favorecimento à prostituição até o tráfico nacional e internacional de meninas, transformadas em simples mercadorias.

Por essa razão, antes de concluir meu pronunciamento, quero aproveitar este momento para pedir providências para acabar com um esquema criminoso que, por sua ousadia e consequência, estarrece a todos nós e ganhou destaque na imprensa, nos últimos dias.

O jornal **O Globo**, que desvendou o esquema de prostituição em Belém do Pará, revelou ao País, no dia 3 de maio passado, uma rede de traficantes estrangeiros que explora a prostituição infantil naquela cidade, vendendo, por R\$ 2 mil, várias meninas com idades de 8 a 14 anos para boates da Holanda, Guiana Francesa e Suriname. As meninas vendidas recebem apenas uma passagem aérea de R\$ 500, cada uma.

No dia de hoje, 8 de maio, o mesmo jornal noticia a guerra à exploração de crianças e adolescentes de 8 a 17 anos, declarada pela juíza Kédima Pacífico Lyra e pela promotora Leane Chermont, de Itaituba, Pará, denunciando outra quadrilha de exploração da prostituição infanto-juvenil na região Norte. Esta guerra envolve a investigação sobre a morte misteriosa de uma menina que estava com um marinheiro estrangeiro, em navio turco.

O jornal **Folha de S.Paulo**, do dia 27 de abril, publicou uma matéria que nos enche de apreensão, intitulada "Esquema legaliza prostituição infantil".

Em matéria de mais de uma página, a **Folha** denunciou um esquema que vem sendo utilizado para "legalizar" a prostituição de crianças e adolescentes, em várias regiões do País.

Em Alagoas, para evitar problemas por serem menores, as meninas prostituídas usam documentos de pessoas já falecidas que hoje seriam maiores de idade.

Uma rede de intermediários tira a segunda via do registro de óbitos em cartórios do interior e os fornece às meninas por um preço que, naquele Estado, varia entre R\$60,00 e R\$200,00.

De posse do documento de uma pessoa já falecida, qualquer adolescente menor de idade já pode "trabalhar" sem ser molestada pela polícia e, se quiser, pode obter, com relativa facilidade, até uma carteira de identidade.

Esse esquema ocorre também em outros Estados da Federação e permite, sem maiores atropelos, o funcionamento da chamada indústria do turismo sexual, principalmente no Nordeste do País, uma das regiões com maior concentração de crianças e adolescentes, onde são inúmeras as denúncias sobre prostituição infanto-juvenil.

A exploração sexual de crianças e adolescentes é crime. É preciso tirar do papel o Estatuto da Criança e do Adolescente e fazer cumprir os direitos assegurados por esta lei. A sociedade precisa se mobilizar para proteger nossas crianças e adolescentes, preservando sua integridade, respeitando sua dignidade.

Por isso, se providências urgentes não forem tomadas para coibir a emissão de documentos falsos que legalizam a situação irregular de milhares de jovens menores de idade, em nosso País, camuflando a cruel realidade que tanto nos envergonha, de nada adiantará o aumento das punições aplicáveis aos criminosos que exploram sexualmente e levam para os trágicos caminhos da prostituição tantas crianças e adolescentes brasileiras.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Continuando a lista de oradores inscritos, convido o Senador Coutinho Jorge para fazer uso da palavra.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para proferir o seu pronunciamento.

O SR. COUTINHO JORGE (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, hoje pela manhã tivemos uma reunião na Comissão de Planos e Orçamentos do Congresso Nacional com o Ministro do Planejamento Antonio Kandir, para definir as linhas mestras, a posição do Governo Federal em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Sr. Ministro, em sua análise, fez algumas considerações sobre a dívida global do Estado relacionada com o Produto Interno Bruto. Mostrou que esta relação, de 34%, teria uma tendência, nos próximos 10 anos, de crescer de forma significativa se o Governo Federal não tomasse algumas medidas importantes para mudar algumas tendências ascendentes desta relação dívida versus PIB. O Ministro demonstrou que, ao lado do processo de privatização, a superação do déficit público, portanto a busca de superávit primário nas contas da União, das estaduais, dos Estados e Municípios, era uma condição fundamental, inclusive determinou os valores que somados dariam 1,5% do PIB. Mostrou que os investimentos, no Brasil, só crescerão com expectativas positivas para as futuras taxas de juros e, portanto, significava dizer das mudanças quanto ao déficit público.

As considerações que o Ministro nos traçou serviram de base para explicar a LDO que o Governo encaminhou, cumprindo o prazo constitucional de

30 de abril, e que aquela Comissão passa a analisar a partir de agora.

Sobre a LDO, de forma específica e bastante pontual, quero traçar algumas considerações técnicas e políticas. É bom lembrar que a Constituição de 1988, ao definir os instrumentos de planejamento e orçamento a serem utilizados pelo poder público, estabeleceu três grandes segmentos: a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aquela que iria definir as linhas mestras das metas e prioridades do ano a serem implementadas no País; o Orçamento Anual, aquele instrumento que iria sintetizar essas decisões dentro daquela funcional programática das fontes e usos em favor do desenvolvimento econômico social; e o Plano Plurianual, que nada mais é do que a programação de médio prazo em que há uma síntese dos investimentos que o Governo fará nos quatro anos do seu mandato.

Mas a LDO é fundamental, porque define as regras básicas para elaboração do orçamento – que deverá ser apresentado até 30 de agosto – e, portanto, deve ser aprovada por nós no primeiro semestre.

Poderia dizer que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano repete praticamente a LDO do ano passado. Tem alguns avanços, alguns aprimoramentos. Dentro da visão do Ministro de que uma das estratégias para reduzir o crescimento da relação dívida global **versus** PIB, e que é importante alcançar um superávit primário das contas públicas, o Governo definiu algumas pontos importantes na LDO, que gostaria de destacar. Entre outros, o Governo definiu, de forma clara, um comportamento para os precatórios judiciais. Há um artigo, que não era contemplado na LDO do ano passado, muito objetivo, que diz:

"Os órgãos do Poder Judiciário encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento e Orçamento, até 20 de julho de 1997, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na Proposta Orçamentária de 1998, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição, discriminada por órgão da Administração Direta, autarquias e fundações, e por grupos de despesas, conforme definido no art. 6º dessa Lei, originárias de ação, especificando: número do processo, número do precatório, data da expedição, nome do beneficiário e valor do precatório a ser pago."

Um detalhamento para evitar os equívocos cometidos anteriormente.

Há um capítulo que trata dessa cautela dos precatórios. Há um avanço, portanto, nesse sentido. Há um avanço também na área de pessoal, em que uma série de detalhamentos são exigidos para os vários órgãos da Administração Pública Federal na apresentação desse orçamento. São avanços significativos, não temos dúvidas, e a própria fixação do limite de despesas dos três Poderes leva em consideração uma média ponderada anual.

Gostaria de trazer os pontos polêmicos, que são os mais importantes. Mas, como o meu tempo é muito curto, lembrarei alguns deles, discutidos por aquela comissão:

A questão das obras consideradas inacabadas ou irregulares pelo Tribunal de Contas da União. Em 1997 exigíamos que o Governo trouxesse o demonstrativo das obras, indicando a gestão irregular. Foi vetado esse dispositivo.

O que fizemos na comissão no ano passado? Solicitamos, diretamente, ao Tribunal de Contas que encaminhasse a indicação dessas obras irregulares. Em função do tempo curto, da forma açodada como foi informado à própria imprensa, apresentou uma relação de obras públicas irregulares, mas havia diferentes tipos de irregularidades, umas formais: falta de uma simples assinatura, ou de um documento qualquer; outras em função de licitações equivocadas. Portanto, graus diferentes de irregularidades.

A Comissão teve que sustar a aprovação do orçamento e nomear uma subcomissão que, junto com o TCU, conseguiu escoimar o joio do trigo e punir aquelas obras que eram consideradas realmente irregulares e, assim, definir outras regras para aquelas que tinham equívocos apenas formais ou documentais.

Ora, novamente este ano, o Governo não trouxe esse dispositivo. A nossa proposta concreta é que haja uma mudança na LDO que, em síntese, seria a seguinte: "O Tribunal de Contas da União enviará ao Congresso Nacional, até 15 de setembro, relação de obras e serviços de responsabilidade da União que tenham apresentado indícios de irregularidades em sua execução, ainda que, sem decisão formal, indicando o subprojeto/subatividade orçamentária correspondente, órgão executante, etapa em execução, custo total atualizado, custo para conclusão, empresa contratada e outros dados de relevância para sua avaliação."

Para que nós não cometamos os equívocos que tivemos e que de certa forma vamos cometer este ano, apenas já mais aprimorados. Assim, constando na LDO, o TCU, que é o órgão auxiliar do Po-

der Legislativo, encaminhará, em tempo hábil, essa relação importantíssima. Esse seria um avanço significativo. E é importante aprimorar a LDO, colocando dispositivo similar.

Outra coisa importante é que houve uma redução dos investimentos em construção e pavimentação de rodovia. A LDO do ano passado permitia que fosse até 20% para construção e pavimentação e 80% de restauração. Bom, concordo com isso no caso de regiões desenvolvidas, mas para regiões como Norte, Centro-Oeste e Nordeste, que têm necessidade de implantação de rodovias, de construção de rodovias, esse dispositivo é altamente negativo e lesivo.

Trata-se de uma proposta de se manter o dispositivo da LDO do ano passado, que seria algo realmente justo em favor, não de uma região, mas de todas as regiões. Esse é outro ponto importante que devemos lutar no aprimoramento da LDO deste ano.

Outro aspecto importante é que o Governo não tem informado, por exemplo, qual o impacto que a negociação das dívidas dos Estados, do setor rural, do Proer, causará no Tesouro. Há sempre uma demanda do Congresso, mas, por falta de tempo, informações do Governo nos mostram que ele não tem podido incorporar esses dados importantes para um processo coerente de avaliação do próprio orçamento. Creio que isso deveria ser explicitado. Vamos lutar para que a LDO incorpore informações desse tipo.

A LDO também não explicita os critérios adotados no que diz respeito às regionalizações. Eles são muitos gerais. Quem lê a LDO e depois o orçamento, verifica apenas generalidades nos processos de regionalização dos investimentos. O que é importante para nós – e há emenda nesse sentido – é que se discutam critérios de população efetiva, de renda, de pobreza, porque, dentro de uma mesma região, há sub-regiões diferenciadas. Esses critérios devem ser discutidos.

O que quero dizer é que, apesar do desenvolvimento e do aprimoramento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que, na verdade, supre uma falha – falha nossa também! -, falta uma lei que trate das finanças públicas, que substitua a Lei nº 4.320, de 1964, que está sendo discutida no Congresso, mas não foi aprovada. Por isso, a LDO, em vez de ser o que prega a Constituição – um instrumento preparatório para a elaboração do Orçamento que defina prioridades e metas -, acaba sendo uma legislação que supre a escassez de legislação na área de finanças.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. COUTINHO JORGE – Concedo o aparte ao nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho – Já que V. Exª disserta tão bem sobre o problema do Orçamento e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, estimaria que me pudesse prestar uma informação. Há alguma previsão em estudo ou já constante do projeto a respeito do cumprimento do Orçamento, particularmente quanto às emendas provenientes do Congresso?

O SR. COUTINHO JORGE – Para a execução orçamentária deste ano?

O Sr. Josaphat Marinho – Quanto a este ano e à situação futura.

O SR. COUTINHO JORGE – Eu diria o seguinte: não há um dispositivo que obrigue, ainda, a execução efetiva daquilo que foi aprovado.

O Orçamento é autorizativo ainda. O que ocorre com o Orçamento de 1997 é que o Governo, diferentemente de outros anos, não o contingenciou da forma como fez no ano passado. Mas, de qualquer forma, o Governo tem um instrumento. Em função da sua receita, libera ou não, ou prorroga a liberação de verbas.

Isso é muito sério. Tem sido sério na minha região, que tem períodos chuvosos e períodos secos. Muitas vezes as verbas são liberadas no final do ano, como ocorreu no passado, e é impossível aplicá-las na recuperação de rodovias, por exemplo.

Isso é algo que tem que ser efetivamente mudado. Eu diria que estamos aqui discutindo uma fase, a de elaboração da proposta. Mas o que é mais importante, no meu entender, é a fase da execução da proposta.

O Sr. Josaphat Marinho – É precisamente a esse respeito, Senador, a minha indagação.

O SR. COUTINHO JORGE – O mais importante é a fase do acompanhamento e avaliação, algo que o Congresso Nacional até hoje não fez e não sabe fazer.

O Sr. Josaphat Marinho – Ainda que não se estabeleça nenhuma norma de caráter rigidamente obrigatório, dada a natureza do Orçamento, uma disciplina pode ser estabelecida para evitar que o Governo faça o contingenciamento das verbas providas do Congresso a seu critério exclusivo.

O SR. COUTINHO JORGE – Inclusive no ano passado, o Congresso incluiu dispositivo na lei que exige o detalhamento do quadro das despesas trimestrais, da execução física e financeira. Foi um avanço! Mas acredito, Senador, que a grande solução seria termos um sistema de acompanhamento e avaliação. Só estamos nos concentrando na fase de elaboração, o que é um aspecto. Não acompanhamos rigorosamente

a execução e com isso falhamos no nosso papel de legisladores, que consiste em acompanhar a programação efetiva do Governo. Essa é uma falha muito séria que temos que vencer e superar.

Mas, para concluir, eu diria que pontos positivos a LDO atual tem. Ela tem avanços, mas precisa ser modificada e aprimorada.

Espero que a Comissão, hoje sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, possa levar à frente uma série de idéias que visam exatamente aprimorar esse instrumento importante, que vai servir de balizamento para podemos realizar uma proposta orçamentária real, viável, exequível, que interesse aos nossos Estados e Municípios.

Em síntese, é fundamental definirmos claramente o papel do TCU na informação sobre obras irregulares, e fazemos uma triagem no conceito de irregular, para separar as obras que são meramente formais daquelas realmente irregulares desde a sua licitação, para não misturar o joio com o trigo.

É fundamental mantermos os investimentos em rodovias, sobretudo em função das regiões mais carentes, e não de 10%, mas de 20%, anualmente. É importante, também, que o Governo explicitasse as consequências financeiras da negociação da dívida dos Estados, do Proer, da área rural, no total global do próprio Orçamento. É fundamental uma priorização da regionalização efetiva no Orçamento, coisa que vem apresentada de uma forma bastante geral.

São esses os pontos que, no nosso entender, precisam de atenção, apesar do avanço em muitos outros, como é o caso dos precatórios, que, desta vez, no art. 11 da LDO, vêm bastante explicitados. Isso mostra que uma CPI desta Casa alertou o País, o próprio Governo Federal a tomar decisões cautelares, para evitar qualquer equívoco nesse tema, que ainda não foi concluído na nossa CPI. Mas é um avanço.

Portanto, para concluir, quero dizer que houve avanços, mas ainda há pontos polêmicos a ser equacionados em função de um orçamento que tenha transparência e reflita os interesses efetivos do nosso País.

Eram essas as considerações que queria fazer. Espero voltar em breve, após o retorno do Ministro – que ficou de estar conosco daqui a 15 dias –, para tecer detalhes mais aprofundados a respeito de algumas teses aqui levantadas.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Coutinho Jorge, a Sra. Júnia Marise, 2ª Vice-Presi-

dente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Com a palavra, por 20 minutos, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já ontem falava nesta tribuna o ilustre Presidente da CPI, Senador Bernardo Cabral, felicitando a decisão do Supremo, que não acatou – o que inicialmente aconteceu com a liminar – a medida que impedia que a CPI dos Precatórios quebrasse o sigilo de determinado cidadão.

Como o Senador Bernardo Cabral, também felicito o Supremo. Pensei muito se deveria falar antes ou depois da decisão. Mas, da mesma forma que o Presidente da Comissão, e jurista, achei que poderia soar mal falar antes. Eu também tinha a tranquilidade de que a resposta seria essa.

Sabemos que só a liminar do Ministro causou prejuízos à CPI, complicou enormemente os trabalhos da CPI. Com essa liminar, as pessoas que vinham depor já aqui chegavam quase que em uma situação de superioridade. "Só respondo se não me atingir, se não me prejudicar, se não me incriminar. Quero, primeiro, escutar o meu advogado." Eram essas as respostas dos depoentes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a decisão foi importante. Tenho falado várias vezes na Comissão e no plenário, porque acho que o assunto é da maior importância: o maior mal deste País é a impunidade.

Estamos vendo avançarem o sinal. Há pouco, a Senadora Benedita da Silva também falou sobre isto. Ontem queimaram de novo um mendigo aqui em Brasília, só que, desta vez, não houve manchetes. É uma rotina mensal queimar mendigos em Brasília. O que há neste País é a impunidade. E que me perdoe o Supremo, e que me perdoe a Justiça, e que me perdoem os outros Poderes, mas, nestes últimos tempos, o único sinal de tentativa de se fazer alguma coisa tem partido do Congresso Nacional. Este Congresso, repito, através de uma CPI, teve a coragem, democraticamente, sem violência, sem arbítrio, numa atitude inédita, de afastar por corrupção um Presidente da República. E eu fiz parte dessa CPI. O Senador Josaphat Marinho se lembra que deixamos uma montanha de documentos na Procuradoria relativos ao caso. A Procuradoria e o Supremo não encontraram uma vírgula para condenar o ex-Presidente, que está lá no exterior, em um **dolce far niente**.

Este Congresso teve a coragem de fazer uma CPI e de cassar na carne seus próprios Parlamentares. E outra montanha de documentos foi levada por nós ao Procurador-Geral da República, com fatos os mais variados que se possa imaginar, para que fossem apurados. Cassamos o ex-Presidente e, depois disso, não aconteceu nada.

O Sr. Boris Casoy, uma pessoa que admiro, o homem do jornal TJ Brasil, da tevê do Sr. Sílvio Santos, pergunta se a CPI vai ou não terminar em **pizza**. Gostaria de lhe dizer que, com a sua cultura e competência, ele deveria entender que não cabe ao Congresso Nacional nem pedir, nem decretar a prisão de nenhum cidadão. Compete ao Congresso Nacional fazer o **impeachment** do Presidente, um dossiê e entregá-lo à Procuradoria da Justiça, ou seja, fazer como na Comissão, presidida pelo Senador Bernardo Cabral, onde os dossiês estão sendo feitos, preparados e encaminhados à Justiça. Se não vai adiante, não é culpa do Congresso, porque ele não tem essa força; se não vai adiante é porque alguém não faz com que vá adiante.

Meu amigo Dr. Boris Casoy, o senhor é muito competente, mas as últimas CPIs não têm terminado em **pizza** não; o cidadão não vai para a cadeia, porque, repito, não nos cabe prender ninguém; não vai para a cadeia, porque, mesmo com as conclusões da CPI, ou o Procurador, ou o Poder Judiciário não leva o caso adiante.

Sr. Presidente, vejo no jornal: "Tribunal condena Presidente da Fiat". A poderosa e fantástica Fiat! A maior empresa italiana, e o Tribunal colocou na cadeia o seu presidente e o condenou a pagar milhões de libras, porque ficou comprovado que ele agiu com corrupção. Ficou provado que ele sabia do caixa 2 que dava dinheiro para a campanha dos políticos na Itália.

Na CPI do Orçamento, o dossiê foi enorme. É verdade, Sr. Presidente, que o Senado vai pagar o pecado mortal de não ter criado a terceira CPI – que lutei para que fosse criada: a CPI dos Corruptores. Até hoje o PFL e o PSDB não indicaram os membros da Comissão para apurar os corruptores. Mas, mesmo assim, está no jornal: "Tribunal condena Presidente da Fiat".

No Brasil, tremeram de medo; as pessoas se apavoraram porque a CPI teve a coragem de convidar um ilustre Presidente de um grande banco. Quando os bancos são pequenos, quando são singelos, tudo bem, mas um banco grande?! O temor era grande pela coragem de tê-lo convocado.

Neste País, reina a impunidade; este é o país da impunidade. É por causa dessa impunidade que

as crianças ateiam fogo nas pessoas; é por causa dela que o roubo e a falcatura se repetem, e é essa impunidade que faz com que o homem da vila só tenha medo da polícia e da brigada, porque este bate, este tortura e mata. Mas o cidadão bem apessoado, que está bem vestido e que tem condições de chegar ao gabinete de "a" ou de "b" sabe que com ele não vai acontecer nada.

Tem razão o Sr. Boris Casoy quando diz que tudo termina em **pizza**, porque para a cadeia não vai ninguém. É verdade, foi para um hotel de 10 estrelas o cidadão das Alagoas que causou a CPI. Na verdade, esse é o único caso que me lembro de alguém importante que foi condenado à prisão. É claro que a cadeia era superespecial, com um superatendimento. De repente, levaram-no para Alagoas; de repente, deram-lhe liberdade provisória, só tinha que dormir na cadeia – de repente, nem dormir; e, de repente, morreu assassinado. De repente, terminaram com uma das maiores fontes, conhecedora de uma multidão de conseqüências e de fatos vividos por muita gente.

É uma piada, Sr. Presidente, das mais grotescas que já ouvi, dizer que a sua morte e a da sua namorada foram crimes passionais. Um cidadão daquela frieza e tranquilidade; uma moça que estava vivendo o ápice da sua vida social, econômica e financeira. E dizer que aquilo foi um caso passionai!

Agora, tanto tempo depois, está aparecendo um perito lá das Alagoas dizendo que teria sido falsa a conclusão do caso – e é grave o que ele diz. O Sr. Palhares tem que responder a isso, e a Justiça vai ter que averiguar; parece que vai nomear um terceiro perito.

Para mim, não foi crime passionai. Custa-me crer que o homicídio daquele cidadão e o da sua namorada foram passionais. Mas espero que essa CPI vá adiante e chegue a uma conclusão. Espero também uma posição por parte do Poder Judiciário.

Sr. Presidente, estou nesta tribuna não apenas por esse motivo, esse é o meu intróito. Sr. Bernardo Cabral, estou feliz em vê-lo aqui. O meu pronunciamento dirige-se especialmente a V. Ex^a, que poderá estranhar, dizendo que já falei na Comissão e que, agora, falarei no plenário. O assunto é tão importante que repito no Plenário o que disse na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Senador Pedro Simon, o intróito de V. Ex^a já levou quinze minutos. Só lhe restam cinco.

O SR. PEDRO SIMON – Para quem rouba neste País desde 1500, Sr. Presidente, vamos tentar em cinco minutos...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Gostaria de lhe conceder cinquenta, mas tenho que ser escravo do Regimento.

O SR. PEDRO SIMON – Vamos tentar em cinco minutos compensar um rombo tão grande de 500 anos.

Foi V. Ex^a muito competente. Tanto na CPI do **Impeachment** quanto na CPI dos Anões do Orçamento, houve um trabalho de integração com a Polícia Federal, com os procuradores, com a Fazenda. Isso existiu, mas não de maneira tão séria, tão organizada e tão participativa como faz V. Ex^a. A Polícia Federal, Procuradoria, a Fazenda, naquela oportunidade, colaboraram no âmbito da assessoria das Comissões, das salas do relator e do sub-relator. Hoje, não: V. Ex^a faz convite oficial e por escrito. A resposta é oficial. O Procurador-Geral indica, a Fazenda indica, o Tribunal indica. As pessoas estão participando oficialmente. E há um trabalho partícipe da Comissão, dos Senadores e da Polícia Federal, que, mediante a ação do seu ilustre delegado – para mim uma bandeira neste País – tem ajudado imensamente.

Quero pensar juntamente com V. Ex^a se devemos fazer uma proposição, como uma das conclusões da Comissão, no sentido de se acabar com a impunidade. No entanto, isso não me alimenta muito o otimismo, porque já fiz isso na CPI do Orçamento. Mas colocaram uma faca no nosso peito dizendo que tínhamos de terminar, terminar. Não nos deram prorrogação de prazo. Então, pensamos: vamos citar os Parlamentares, para não dizerem que estamos agindo de forma corporativa, e vamos dizer que o primeiro item da conclusão da nossa comissão é que se deve instalar imediatamente a CPI dos Corruptores. E essa até hoje não foi instalada.

Portanto, digo a V. Ex^a que, ou como conclusão, ou como continuação, depois de encerrados os trabalhos de averiguação, poderíamos estudar uma fórmula através da qual se possa dar um passo no sentido da integração contra a impunidade.

Reconheço o trabalho que V. Ex^a está fazendo, o que nós estamos fazendo. De certa forma é um belo trabalho, mas não é por aí que vamos solucionar.

Na Itália houve a Operação Mãos Limpas, que contou com a participação do Executivo e sobretudo do Judiciário, que cassou e prendeu mais de cem parlamentares, muitos ministros e muitos juízes.

Acho que, já que dos trabalhos da Comissão estão participando praticamente todos, deveríamos convidar o Supremo para indicar representação. E aí veríamos qual é o caminho, qual é a fórmula, qual é a saída, qual é a proposta para que neste País de-

sapareça a impunidade. Assim, por exemplo, acontece na Europa, onde quem frauda o Imposto de Renda vai para a cadeia; assim aconteceu nos Estados Unidos, onde pegaram o Al Capone por causa de indicação de fraude do Imposto de Renda. Nesses países, a pessoa só sai da cadeia depois que pagar tudo aquilo que, segundo as acusações, teria fraudado.

Por que nos outros países existe a punição realmente para quem comete um delito e, no Brasil, só para quem rouba galinha? Faço um apelo a V. Ex^a – eu até gostaria de estudar com V. Ex^a – no sentido de que apresentemos um projeto de resolução que combata a impunidade. Vamos apresentar, como conclusão da CPI, esse projeto de resolução; vamos solicitar prorrogação dos trabalhos da CPI para debatermos o que vamos fazer para combater a impunidade.

Hoje, todo mundo lava as mãos. Perdoe-me o Supremo, mas, de certa forma, acho que nós é que ainda estamos fazendo mais. E o clamor da CPI dos Corruptores que o Congresso não criou? Isso vai pesar por muito tempo sobre o Congresso.

Enderecei ao Presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, a resposta a uma indagação que fiz relativamente a uma reportagem publicada na **Zero Hora** de Porto Alegre, mediante a qual se mostrava que os enormes arquivos da CPI do Orçamento, com todas as provas da corrupção, estão apodrecendo numa das salas do Senado Federal. A resposta dada pela Direção da pessoa encarregada do setor é que ela não tinha o que fazer. Enderecei esse trabalho ao Sr. Antônio Carlos Magalhães e espero a resposta. Porque, na verdade, na verdade, seria um absurdo que todo um trabalho pronto e acabado desaparecesse.

Mas antes e acima disso espero que realmente possamos encontrar, ilustre Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma forma de responder a isso que é um escândalo: o escândalo da impunidade na História deste País.

Muito obrigado pela tolerância, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Em tempo cedido pelo Senador Antonio Carlos Valadares, concedo a palavra, por vinte minutos, ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o problema da reforma agrária, com as atuações desenvolvidas pelo chamado Movimento dos Sem-Terra, tem centrado as atenções de todo o

País, especialmente pela ampla cobertura que o assunto merece da imprensa, da televisão e do rádio.

As mais diversas instituições da sociedade civil, além do Congresso e dos órgãos governamentais, têm abordado o problema da reforma agrária, enunciando críticas e sugestões em torno de um tema sobre o qual nem sempre estão bem informados. Tal problemática, na verdade, merece esse interesse da opinião pública e a atenção especial que lhe concede a mídia, pois se trata de uma das mais graves questões a desafiar a criatividade da administração pública. O que me causa estranheza nos debates referentes à reforma agrária, Sr. Presidente, é o quase silêncio que se faz em torno do documento intitulado "Reforma Agrária, Compromisso de Todos", elaborado pela Presidência da República. A meu ver, trata-se da mais substancial síntese sociológica até aqui levada a efeito sobre os estudos de tema tão discutido. E ali nesse documento vamos encontrar informações densas que contestam esses movimentos que aí estão de reforma agrária. Um folheto de apenas 94 páginas, que deveria ser leitura obrigatória para quantos se arrogam o conhecimento do assunto, faz um histórico sociológico magistral sobre o que podemos chamar a nossa cultura agrária, demonstrando que os nossos vícios fundiários iniciaram-se com as capitanias hereditárias criadas pela corte de Portugal, daí surgindo os hábitos e as normas que até hoje não puderam ser de todo suprimidas. Os dados estatísticos registrados em tal trabalho não deixam a menor dúvida de que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso cumpre o que prometeu seria realizado no seu Programa de Governo referente à política fundiária, conquistando a efetivação de metas jamais alcançadas pelo conjunto de todas as administrações que já lideraram o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) (Fazendo soar a campainha) – Desculpe-me interrompê-lo, Senador Edison Lobão, para prorrogar a Hora do Expediente por quinze minutos, para que V. Ex^a possa concluir seu discurso.

O SR. EDISON LOBÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Este é um indicador verdadeiramente avassalador.

Note-se, Sr. Presidente, que nenhum dos dados oferecidos pelo referido estudo foi contestado por quem quer que seja, mesmo porque se trata de dados estatísticos extraídos das mais qualificadas fontes.

Em apenas dois anos, não mais que isso, o atual Governo já assentou um total de famílias equi-

valente a quase metade de tudo que havia sido executado até o início da gestão Fernando Henrique Cardoso, ou seja, 104.956 famílias. Essas famílias receberam 3.502.252 de hectares desapropriados ou adquiridos pelo Governo nesses dois anos, onde hoje se alojam cerca de 350 mil pessoas.

Sr. Presidente, essa área distribuída aos sem-terra é de extensão maior que a Bélgica, numa Nação, como a nossa, em que a Amazônia ocupa 5 milhões de quilômetros quadrados (59% do território nacional), abrigando uma floresta espessa, de 3,45 milhões de quilômetros quadrados (40% do total), restando-nos 350 milhões de hectares de área agricultável aparente, segundo pesquisas do IBGE.

Vê-se, portanto, que a área distribuída aos sem-terra tem relevância até mesmo como representativa do esforço da sociedade brasileira para atender aos que não têm terra, mas aspiram nela trabalhar.

Na verdade, temos no Brasil uma disponibilidade de terras produtivas suficientes para uma ampla reforma agrária, cerca de 25 milhões de hectares dos 150 milhões detectados pelo IBGE. Digo 25 milhões de hectares – área igual aos territórios de Portugal, Suíça, Bélgica e Hungria somados – porque, segundo as próprias estatísticas, o grosso dos restantes 125 milhões de hectares espalham-se por florestas densas, regiões insalubres, isoladas, sem comunicações ou situadas em zonas com pouca água ou de solo frágil. Não é por falta de terra, portanto, que deixaremos de realizar uma reforma agrária que provavelmente não encontrará paralelo no mundo.

Quanto a sociedade paga pelo assentamento de uma família "sem-terra"? – esse é um outro dado de que a sociedade brasileira precisa ter consciência – é a pergunta formulada por todos e que o Presidente da República responde neste documento que elaborou e entregou para o conhecimento de todos nós.

O valor de R\$40 mil em algumas regiões do centro-sul, onde a terra é mais cara, é o custo somente de um lote individual. Mas, para efeito de cálculo, os técnicos estimam em R\$20 mil o custo médio para o assentamento de uma família.

Ao assumir um lote, cada família recebe R\$340 para alimentação, mais um crédito de fomento de R\$740, mais um crédito para construção de moradia de R\$2 mil. Inscrevendo-se em seguida no Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – Proterra, tem acesso a três linhas de financiamento: crédito de custeio de R\$1 mil; crédito de investimento de R\$7,5 mil; e crédito cooperativo de mais R\$7,5

mil para pagar a quota-parte da cooperativa do assentamento. O total dessa ajuda entregue ao assentado, além da terra, é de R\$19.080,00.

O Sr. Gilvam Borges – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Edison Lobão?

O EDISON LOBÃO – Ouço o nobre Líder Gilvam Borges.

O Sr. Gilvam Borges – Nobre Senador Edison Lobão, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo por esse pronunciamento abalizado, fundamentado com dados que se fazem necessários. O Presidente Fernando Henrique Cardoso e seus Ministros têm feito o possível no tocante aos assentamentos por todo o País. É verdade, nobre Senador, que esses movimentos sociais, que deveremos reconhecer no sentido da pressão, vêm num vácuo, uma vez que as oposições ficaram, de certa forma, sem o seu discurso, em decorrência da queda do "Muro de Berlim", da reorganização de toda a sociedade. Desde a Revolução de 1914, a pregação única era a de que a humanidade deveria ter comumente tudo: a terra, os bens. Isso, pela nossa história, realmente, está comprovado. Esses dados nos dão a condição de que a propriedade privada, a produção de todo cidadão é inalienável. Onde Karl Marx e Engels erram é justamente em não verem a condição da pessoa como ser inteligente e com discernimento. Que ótimo seria se, como na **Utopia**, de Thomas More, pudéssemos ter e compartilhar tudo. Isso seria uma maravilha, mas não é da condição do ser humano e de sua inteligência. Compreendemos que esses movimentos têm abraçado aquela bandeira como a última alternativa. Quero me congratular com V. Ex^a pela coragem de fazer um pronunciamento baseado em dados concretos, mostrando-nos que realmente não houve, na História do Brasil, um Presidente que tomasse essas iniciativas no sentido de cumprir o seu programa, como está ocorrendo, e numa velocidade muito grande. Acredito, nobre Senador, que levaremos, no mínimo, de 30 a 40 anos nesse processo de assentamentos, porque vivemos em um País de dimensões continentais. Ao me congratular com V. Ex^a, quero dizer da minha alegria e satisfação de ver que há homens de coragem, assumindo suas posições, ao fazer um pronunciamento sobre a reforma agrária, principalmente nesse momento histórico, onde há um Presidente com a disposição de fazer a reforma agrária.

O SR. EDISON LOBÃO – Agradeço-lhe, Senador Gilvam Borges, o aparte.

V. Ex^a que vem do extremo norte do Brasil conhece as agruras dos nossos conterrâneos sem terra, as dificuldades por que passam, mas também os fatos emergentes e do conhecimento de todos do mundo moderno.

Na verdade, a reforma agrária brasileira começou a ser feita a partir de 1964. Antes disso, nela falava-se muito e por ela fazia-se pouco. Passou-se a fazer com o Estatuto da Terra, que é de 1964.

Mas o que se pretende, agora, é uma reforma agrária que seja realizada da noite para o dia. O que não é possível, como demonstra o Presidente da República nesse documento que entregou ao conhecimento de toda a Nação brasileira.

Como dizia, os assentados, além de receberem a terra, recebem mais R\$19.080,00 para o seu assentamento.

Metade desses recursos é dada pelo Governo, a fundo perdido. Isto é, a família não terá de pagar. A outra metade é emprestada a prazo de sete anos, com dois de carência. Metade do crédito de custeio de R\$1.000,00 teria que ser reembolsada pela família em um ano. Se pagar, o assentado terá direito a receber novo crédito de R\$1.000,00 nas mesmas condições.

Não preciso ressaltar que raros são os que pagam tais dívidas, acumulando-se assim os custos do Tesouro Nacional. Não pagam, bem entendido, porque não podem pagar, porque não auferiram rendas que lhes permitam saldar compromissos mesmo que tão modestos.

Se se cumprir a meta oficial de serem assentadas 100 mil famílias em 1998, tal compromisso custará à Nação cerca de R\$4 bilhões.

Nos dois primeiros anos do atual Governo, foram gastos cerca de R\$2 bilhões e 700 milhões com a reforma agrária. Para 1997, o orçamento previsto representa um aumento de 80% sobre os gastos despendidos em 1996, isto é, vai-se gastar R\$2.597.954.286,00 com os projetos de reforma agrária.

É também importante ressaltar que, nas principais desapropriações ou aquisições de terras pelo Governo, têm sido atendidas as solicitações das entidades vinculadas ao problema.

Em 1996, a Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) indicou 226 áreas para reforma agrária: 28 eram inviáveis e, das 198 restantes, 100 delas desapropriadas ou adquiridas.

O MST (Movimento dos Sem-Terra) indicou 196 áreas: 15 eram inviáveis e 126, das 181 restantes, foram compradas ou desapropriadas pelo Governo Federal.

Em suma, o Governo, em dois anos, desapropriou 780 imóveis e comprou outros 62 para fins de reforma agrária, e registra como meta o assentamento, em quatro anos, de 280 mil famílias, ou seja, cerca de 25% a mais do que foi feito em todos governos federais anteriores somados, desde 1964.

O Sr. Iris Rezende – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO – Ouço com muito prazer o eminente Senador Iris Rezende, cuja experiência nesta matéria é conhecida. Foi Governador de Estado algumas vezes e Ministro da Agricultura e Reforma Agrária.

O Sr. Iris Rezende – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Edison Lobão, pelo aparte e pela referência elogiosa. Quero inicialmente cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa de trazer à discussão desta Casa um dos temas hoje considerados mais polêmicos da vida brasileira, que é a reforma agrária. Não nos surpreende porque V. Ex^a, como homem público calejado, sensível, sempre está a preocupar-se com os problemas atuais que afligem a nossa população. Estou absolutamente de acordo com V. Ex^a em tudo o que foi afirmado até essa fase do seu discurso. Gostaria apenas de fazer aqui algumas observações. Quando digo que estou de acordo, estou de acordo com o volume do trabalho apresentado pelo Governo do Presidente Fernando Henrique. Sua Excelência, em pouco tempo, suplantou a ação de outros governos e tem estado voltado para a questão da reforma agrária, tem-se esforçado. Agora, temos que analisar a reforma agrária hoje, agora, sob alguns aspectos. Por que essa movimentação por todo o Brasil dos sem-terra? Entendo que a política econômica aplaudida por todos nós, que estabilizou a economia e que, praticamente, banuiu a inflação, trouxe algumas consequências, e uma delas é o desemprego. Hoje são milhões de brasileiros desempregados, trabalhadores não especializados. Por outro lado, temos muitos pequenos proprietários que, em virtude também da política de estabilização econômica, perderam suas propriedades nos últimos anos. Não são poucos, são milhares. Naquela época, antes do plano, se a pessoa que devia um montante, a um banco ou a um particular, vendesse 10% da sua propriedade, seria o suficiente para quitar o seu débito. Mas, o que aconteceu? Com a elevação da taxa de juros, os seus débitos triplicaram, quintuplicaram, e o preço de suas propriedades foi reduzido; um alqueire de terra, que há dois anos, vamos dizer, valia R\$12 mil, hoje vale R\$4 mil – um terço do valor. Um lote urbano que, suponhamos, valia R\$10 mil, hoje vale R\$4 mil ou R\$3 mil. O patrimônio, então, tornou-se insuficiente para a quitação do seu débito total, e esses proprietários foram obrigados a vender suas propriedades, ou, muitas vezes, perderam suas propriedades na Justiça, acorreram às cidades, não encontraram oportunidade de traba-

lho e se juntaram aos sem-terra. Agora, estando de acordo com tudo o que V. Ex^a afirmou, eu queria fazer uma observação: quando vem, por exemplo, uma catástrofe, uma enchente numa região do Brasil, o Governo despende um esforço extraordinário para acudir, quando vem uma intempérie no campo, o Governo se esforça e atende o agricultor prejudicado, e assim por diante. Então, mesmo diante do volume de assentamentos apresentado, eu gostaria que o Governo despendesse mais esforços, mas muito mais, como se fosse numa situação de emergência, para acudir os sem-terra, porque, na verdade, o mundo inteiro não compreende que num País como o nosso, com 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, com uma área considerável de terras agricultáveis e com apenas 150 milhões de brasileiros, fiquemos a presenciar os mesmos, por todos os recantos do Brasil, a clamar por terra para plantar. Porque de todas as iniciativas, neste País, na área econômica, a pior delas é a roça. Se a roça fosse boa, fosse atraente, nós teríamos ainda 80% dos habitantes na zona rural; no entanto, hoje temos menos, temos em torno de 18%. Por quê? Porque o trabalho na roça é difícil. Então, não podemos permitir que pessoas que queiram buscar a área mais difícil das atividades humanas fiquem a clamar dia e noite, e – cá para nós – nos preocupando, porque o que se observa, hoje, no Brasil, é questão até de uma guerra civil. Estamos vivendo uma situação preocupante. São proprietários de terras se armando numa região e noutra, são os sem-terra a desafiar o Governo, a desafiar a própria sociedade, proclamando o desrespeito à Justiça e ao direito de propriedade. De forma que um esforço especial, muito especial, do Governo, nessa hora, poderia resolver, de uma vez por todas, o problema de terra para os trabalhadores sem terra. Meus cumprimentos pelo pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO – A palavra de V. Ex^a é uma das palavras mais experientes deste País. V. Ex^a foi Prefeito da capital, foi Governador duas vezes, foi Ministro da Agricultura, e, muito mais do que isso, é um político que visita o interior do Estado frequentemente. Conversa com proprietários e conversa com trabalhadores. É capaz, portanto, de haurir as aspirações do povo brasileiro no que diz respeito às políticas fundiária e agrária. Portanto, as observações de V. Ex^a devem ser levadas em consideração tanto por nós, aqui neste plenário, quanto pelo Governo, por tudo que elas significam de procedência, de densidade e de profundidade. Sou, portanto, agradecido a V. Ex^a pelo aparte, que é uma contri-

buição significativa a este discurso que faço, neste momento, que diz respeito à reforma agrária neste País.

Não posso deixar de concordar com V. Ex^a, quando diz que a agricultura brasileira, de algum modo, é desassistida, com o valor aviltado da própria terra e com o valor daquilo que a terra produz, por igual aviltado.

Não é assim em outros países. Os governos procuram assistir a sua agricultura. Na França, o Governo financia, subsidia pesadamente a produção do açúcar da beterraba, que custa mais do dobro do preço do açúcar da cana-de-açúcar. Aparentemente, seria muito melhor ao Governo francês permitir a importação do açúcar de outros países do que pagar o dobro pelo preço do açúcar da beterraba. O Governo francês faz isso para manter o homem no campo e prestigiar a sua agricultura.

Era isso que deveríamos fazer aqui também e não o fazemos. Sei que os Ministros da Agricultura, e V. Ex^a foi um deles, sempre clamaram por uma solução dessa natureza, mas nunca tiveram êxito total. V. Ex^a avançou muito. Distribuiu muita terra para os trabalhadores sem terra, e conseguiu avanço também no financiamento do subsídio à agricultura. Mas não conseguimos até hoje o necessário para que a nossa agricultura tivesse o prestígio que ela merece.

Sr. Presidente, não quero retardar mais a sessão. V. Ex^a já foi tolerante. Peço apenas que considere como lido o restante do meu discurso.

Muito obrigado.

*SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO
DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO:*

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Senadores.

O problema da reforma agrária, com as atuações desenvolvidas pelo chamado Movimento dos Sem Terra, tem centrado as atenções de todo o País, especialmente pela ampla cobertura que o assunto merece da imprensa, da televisão e do rádio.

As mais diversas instituições da sociedade civil, além do Congresso e dos órgãos governamentais, têm abordado o problema da reforma agrária, enunciando críticas e sugestões em torno de um tema sobre o qual nem sempre estão bem informados.

Tal problemática, na verdade, merece esse interesse da opinião pública e a atenção especial que lhe concede a mídia, pois se trata de uma das mais graves questões a desafiar a criatividade da administração pública.

O que me causa estranheza nos debates referentes à reforma agrária, Senhor Presidente, é o

quase silêncio que se fez e se faz em torno do documento intitulado "Reforma Agrária – Compromisso de todos", elaborado pela Presidência da República.

A meu ver, trata-se da mais substanciosa síntese sociológica até aqui levantada a efeito sobre os estudos de tema tão discutido. O folheto de apenas 94 páginas, que devia ser leitura obrigatória para quantos se arrogam conhecimento do assunto, faz um histórico sociológico magistral sobre o que podemos chamar a nossa "cultura agrária", demonstrando que os nossos vícios fundiários iniciaram-se com as Capitâneas Hereditárias criadas pela Corte de Portugal, daí surgindo os hábitos e as normas que até hoje não puderam ser de todo arraigados.

Os dados estatísticos registrados em tal trabalho não deixam a menor dúvida de que o Governo Fernando Henrique Cardoso cumpre o que prometeu seria realizado no seu programa de governo referente à política fundiária, conquistando a efetivação de metas jamais alcançadas pelo conjunto de todas as administrações que já lideram o nosso País.

Nota-se, Senhor Presidente, que nenhum dos dados oferecidos pelo referido estudo foi contestado por quem quer que seja, mesmo porque se trata de dados estatísticos extraídos das mais qualificadas fontes.

Em apenas dois anos, o atual governo já assentou um total de famílias equivalente a quase metade de tudo o que havia sido executado até o início da gestão Fernando Henrique Cardoso, ou seja 104.956 famílias. Estas famílias receberam 3.502.252 hectares desapropriados ou adquiridos pelo governo nesses dois anos, onde hoje se alojam cerca de 350 mil pessoas.

Senhor Presidente, essa área distribuída aos sem-terra é de extensão maior que a Bélgica, numa Nação, como a nossa, em que a Amazônia ocupa 5 milhões de quilômetros quadrados (59% do território nacional), abrigando uma floresta espessa de 3,45 milhões de quilômetros quadrados (40% do total do país), restando-nos 350 milhões de hectares de área agricultável aparente, segundo pesquisas do IBGE.

Vê-se, portanto, que a área distribuída aos sem-terra tem relevância até mesmo como representativa do esforço da sociedade brasileira para atender aos que não têm terra, mas aspiram nela trabalhar.

Na verdade, temos no Brasil uma disponibilidade de terras produtivas suficientes para uma ampla reforma agrária, cerca de 25 milhões de hectares dos 150 milhões detectados pelo IBGE.

Digo 25 milhões de hectares – área igual aos territórios de Portugal, Suíça, Bélgica e Hungria so-

mados – porque, segundo as próprias estatísticas, o grosso dos restantes 125 milhões espalham-se por florestas densas, regiões insalubres, isoladas, sem comunicações ou situadas em zonas com pouca água ou de solo frágil.

Não é por falta de terra, portanto, que deixaremos de realizar uma reforma agrária que provavelmente não encontrará paralelo no mundo.

Quanto a sociedade paga pelo assentamento de uma família "sem-terra"? – é a pergunta formulada pela publicação da Presidência da República.

O valor de 40 mil reais, em algumas regiões do centro-sul onde a terra é mais cara, é o custo somente de um lote individual. Mas, para efeito de cálculo, os técnicos estimam em 20 mil reais o custo médio para o assentamento de uma família.

Ao assumir um lote, cada família recebe 340 reais para alimentação, mais um crédito de fomento de 740 reais, mais um crédito para construção de moradia de 2 mil reais.

Inscrevendo-se em seguida no Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCE-RA, tem acesso a três linhas de financiamento: crédito de custeio de 1 mil reais; crédito de investimento de 7.500 reais; e crédito cooperativo de mais 7.500 reais para pagar a quota-parte da cooperativa do assentamento. Total: R\$19.080,00.

Metade desses recursos é dada pelo governo a fundo perdido. Isto é, a família não terá de pagar. A outra metade é emprestada a prazo de 7 anos, com dois de carência. Metade do crédito de custeio de R\$1.000,00 teria que ser reembolsada pela família em um ano. Se pagar, o assentado terá direito a receber novo crédito de 1.000 reais nas mesmas condições.

Não preciso ressaltar que raros são os que pagam tais dívidas, acumulando-se assim os custos do Tesouro Nacional. Não pagam, bem entendido, porque não podem pagar, porque não auferiram rendas que lhes permitam saldar compromissos mesmo que tão modestos.

Se se cumprir a meta oficial de serem assentadas 100 mil famílias em 1998, tal compromisso custará à Nação cerca de 4 bilhões de reais.

Nos dois primeiros anos do atual governo, foram gastos cerca de R\$ 2,7 bilhões com a reforma agrária. Para 1997, o orçamento previsto representa um aumento de 80% sobre os gastos despendidos em 1996, isto é, vai-se gastar R\$2.597.954.286,00 com os projetos de reforma agrária.

É também importante ressaltar que, nas principais desapropriações ou aquisições de terras pelo

governo, têm sido atendidas as solicitações das entidades vinculadas ao problema.

Em 1996, a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) indicou 226 áreas para reforma agrária: 28 eram inviáveis e, das 198 restantes, 100 foram desapropriadas ou adquiridas.

O MST (Movimento dos Sem-Terra) indicou 196 áreas: 15 eram inviáveis e 126, das 181 restantes foram compradas ou desapropriadas pelo governo federal.

Em suma, o governo, em dois anos, desapropriou 780 imóveis e comprou outros 62 para fins de reforma agrária, e registra como meta o assentamento, em quatro anos, de 280 mil famílias, ou seja, cerca de 25% a mais do que foi feito em todos os governos federais anteriores somados, desde 1964.

Senhor Presidente, não vejo como não se possa deixar de enxergar na atual administração, entoando-lhe hosanas, a excepcional disposição de atender às lideranças dos que representam os tantos brasileiros que almejam um pedaço de terra agricultável.

Já tenho dito desta tribuna, por mais de uma vez, que reforma agrária não se traduz em oferecer terra a quem não tem e deseja trabalhá-la. O custo da terra talvez seja a parte menos onerosa de uma política agrária.

Neste sentido, tenho uma sofrida experiência ao tempo em que governei o Estado do Maranhão, distribuindo 25 mil títulos a agricultores sem terra.

Para mim, a primeira condição para o êxito de uma reforma agrária, como já tem ocorrido no Brasil em alguns poucos assentamentos, é oferecer a terra agricultável ao cidadão brasileiro verdadeiramente vocacionado para o trabalho do campo. De nada adianta oferecer-se uma área de excelente terra a um metalúrgico desempregado se lhe faltam vocação e qualificação para se tornar um agricultor produtivo e rentável.

Também não adianta oferecer-se ao profissional do campo as sementes para os primeiros plantios se lhe faltam e à sua família, onde se situam, as condições mínimas de sobrevivência e progresso: entre outras necessidades, a casa para morar, a escola, o posto de saúde, a água para a irrigação, o clima propício à cultura, a orientação técnica.

Apenas distribuir terras entre os pobres do meio rural, como diz a referida publicação oficial, é reproduzir a pobreza no campo.

Dos assentamentos feitos até 1994, cerca de 40 mil famílias abandonaram suas terras. Os demais – ainda segundo os dados oficiais – vivem como as-

sentados, total ou parcialmente às custas dos programas de assistência do governo.

Na legislatura anterior, ouvimos o depoimento de um antigo Senador dando conta de que assentamos em Mato Grosso, implantados em terras de primeira qualidade, tinham fracassado pela carência de vocação agrícola de assentados.

Um deles trocara sua promissora gleba por uma bicicleta, e outros vendiam as suas áreas para fazendeiros das vizinhanças.

Inútil, pois, foram os gastos do governo federal em tais assentamentos, um desperdício dos poucos recursos da sociedade brasileira.

Portanto, parece-me uma perda de tempo, e de recursos, tapar-se o sol com a peneira da demagogia, oferecendo-se terras aos que não sabem, não querem ou não têm condições para trabalhá-las. Melhor seria que se concentrassem esforços técnicos para o cadastramento dos trabalhadores realmente vocacionados para as lides agrícolas, neles investindo os recursos e lhes dando as condições para obterem o desejado êxito em atividades do maior interesse para a economia nacional.

Atente-se, Senhoras e Senhores Senadores, para os dados que se seguem, contidos na publicação "Reforma Agrária – Compromisso de Todos", e que nos permitem muitas interpretações.

Preliminarmente, esclareça-se que se define como acampado aquele que permanece dentro de uma propriedade rural ou em suas redondezas, à beira das estradas, em situação provisória e precária. Registra a estatística: em 1995, cerca de 29.034 famílias de acampados eram cadastradas pelo Incra, 24% das quais foram assentadas.

Em 1996, além das excedentes do ano anterior – 22.041 famílias –, surgiram mais 21.111 famílias, perfazendo um total de 43.151 famílias acampadas. Dessas, foram assentadas 41% do total, ficando para 1997 um excedente de 25.371 famílias.

Em 1997, portanto, havia 15% mais de famílias acampadas que no final de 95, isto apesar de o Governo haver assentado, nesses dois anos, 25.011 famílias acampadas.

Em resumo: o número de acampados de 97 é quase igual ao dessas famílias que o Governo assentou nesses últimos dois anos.

Neste passo, "a conta nunca fechará: quanto mais acampados são assentados, mais haverá a assentar".

E isto ocorre, Sr. Presidente, em virtude do desemprego urbano que infelizmente grassa no País –

uma autêntica tragédia para os que sofrem tal infelicidade.

À falta de emprego, o trabalhador urbano, mesmo sem qualquer experiência na agricultura, não vê outra alternativa senão a de juntar-se aos sem-terra, na esperança, talvez vã, de encontrar num pedaço de terra a oportunidade que a tecnologia lhes roubou no trato com os serviços que, no passado, lhe estavam disponíveis nos setores urbanos.

Em 1950, a zona rural abrigava quase 70% dos habitantes do País e, hoje, tem pouco mais de 20%, fato que se caracteriza como um dos mais velozes processos de urbanização da história moderna, perdurando até o início dos anos 90 e praticamente estancando a partir de 1995.

O êxodo do campo, Sr. Presidente, vai acentuando a pobreza pela conjugação da superpopulação e a carência de empregos que ocupem as novas gerações.

A Europa do século 19 erradicou a sua pobreza, em parte, pela exportação dos pobres. Só o Brasil, num período de 61 anos – de 1884 a 1945 –, recebeu cerca de 4 milhões de imigrantes europeus.

Nos tempos atuais, Sr.as e Srs. Senadores, não há mais empregos disponíveis em lugar nenhum do planeta. Vê-se a cada dia – na França, Alemanha, Estados Unidos, Canadá e tantos outros países – como se enrijecem, até à desumanidade, as legislações e as repressões policiais contra os imigrantes de outras nações.

Temos, portanto, de resolver nós próprios o gravíssimo problema de criar condições profissionais para a atual e as futuras gerações.

Residem nas nossas imensas possibilidades de terras agricultáveis as perspectivas mais otimistas que beneficiariam milhões de brasileiros. Na extensão das nossas terras vocacionadas para a agricultura, e ainda hoje sem aproveitamento, caberia o somatório de vários países desenvolvidos europeus. Contudo, é preciso que planejemos o aproveitamento dessas disponibilidades com bom-senso, prudência e premissas técnicas realistas.

O Estatuto da Terra, de 30 novembro 1964, foi uma das mais sérias e corretas legislações já elaboradas em nosso País sobre política fundiária, mas, ao que parece, não se lhe deu o encaminhamento desejado, deixando-se de se conceder às pequenas propriedades rurais as facilidades oferecidas às grandes.

Senhor Presidente.

Quando se analisa o problema da reforma agrária e dos sem-terra, em nosso País, não se

pode deixar de enfatizar, de igual modo, as agruras por que passam os agricultores com-terra. Para eles, especialmente os pequenos, ainda não foram solucionadas suas dificuldades vinculadas ao crédito fácil e ao preço mínimo do que produzem. Ainda não se venceram, nos entendimentos internacionais, os obstáculos alfandegários que impedem uma justa concorrência internacional. Não foi superada nem mesmo, na nossa política interna, a deterioração dos preços dos produtos agrícolas nacionais pela importação de similares que, no exterior, recebem os subsídios que os nossos produtores não recebem.

Não devemos esquecer que os sem-terra de hoje serão os agricultores do amanhã, e melhor seria que não encontrassem no futuro os desanimadores obstáculos que hoje afligem os homens do campo legitimados em suas glebas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores.

O objetivo do meu pronunciamento, hoje, não é o de aprofundar as dificuldades sofridas pela agricultura brasileira. Ao contrário, o que desejo consignar são os aplausos que dirijo ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso pela maneira correta e generosa com que tem encaminhado o problema da reforma agrária em nosso País.

As informações que oferece no documento objeto desta análise não deixam qualquer dúvida sobre o fato de que a atual administração tem feito, em.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Jefferson Péres deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há algum tempo, cerca de um mês, o Senado Federal era apedrejado porque havia sido concedida uma liminar contra a Comissão Parlamentar de Inquérito que apura irregularidades na emissão de títulos por parte dos Estados e dos Municípios.

Lembro-me que tão logo a liminar era concedida para evitar que contas telefônicas de determinado investigado pela CPI chegassem ao conhecimento da Comissão, alguém dizia que a CPI morria ali.

Fiz questão de lembrar que nem sempre a concessão de uma liminar é a confirmação mais

adiante da decisão final e, tantas vezes, pode ser cassada.

Quando na qualidade de Presidente dessa Comissão, recebi o pedido de informações — no qual, ao final, se dizia que a liminar seria reexaminada se a CPI apresentasse dados novos —, busquei encaminhá-los, e chegaram às mãos dos Ministros do Supremo.

Hoje, Sr. Presidente, eu precisava fazer um registro. O eminente Senador Pedro Simon ocupou a tribuna e tive o cuidado de não apartear-lo — e até deveria fazê-lo para agradecer a forma pela qual S. Ex^a se manifestou em relação à atuação da Presidência. Calei-me, e entendo que tantas vezes o silêncio é o clamor de tudo aquilo que não fala. Não interrompi V. Ex^a, nobre Senador Pedro Simon, porque precisava usar a tribuna nestes cinco minutos, menos pela forma como o Supremo reconheceu a CPI, a sua legitimidade, nas respostas, mostrando que ela está no caminho certo à busca dos fraudadores que continuam levando o Erário às dificuldades a que tem sido sempre levado.

Precisava, agora, registrar o agradecimento aos companheiros da CPI, a tantos Senadores que se solidarizaram, mas isso foi apenas uma metade. Os outros 50%, aguardei religiosamente, com paciência, para que, quando viesse a vitória, eu declinasse de público: 50% desta vitória deve-se ao Sr. Antonio Carlos Magalhães. Tenho que fazer o registro e esperava que S. Ex^a não tivesse aqui presente, até para não lhe ferir a modéstia ou, quem sabe, deixar que S. Ex^a se sentisse em desconforto pelo registro do agradecimento.

Quando a liminar não foi cassada, apesar dos argumentos — e que aqui não se discuta a decisão desse ou daquele Ministro do Supremo Tribunal Federal —, o Presidente do Senado Federal saiu em defesa da CPI, travou inclusive uma discussão.

Ontem, o futuro Presidente daquele Tribunal esteve nesta Casa, mostrando que não se faz uma reforma judiciária apenas com juristas e com advogados, faz-se também com o Poder Legislativo. A sua vinda pela manhã e o resultado definitivo à tarde. O Supremo Tribunal Federal, por sete votos contra quatro, tomou conhecimento da medida que era inadequada, porque por via do **habeas corpus** não se poderia chegar onde se chegou, e, depois, quando tentaram converter o **habeas corpus** em mandado de segurança, já com o Ministro fora, o resultado foi de seis a quatro.

Mas o que importa não é essa decisão. Alguns Ministros, mesmo conhecendo do pedido para julgá-

lo no mérito, declararam, em alto e bom som, que a CPI tinha os poderes que estava exercitando. Ou seja, era a solidariedade e o esquecimento daquela polêmica que tinha havido antes.

Portanto, se a minha defesa pálida pela integridade da CPI contrasta com a defesa colorida da Presidência deste Senado, prestigiando todos os Membros da CPI, dando a ela todas as condições de continuar seu caminho, apontando as soluções necessárias, eu precisava dizer àqueles que não queriam reconhecer na CPI esse valor e que hoje devem estar com remorso. E o remorso, Srs. Senadores, nada mais é senão o filho bastardo da consciência com o crime. Esse crime de tentar tirar do Poder Legislativo aquela possibilidade de ir à caça daqueles que estão tentando, como se diz aqui de vez em quando, ficar impunes dos crimes cometidos.

Por isso, Senador Antonio Carlos Magalhães, já que V. Ex^a está presidindo esta Casa, receba do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, de público, aquilo que muita gente costuma fazer em particular: os agradecimentos da Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito, que apura as fraudes, as irregularidades na emissão de títulos públicos. E esses agradecimentos não são dirigidos ao amigo, são dirigidos a quem soube, em determinada quadra, honrar a defesa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência agradece as palavras do Senador Bernardo Cabral.

Concedo a palavra ao Senador Josaphat Marinho, por cinco minutos.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a jornalista Miriam Leitão, na coluna de **O Globo**, da edição de hoje, comenta fatos e circunstâncias em torno da venda das ações da Vale do Rio Doce, que merecem consideração.

Depois de mencionar que as ações da Vale ontem estavam em queda, a jornalista, observando os fatos, alega:

"Primeiro é bom lembrar que quando o Governo estabeleceu em R\$26 o preço mínimo por ação, ela estava cotada no mercado em R\$31,7. Ou seja, o Governo derrubou a ação ao estabelecer um preço mínimo da ação ordinária do bloco de controle abaixo da cotação da ação minoritária de mercado."

Vale fazer uma indagação, em face dessa notícia. Por que reduziu o Governo de R\$31,7 para R\$26 o valor da ação quando cuidou da fixação do

preço para o efeito da venda, nos termos do leilão expedido?

Mas a jornalista vai adiante e faz comentário já relativo a fato posterior ao leilão.

"Os novos donos" – isto é, da Vale – "passaram o dia ontem fazendo contas para saber quem é quem no bloco de controle. É uma confusão de razoáveis proporções, porque há muitos investidores, um deles, por exemplo, que pediu para ser conhecido só após a liquidação."

Uma segunda indagação: poderia o consórcio apresentar-se sem indicação precisa dos investidores que o compunham? Vale dizer, poderia haver um integrante do consórcio cujo nome não fosse declinado para o devido conhecimento até o momento do leilão?

Mas a jornalista vai por aí e oferece um outro esclarecimento.

"No Fundo do **Opportunity** há dinheiro próprio, dinheiro emprestado e dinheiro de investidores estrangeiros. A divisão acionária final deve ficar bem diferente da divulgada pelo grupo para o BNDES."

Seria possível ocorrer tal fato? Seria dado ao consórcio apresentar-se ao leilão para, logo em seguida, ter composição diversa? Mas isso é o que resulta do comentário. Isso, entretanto, indica que poderia haver surpresa de um para outro consórcio na efetivação do leilão, o que não parece compatível com a legalidade do leilão, das condições para a sua efetivação.

Não vou comentar os fatos. Vou, porém, pedir ao nobre Líder Elcio Alvares que, tomando conhecimento dessas palavras, obtenha os devidos esclarecimentos, seguramente por parte do Sr. Ministro do Planejamento.

Por enquanto, dou notícia do comentário da jornalista e dele extraio somente as consequências lógicas. Nenhum outro comentário. Só me parece correto criticar depois que colher os esclarecimentos necessários, que venham do Sr. Ministro do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB Nº 158/97

Brasília, 5 de maio de 1997

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar o Senador Ramez Tebet, como

membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, na Comissão Mista destinada a apreciar e emitir parecer à Medida Provisória nº 1.549-29, de 15 de abril de 1997, que "dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências", ficando a mesma assim constituída:

Titulares	Suplentes
Senador Ramez Tebet	Senador Gerson Camata
Senador Nabor Júnior	Senador Carlos Bezerra

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração – Senador **Jader Barbalho**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 159/97

Brasília, 6 de maio de 1997

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar a indicação dos Senadores abaixo mencionados em substituição aos membros designados anteriormente pela Presidência do Congresso Nacional na Comissão Mista destinada a apreciar e emitir parecer à Medida Provisória nº 1.565-4, de 30 de abril de 1997, que "altera a legislação que rege o salário-educação, e dá outras providências", ficando a mesma assim constituída:

Titulares	Suplentes
Senador Ney Suassuna	Senador Gerson Camata
Senadora Marluce Pinto	Senador João França

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração – Senador **Jader Barbalho**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 324, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos da alínea b, do art. 336 do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1996, que altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1997. – Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do Bloco de Oposi-

ção – **Jader Barbalho**, PMDB – **Hugo Napoleão**, PFL – **Valmir Campelo**, PTB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– O requerimento será votado após a Ordem do Dia, na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– A Presidência esclarece ao Plenário que a sessão solene conjunta, destinada a homenagear Castro Alves, realizar-se-á às 11h do dia 13 do corrente, terça-feira, no plenário do Senado Federal.

Falará pelo Senado o Senador Ronaldo Cunha Lima e também o Senador Abdias Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– A Presidência comunica ao Plenário que a matéria constante dos Avulsos da Ordem do Dia da presente sessão, no item nº 3, é o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1997 e, por equívoco, na descrição do mesmo constou como Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1997.

Assim, quero chamar a atenção do Plenário para o equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Esgotado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, de autoria do Senador Esperidião Amin e outros senhores Senadores, que dá nova redação ao art. 62 da Constituição Federal (adoção de medidas provisórias), tendo

Parecer sob nº 150, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, transcorre hoje o último dia da discussão da matéria. Esclarece, ainda, que poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Em discussão o substitutivo à proposta, em segundo turno.

O SR. PEDRO SIMON – A votação é hoje, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Por hora, estamos na discussão. A votação, se houver número, será hoje. Poderá, se ficar encerrada a discussão.

O SR. PEDRO SIMON – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O número será além desse porque há Senadores que não registraram a sua presença no painel, mas registraram na lista de presença, porque o painel não estava funcionando. Temos cerca de 60 Senadores na Casa, mas vamos acionar a campanha para sabermos se há número suficiente para a votação.

Vamos continuar a discussão. Então, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Pela ordem, Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Evidentemente, o painel está registrando 52 Senadores e, obviamente, alguns estão acompanhando a sessão plenária pela televisão. E V. Ex^a já disse claramente: estamos nos encaminhando agora para votar uma matéria que precisa da votação nominal. Então, se V. Ex^a me permite...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Nós estamos em discussão, Senador Elcio Alvares. Na ocasião da votação...

O SR. ELCIO ALVARES - Faríamos um apelo no sentido de que os nossos colegas viessem ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Farei isso na ocasião da votação, atendendo o apelo de V. Ex^a.

Os Srs. Senadores que se encontram em outras dependências e nos seus Gabinetes, convocamos ao plenário para a votação.

Concedo a palavra ao eminente Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, felicito o nobre Senador José Fogaça pelo esforço e pela competência de reunir as amplas propostas e apresentar o texto que foi aprovado.

Sei que esse é o texto que S. Ex^a conseguiu fazer na busca do entendimento entre os vários grupos de Parlamentares, Deputados e Senadores, e o pensamento do Presidente da República. Respeito esse trabalho, mas votarei contra a matéria. Votarei contra, porque, ao longo da minha vida, tenho seguido uma linha em que, muitas vezes, tenho me dado mal; as coisas têm saído errado. Mas tenho uma série de princípios dos quais não abro mão. Não significa que os meus princípios sejam melhores do que os de todos os meus companheiros e colegas e que

eles não os tenham. Pelo contrário, a partir do Senador José Fogaça, que é um dos homens mais dignos, mais sérios, mais competentes, mais ilustres que conheço da vida pública, cada um tem os seus.

E não se diga que não tentei ajudar. Ajudei de duas formas. Quando era Senador de Oposição e apareceu aqui a primeira emenda sobre medida provisória, aprovada pela unanimidade na Câmara dos Deputados, de autoria do então Deputado Jobim, fui o Relator indicado. E, assim, dei um longo parecer, fazendo análise da medida provisória no Brasil e no mundo. A matéria não foi votada.

Assumi a Presidência o Sr. Itamar Franco. Fui seu Líder nesta Casa. Em nenhum momento procurei um Parlamentar ou fiz qualquer pronunciamento diferente daquele que tinha feito quando Oposição ao Sr. Collor e contra as medidas provisórias.

Por isso, Sr. Presidente, fico apenas na origem dos fatos. Medida provisória faz parte do regime parlamentarista. Quando a Constituinte, que teve como Relator o Senador Bernardo Cabral, apresentou sua proposta para ser votada no plenário, tinha medida provisória, mas tinha também o parlamentarismo.

Caiu o parlamentarismo e, se vivêssemos num país que fosse realmente sério na sua essência, na sua maneira de ser, automaticamente, quase que por emenda de redação, teria que ter caído o instrumento da medida provisória. Agora, vemos pessoas defendendo a reeleição porque ela existe nos Estados Unidos e na França. Mas não há país no mundo de regime presidencialista que tenha medida provisória.

Como se diz que, na mecânica atual, na rapidez dos fatos atuais, o Poder Executivo não pode ficar a espera da lentidão do Legislativo, apresentei uma proposta acabando com a medida provisória e acrescentando um instituto pelo qual o Presidente da República poderia agir.

Agora, não é o Congresso Nacional que vai agir equivocadamente; o Congresso Nacional vai assumir e teremos medida provisória por 3 mais 3 meses, totalizando 6 meses. E é o Congresso Nacional que, sem um debate mais aprofundado, vai abrir mão de poderes seus, abrir mão de prerrogativas suas para entregá-las ao Presidente da República, que, a partir de agora, em uma série de fatos que necessita do Congresso, não precisará mais.

Ora, Sr. Presidente, isso está sendo feito na mesma hora em que se quer aprovar a reeleição do Presidente da República. E Senadores apresentaram uma emenda que estabelece que Governador e Prefeito, para serem candidatos à reeleição, têm que deixar o mandato. Mas o Presidente

da República pode ser candidato à reeleição e permanecer no cargo.

Governador, a não ser o de Santa Catarina, não pode reeditar medida provisória. Prefeito não pode editar medida provisória. O Presidente da República pode! O Presidente da República pode editar uma medida provisória que mude o resultado da eleição 70 horas antes da eleição! E os Parlamentares que vão votar agora no sentido de que a medida provisória seja de seis meses, são os mesmos que assinaram a emenda "reeleição sim; Presidente da República pode ficar, mas Governador cai fora."

Votar "sim", Sr. Presidente, chegar a um casuísmo dessa natureza, assumirmos essa responsabilidade... Não! Não foram medidas militares! Não é pressão! Não digam aqui que estamos votando com medo do Presidente Fernando Henrique. Não é verdade! O Congresso está votando porque quer.

E digo mais, vai ficar na história a aprovação pela Câmara, há três anos, da emenda sobre medida provisória de grande jaez, perfeita, correta, real, justa, de autoria do então Deputado Jobim. E aquela emenda sobre medida provisória, aprovada por unanimidade na Câmara, o Senado engavetou durante 3 anos e meio.

Sr. Presidente, V. Ex^a tem o grande mérito que o Presidente José Sarney não teve, que o Presidente Humberto Lucena não teve, que o Presidente Mauro Benevides não teve, qual seja, o de, sob a sua tutela na Presidência, ser regulamentado o uso de medidas provisórias. Vai sair daqui mas, sinceramente, Sr. Presidente, pelo respeito que V. Ex^a tem e merece, eu preferia que ficasse na gaveta do que sair como está saindo.

Na semana que vem vão votar a questão da reeleição; agora, quero ver como é que os Parlamentares que votarão esta emenda sobre medida provisória terão a coragem de rejeitar a Emenda do PT que define que se afastem todos: Presidente, Governadores e Prefeitos que pretendam concorrer à reeleição. Mas têm alguns que dizem: "O Presidente não, o Presidente fica. O Governador sai." É claro que temos muitos colegas candidatos a Governo de Estado e, ao que eu saiba, não temos nenhum colega candidato a Presidente da República. Mas, pelo amor de Deus, nesta hora e neste momento, em um caso de emenda constitucional, pensar que se está legislando dessa maneira é dramático, é cruel!

Por isso, Sr. Presidente, reconheço que a proposta tem avanço. Reconheço o mérito do Senador José Fogaça, pois sei que, a partir de agora, depois

de 6 meses, pelo menos, cai a matéria, morre a matéria. Isso é positivo? É. Isso é real? É. Até agora, o Presidente editava 40 vezes em 40 meses, mas agora só poderá editar uma vez e prorrogar por mais seis meses. Aí termina.

Mas é muito pouco, Sr. Presidente, até porque medida provisória já reeditada e que vale por 6 meses, depois, praticamente, não tem mais o que fazer. Isso sem falar que, nesses 6 meses, não se contam os recessos. Se os 6 meses terminarem em dezembro, não se conta nem dezembro, nem janeiro e nem 15 dias de fevereiro. Não seriam mais 6 meses; seriam 8 meses e 15 dias!

Sr. Presidente, votarei com poucas pessoas, mas voto contra, com o maior respeito, com o maior carinho, com o maior afeto e com a maior admiração pelo Senador José Fogaça. A minha tradição, a minha vida e a minha maneira de ser não impedem que eu altere o meu comportamento, seja qual for a matéria discutida.

Voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, compreendo o esforço da Presidência da Casa para promover mudanças na Constituição visando limitar a edição de medidas provisórias.

Mas, sinceramente, o que esperávamos é que esse dispositivo constitucional, em vez de ser alterado, fosse totalmente extinto, revogado. Esse deveria ser o caminho seguido pelo Poder Legislativo, que, cada vez mais, cede os seus poderes ao Executivo.

As medidas provisórias, como todos sabemos, decorreram do fato de que, no Brasil, seria instalado o regime parlamentarista. Com a derrubada, pelo plebiscito, da possibilidade de termos esse sistema de governo, não se justificaria a adoção da medida provisória e a sua inclusão na Constituição Federal.

Um exemplo, Sr. Presidente, da estranheza da existência da medida provisória é o caso da MP que criou o Proer. Não sei a data da criação do Proer, não me recordo quando essa medida provisória, pela primeira vez, foi editada – deve ter sido em 1995. Mas o prazo de vencimento da sua última edição é o dia 31 de maio; ou seja, o Proer, nesse dia, se não tiver uma nova reedição, vai acabar, no Brasil. E já era hora de acabar, porque o Proer já conseguiu salvar dezenas de bancos falidos, já conseguiu

subtrair recursos vultosos não só dos correntistas investidores, mas também do próprio País. A União teve que assumir, em muitos casos, a parte podre dos bancos que foram fechados.

Sr. Presidente, a toda hora e a todo instante diz-se que o sistema financeiro está totalmente regularizado, equilibrado e que não há mais ameaças de crises sistêmicas – como se apregooou por ocasião da implantação da CPI dos Bancos; essa CPI foi derrubada tão-somente porque se previa, caso ela funcionasse, uma crise sistêmica. Hoje, poucos são os bancos sob ameaça de fechamento (aliás, não existe mais nenhum, o último foi o Bamerindus, mas o Governo resolveu a sua situação). Então, não há mais ameaça de alguma instituição maior colocar em perigo o funcionamento normal do sistema financeiro no Brasil.

De sorte, Sr. Presidente, que eu gostaria de votar favoravelmente ao substitutivo do Senador José Fogaça, mas, em face da maior força que esse substitutivo dá ao Presidente da República – uma força injustificável, até a possibilidade de fazer transformações em ministérios, de alterar a Constituição em outros artigos que não o art. 62 -, eu não deveria, lamentavelmente, votar com o parecer relatado pelo Senador do Rio Grande do Sul, que fez um esforço enorme para apresentá-lo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e no plenário. Pelo menos três edições desse parecer foram elaboradas, e cada uma delas de forma diferente, sob a orientação do Governo Federal, que a toda hora e a todo instante mudava de opinião sobre essa matéria.

Vou ler aqui a Medida Provisória do Proer:

MP nº 1.507-19, de 30-4-97, publicada no **DOU** de 2-5-97.

Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. (Mensagem nº 245/97-CN-nº 487/97, na origem.)

Qualquer cidadão brasileiro, Sr. Presidente, que não entenda o que é uma medida provisória, vai estranhar isso. O Proer não foi criado por uma medida provisória em 1995? Como é que está na Mensagem nº 245 o ano 1997? Isso significa que, no regime presidencialista, o Presidente Fernando Henrique tem o privilégio de fazer o que quiser com o Proer, porque o Congresso Nacional nada decide a respeito.

E, agora, com a alteração feita pelo Relator, se dentro de 90 dias o assunto não for decidido, poderá haver uma prorrogação para 180 dias. Ou seja, 6 meses mais o recesso, mais os feriados, mais não

sei o quê, o poderá chegar a estar em vigor por 240 dias uma medida provisória.

Isso significa também, Sr. Presidente, que várias medidas, como há pouco disse o Senador Pedro Simon, poderão ser editadas pelo Presidente da República às vésperas do pleito eleitoral. E não há nenhuma proibição, porque Sua Excelência é o Presidente! Antes e depois das eleições, qualquer medida provisória pode ser baixada, legalmente aceita, e nem o Supremo Tribunal Federal poderá revogá-la, quanto mais o Poder Legislativo, que a toda hora e a todo instante se recusa a julgar medidas provisórias que há muito tempo estão tramitando no Congresso Nacional!

Sr. Presidente, louvo o esforço de V. Exª em apressar a apreciação desta matéria, porque foi iniciativa de V. Exª, por isso louvo a sua atitude. Mas, lamentavelmente, a Casa deveria ter apresentado uma outra alternativa e não esta, que diminui as prerrogativas do Legislativo.

Sr. Presidente, votarei contra o substitutivo do nobre Relator.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Roberto Freire para discutir.

O SR. ROBERTO FREIRE – (BLOCO/PPS – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de discutir, porque vou definir um voto diferente daquele que o Líder do Bloco irá propor.

Penso que seria interessante que o Congresso exercitasse mais a autocrítica. Fala-se muito que as medidas provisórias ficam aqui durante anos, colocando-se a culpa desse processo, única e exclusivamente, no Executivo. Essa é uma crítica que vem sendo feita por todos, inclusive por nós e, particularmente, pelo Judiciário.

Seria importante que verificássemos a possibilidade de que o Congresso, antes dos 30 dias de vigência, preparasse a rejeição de qualquer medida provisória. Devemos buscar nossa responsabilidade nesse processo. Mas o que está ocorrendo é uma maioria que prefere não assumir o ônus de se definir politicamente em torno das matérias que as medidas provisórias adotam, como é o caso do Proer, da Vale do Rio Doce ou qualquer outra medida provisória que venha, desde o Governo Collor, o programa de desestatização, analisássemos por que a maioria

recua em aprovar ou rejeitar as medidas provisórias e prefere ficar sem se definir, colocando como responsabilidade única do Executivo.

Seria muito importante que nós, não apenas da Oposição mas todos os parlamentares, fizéssemos isso, até para que possamos melhor responder as críticas que a sociedade faz por esse absurdo e esse abuso, que é termos uma legislação provisória e permanentemente sendo modificada pelas reedições de trinta em trinta dias.

O Sr. Pedro Simon – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Roberto Freire?

O SR. ROBERTO FREIRE – Pois não, nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon – Nobre Colega, V. Ex^a está abordando um outro ponto também da maior importância. Concordo inteiramente com o que V. Ex^a está dizendo. Longe de pensar V. Ex^a ou quem quiser, que estou aqui olhando para o Executivo e dizendo que a culpa é dele. A culpa é nossa. V. Ex^a tem razão: a culpa é nossa. Não se pode dizer: "reeditou quarenta medidas provisórias, etc, e o Executivo fez". Nós somos responsáveis. Podemos até argumentar que são os responsáveis, porque em trinta dias é muito difícil que a Comissão dê o parecer, seja votado na Câmara, etc. Passamos quatro anos sem encontrar a solução. Nós – V. Ex^a tem razão – somos responsáveis. Somos responsáveis porque não cuidamos da legislação, não nos preocupamos com a legislação, e me perdoe V. Ex^a, somos responsáveis agora porque, quando cuidamos, cuidamos da maneira dolorosa como estamos cuidando.

O SR. ROBERTO FREIRE – Eu gostaria de dizer ao Senador Pedro Simon que o que coloquei não tem nenhuma vinculação direta com quem quer que seja. Estou falando de uma crítica generalizada que existe na sociedade brasileira e que aqui encontra respaldo. Posso e citei o Poder Judiciário porque hoje estamos assistindo, no Brasil, a toda uma mobilização do Poder Judiciário contra as medidas provisórias, inclusive dizendo que é uma exorbitância do Poder Executivo. Estou querendo distribuir responsabilidade, não estou aqui querendo eximir da responsabilidade o Executivo.

Essa emenda constitucional que estamos votando hoje tem alguns aspectos importantes a serem salientados. O primeiro deles é que é uma resposta concreta do Parlamento, e o Parlamento tem que dar uma resposta à sociedade de que está preocupado com esse tipo de legislação que temos, provisória e permanentemente, de 30 em 30 dias sendo modificada; precisamos dar essa resposta. E, se-

gundo, tem o aspecto positivo de criar, diferentemente do que tínhamos na época da ditadura, o decurso de prazo da perda de eficácia, se a medida provisória não for apreciada pelo Congresso no prazo previsto na Constituição.

Esse dado vai evitar que se tenha um novo Proer vigente há mais de dois anos, que tenhamos um Plano Real, que teve um período de gestação para parir um plano que todos, hoje, torcem para que continue tendo sucesso.

Quantas medidas provisórias estão no Congresso há mais de dois anos, sendo reeditadas permanentemente? Para o futuro, com essa emenda aprovada, podemos dizer que isso não mais vai ocorrer, mesmo que não tenhamos cumprido com a nossa obrigação na apreciação dessas medidas provisórias. Esse é um dado importante, e isso é o que me faz, fundamentalmente, dizer que quero assumir a responsabilidade perante à sociedade de que no Congresso, particularmente no Senado, votei favoravelmente a parar com esse abuso, mesmo que não seja o ideal. Eu já disse, numa outra oportunidade: numa Casa pluralista, na complexidade que é o processo democrático, evidente que se lute por consensos, não por afirmações de ideais de quem quer que seja, muito menos de partidos.

Nós, como Oposição temos dificuldades de fazer aquilo que poderíamos pensar e pensar numa oposição que amanhã seja Governo. Não a oposição simplesmente maniqueísta, de ser contra o Governo, porque isso não é uma política do Governo, é uma questão institucional que estamos resolvendo. E vai valer não apenas para o Governo Fernando Henrique Cardoso, valerá para todo Governo, inclusive o nosso, se formos vitoriosos.

Nesse sentido, tem meu voto favorável, mesmo tendo divergências em relação à questão de prazos, à discussão quanto ao problema do recesso, com algumas divergências em relação ao que foi acrescentado dando poderes ou retomando poderes ao Executivo, retirando-os do Congresso, mesmo com todas essas restrições, quero manifestar meu voto favorável à emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Tratando-se de emenda constitucional e sendo visível que no plenário não há **quorum** suficiente para votação, adio a votação para o dia 14, como item principal da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 2:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 57, DE 1997

(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 306, de 1997 – art. 336, b)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 57, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 175, de 1997), que autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até quarenta e dois milhões de dólares norte-americanos, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará – PROARES e a conceder contragarantia ao mesmo financiamento.

A Presidência esclarece ao Plenário que no Parecer 175, de 1997, da Comissão de Assuntos Econômicos, no título "contragarantidor", constou, por equívoco, a remissão ao art. 169 da Constituição Federal, quando a remissão pertinente é ao art. 167, IV, da Constituição Federal, o que será devidamente retificado na redação final da matéria.

Esclarece, ainda, que à proposição poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Sérgio Machado para discutir.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Resolução nº 57, de 1997, merece meu total apoio, pois está regularmente instruído e, principalmente, pelo conteúdo estritamente social da proposta.

Trata-se, Senhoras e Senhores Senadores, de autorização de financiamento a ser contratado pelo Governo do Estado do Ceará, com o aval da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinado ao Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará – PROARES.

Como bem ressaltou o relator, Senador Lúcio Alcântara, busca-se com o Proares o equacionamento à problemática da condição social de crianças e adolescentes carentes, com grave risco, tanto para

elas quanto para as suas famílias e para a sociedade como um todo.

Destaque-se que o programa está estruturado na integração do Estado e dos Municípios, principalmente do interior, com vistas à geração de oportunidades de acesso a educação, saúde, empregos, enfim, em diversas áreas de atuação social tendentes à construção de um horizonte para a futura geração de crianças e jovens do nosso Estado.

Com este fito, está definido como objetivo geral do programa a melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em situação de risco pessoal e social através de sua integração à família, escola e comunidade.

Ao empreender a participação municipal, o programa aproxima do destinatário final – a criança e o adolescente – os seus empreendedores, contemplando a participação comunitária e a intervenção integrada dos setores de saúde, educação, cultura e ação social.

Promovendo o fortalecimento da ação comunitária, o programa viabilizará a implementação de meios e conhecimentos por parte da população carente dos municípios, fazendo com que os beneficiários adquiram condições de avaliação crítica e, conseqüentemente, tenham consciência da sua influência no processo de destinação, aplicação e gestão adequada dos recursos públicos alocados à área social.

Todo o processo de amarração e interação dos diversos núcleos de integração social, Sr. Presidente, tem como filosofia a demonstração, para uma parcela da sociedade – precisamente aquela mais carente – de que é possível a passagem de uma situação de inação absoluta para a assunção de seus destinos.

E o grande mérito do Proares se fundamenta no seu foco, que está direcionado basicamente para aqueles indivíduos que sufocaram os cidadãos que estão dentro deles.

E isto será feito naturalmente, conferindo responsabilidades às comunidades, para que despertem nos seus membros aquele cidadão sufocado e que as suas aspirações por justiça social, antes tão reprimida, possa se materializar através de esforço próprio.

A concretização desses objetivos, tendo como público alvo crianças e adolescentes, projeta para um futuro próximo a existência de adultos conscientes de que podem construir o seu próprio destino e ajudar a formar uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Para viabilizar o resgate da cidadania de parcela importante da população cearense é que encaminho voto favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Continua em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final. (Pausa.)

Sobre a mesa, parecer oferecendo redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 195, DE 1997

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 57, de 1997.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 57, de 1997, que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US\$42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares norte-americano), destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará-Proares e a conceder contragarantia ao mesmo financiamento.

Sala de Reuniões da Comissão, 8 de maio de 1997. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Flaviano Melo**, Relator – **Junia Marise** – **Carlos Patrocínio** – **Lucidio Portela**.

ANEXO AO PARECER Nº 195, DE 1997

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1997

Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US\$42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares norte-americanos), destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Refor-

mas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará-Proares e a conceder contragarantia ao mesmo financiamento.

Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Ceará autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a contratar e oferecer contragarantia à operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US\$42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares norte-americano).

Parágrafo único. A operação de crédito autorizada destina-se ao financiamento do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará-Proares.

Art. 2º É a União autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, restabelecida pela Resolução nº 17, de 1992, ambas do Senado Federal, a conceder garantia à operação de crédito externo autorizada no artigo anterior.

Art. 3º A operação de crédito terá as seguintes características:

- a) *mutuário*: Estado do Ceará;
- b) *mutuante*: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;
- c) *garantidor*: República Federativa do Brasil;
- d) *contragarantidor*: Estado do Ceará, mediante a vinculação de cotas das transferências constitucionais, previstas nos arts. 157 e 159 e receitas próprias geradas pelos impostos a que se refere o art. 167, IV, da Constituição Federal;
- e) *valor*: US\$42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares norte-americanos), de principal, equivalentes a R\$43.621.200,00 (quarenta e três milhões, seiscentos e vinte e um mil e duzentos reais), a preços de 31 de dezembro de 1996;
- f) *juros*: sobre os saldos devedores diários do empréstimo, a uma taxa anual para cada semestre a ser determinada pelo custo dos empréstimos qualificados tomados pelo Banco durante o semestre anterior, acrescida de uma margem expressa em termos de uma percentagem anual, que o Banco fixará periodicamente de acordo com sua política sobre taxa de juros;
- g) *comissão de crédito*: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do financiamento, que não seja na moeda do país do mutuário, começando a vigorar aos sessenta dias da assinatura do contrato;

h) prazo de utilização dos recursos: cinco anos a partir da vigência do contrato;

i) destinação dos recursos: à execução do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará _ Proares;

j) condições de pagamento:

- **do principal:** o empréstimo deverá ser amortizado pelo mutuário mediante pagamento de prestações semestrais, consecutivas e, tanto quanto possível, iguais. A primeira prestação deverá ser paga na primeira data em que deva ser efetuado o pagamento dos juros, uma vez transcorridos seis meses contados da data prevista para o desembolso final do empréstimo e a última até 25 de outubro de 2021;

- **dos juros:** semestralmente vencidos, em 25 de abril e 25 de outubro de cada ano, a partir de 25 de abril de 1997;

l) comissão de inspeção e supervisão geral: US\$420,000.00 (quatrocentos e vinte mil dólares norte-americanos). a serem desembolsados em prestações trimestrais, tanto quanto possível, iguais, ingressando na conta do mutuante independentemente de solicitação do mutuário.

Parágrafo único. As datas estipuladas para repagamento poderão ser prorrogadas para manter correlação com a efetiva data de celebração do contrato.

Art. 4º O Estado do Ceará, previamente à assinatura do contrato, deverá cumprir as condições estipuladas na cláusula 3.02 do instrumento do empréstimo.

Art. 5º Esta autorização deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias contado da data de publicação desta resolução.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– **Item 3:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1997 (nº 2.576/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso I do art. 22 da Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, tendo

Parecer favorável, sob nº 149, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ao projeto não foram oferecidas emendas, nos termos do art. 235 do Regimento Interno. Passa-se assim à discussão.

Em discussão.(Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão e passa-se à fase de votação.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A matéria vai à sanção

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 1997

(Nº 2.576/96, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Dá nova redação ao inciso I do art. 22 da Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 22 da Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22

I – estágio inicial mínimo de dois anos de efetivo exercício na Secretaria de Estado;

....."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotada as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 324, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1996.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere o requerimento figurará na Ordem do Dia da sessão do segundo dia útil subsequente, nos termos do art. 345, do Regimento Interno.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, conforme determina o Regimento Interno.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo comunicar ao Plenário que está-se desenvolvendo em São Paulo um simpósio sob o nome de São Paulo Sem Medo, promovido pela **Rede Globo** e pelo setor de estudos da violência da Universidade de São Paulo.

Episódios lamentáveis de violência que têm ocorrido ultimamente, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, aumentando o índice de criminalidade, e de fatos dolosos envolvendo policiais, têm trazido à sociedade uma grande preocupação tornando a nossa uma "população prisioneira do medo".

Sr. Presidente, fui convidado a participar amanhã, às 16 horas, da mesa que vai discutir o resultado dessas apresentações que foram feitas por autoridades internacionais em matéria de violência e de sistema de segurança pública. Gostaria, portanto, de contar com o beneplácito de V. Ex^a.

Desejo participar do encontro, porque considero honroso esse convite feito a mim como membro do Senado. Quero dizer que se trata de um assunto do qual jamais me afastei, apesar de estar por dois anos nesta Casa, porque me sinto sensibilizado diante da grande angústia por que passa a população.

Percebo que há, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito improvisação com relação ao assunto. Todos querem apresentar projetos e teses, mas ninguém vai ao âmago das dificuldades por que têm passado as autoridades responsáveis pela segurança pública.

Amanhã, estarei discutindo o resultado dos pronunciamentos e das sugestões que foram apresentadas. Eu gostaria de ter a aprovação desta Casa para participar, em nome do Senado Federal, da reunião resultante do simpósio promovido pela **Rede Globo** e pela Universidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador Abdias Nascimento.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO (BLOCO/PDT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sob as bênçãos de Olorum, inicio meu pronunciamento.

Ocupo hoje esta tribuna para homenagear dois brasileiros ilustres. Cada um a sua maneira e no seu campo de atuação, deu importantes contribuições à nossa cultura, ajudando o Brasil a se tornar conhecido no exterior como algo mais do que o País do samba e do futebol. Dois brasileiros que jamais se envergonharam de sua terra ou de sua gente e que jamais se sentiram inferiores perante a cultura de outros povos, mas, ao contrário, sempre reafirmaram e defenderam a riqueza de nossa diversidade cultural, inesgotável manancial de possibilidades em todos os campos do saber, infelizmente ainda subestimado por tantos brasileiros.

Minha primeira homenagem é, infelizmente, uma homenagem póstuma a um homem que sempre admirei e de quem o destino teve o capricho de me aproximar não no Brasil, mas em terra estrangeira, nos tempos do exílio forçado pelo regime militar.

Refiro-me ao grande educador Paulo Freire, falecido no último dia 2, em São Paulo, vítima de enfarte, que o mundo inteiro reverencia como o criador do revolucionário método de alfabetização que leva o seu nome – o Método Paulo Freire.

Nascido em Recife, a 19 de setembro de 1921, em uma família pequeno-burguesa que, segundo ele próprio, "lutava fanaticamente para não perder sua posição de classe" – o que não o impediu de viver em primeira mão a dolorosa experiência da fome -, Paulo Freire não via como missão da educação o mero adestramento da mão-de-obra para o mercado de trabalho. Para ele, que considerava o fenômeno educativo um ato político, cabia à educação desenvolver o senso crítico de cada aluno com respeito à verdadeira cidadania.

Formado em Direito e livre docente em História e Filosofia da Educação, foi na década de 40 que Paulo Freire iniciou suas experiências com educação de adultos em áreas proletárias urbanas e rurais, começando a formular o método que um dia o tornaria internacionalmente conhecido. No início dos anos 60, Miguel Arraes, então Prefeito de Recife, convidou-o para ser o Coordenador do Projeto de Educação de Adultos, que integrava o Movimento de Cultura Popular. O período em que dirigiu o projeto – de 1961 a 1968 – serviu para que ele aperfeiçoasse o seu método, que acabou sendo aplicado integral-

mente, pela primeira vez, na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte. O êxito da experiência atraiu as atenções de Paulo de Tarso, então Ministro da Educação, que o chamou para coordenar o Programa Nacional de Alfabetização. Por pouco tempo, porém. Logo entraríamos no período sombrio da ditadura militar. Preso como "subversivo", Paulo Freire ficou 75 dias numa cela do Quartel do Exército em Olinda. Enviado para o Rio de Janeiro, onde foi solto, asilou-se na Embaixada da Bolívia, de onde partiu para um exílio de mais de 15 anos, que incluiu Chile, Estados Unidos – onde lecionou na prestigiosa Universidade de Harvard –, Suíça e Guiné-Bissau. Na África, em particular, onde me encontrei com ele duas vezes, suas teses inspiraram campanhas de alfabetização em vários países, particularmente na Guiné-Bissau e na Tanzânia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dos mais de 50 livros que Paulo Freire escreveu, o mais famoso é, com toda a certeza, *Pedagogia do Oprimido*, publicado em 1970 e traduzido em dezenas de idiomas. Essa e outras obras, como *A Educação como Prática da Liberdade*, *Cartas a Guiné-Bissau*, *Ação Cultural para a Liberdade*, *Extensão ou Comunicação*, *Educação e Mudança*, *Medo e Ousadia* e *Pedagogia da Pergunta* valeram-lhe o Prêmio Internacional de Educação, concedido pela Unesco em 1975. E também, evidentemente, muita incompreensão. Em 1978, por exemplo, seus livros foram proibidos pelos ditadores de plantão na Argentina, acusados de servir como "meio de penetração do marxismo nos âmbitos educativos".

Em 1979, ao retornar ao nosso País, Paulo Freire começa, como dizia, a "reaprender o Brasil". Longe, porém, de renegar suas idéias, reitera sua opção pela educação libertadora, a seu ver a única alternativa à "educação que domestica". Vai lecionar na PUC de São Paulo e em 1989, aos 67 anos, assume seu último cargo público: o de Secretário Municipal de Educação da cidade de São Paulo no Governo de Luísa Erundina.

Infelizmente, Paulo Freire morreu sem que o Brasil sequer tivesse enfrentado com um mínimo de eficácia o desafio de montar um programa sólido e abrangente de alfabetização de adultos das camadas desprivilegiadas de nossa população. Cabe-nos aproveitar seu legado não apenas como ponto de reflexão, mas sobretudo como ponto de partida na abertura de novos caminhos que nos levem a superar, de uma vez por todas, esse problema tão grave e tão típico de nosso subdesenvolvimento. E, nesse processo, construir uma cidadania sólida e respon-

sável, ferramenta indispensável à consolidação da democracia e à concretização do sonho de um Brasil desenvolvido e socialmente justo.

Pois foi esse sonho que o iluminou enquanto caminhava no exílio injusto que lhe impuseram. Todos exilados, nos encontramos em Nova Iorque: Paulo Freire, o sociólogo Guerreiro Ramos e este orador. E a conversa foi sobre o nosso Brasil e seu povo sofrido. Suas palavras ainda hoje estão vivas de ensinamentos, numa experiência pedestre e pedagógica que ele generosamente distribuiu com outros povos. Foi na Tanzânia, no **Campus** da Universidade de Dar-Es-Salaam, que presenciei sua preocupação espontânea e afetiva com os necessitados de seu auxílio. Coerente e fiel a seus princípios, ele ensinou também em Guiné-Bissau, onde pude várias vezes testemunhar sua figura debruçada sobre estudantes reunidos debaixo de árvores nas ruas da cidade, recém-saídas do colonialismo português. O país ainda não possuía um sistema de educação. Paulo Freire trabalhava na organização desse ensino, expandindo a consciência de que só a educação liberta. Faço este registro com o orgulho e a emoção de render a homenagem e gratidão a um brasileiro de singular competência pedagógica e de incomparável sentimento de solidariedade humana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de um período de baixa, ocasionado pelas dificuldades econômicas geradas com o Plano Collor e o verdadeiro desmonte das instituições de apoio à cultura, ocorrido na gestão daquele Presidente, o cinema brasileiro começa a dar sinais de franca recuperação. Sucessos de público e de crítica, filmes como *Pequeno Dicionário Amoroso* ou *O que é isso, Companheiro?* Demonstram cabalmente que as platéias brasileiras, embora massacradas por uma produção internacional de gosto muitas vezes duvidoso, são capazes de responder com generosidade quando expostas a um produto nacional feito com qualidade e técnica.

Quis o destino que este momento em que renasce o cinema brasileiro fosse marcado pela homenagem que o famoso Festival de Cannes estará fazendo no próximo dia 11 de maio, em sua quinquagésima edição, ao ator e diretor Anselmo Duarte – de quem tenho a honra de me considerar um amigo –, o único brasileiro laureado com a Palma de Ouro, o prêmio máximo desse festival, pelo filme *O Pagador de Promessas*. Nessa homenagem, Anselmo Duarte estará na companhia de alguns dos mais consagrados diretores de todos os tempos, como o sueco Ingmar Bergman. Fato que se torna ainda

mais notável quando se sabe que nomes como Alan Resnais, Milos Forman, Bernardo Bertolucci, Jean-Luc Goddard, Woody Allen e Peter Greenway não obtiveram tal indicação.

Rodado em 1962, com Leonardo Villar e Glória Menezes nos principais papéis, *O Pagador de Promessas* rendeu a Anselmo Duarte todas as alegrias, mas também a incompreensão e – para falar a verdade com todas as letras – a inveja profunda de setores do cinema e da crítica que jamais o perdoaram por ter chegado antes aonde todos queriam chegar.

Impecável do ponto de vista técnico e artístico, *O Pagador de Promessas* foi exibido em todas as partes do mundo, sempre com a melhor repercussão. Isso valeu a Anselmo, em seu retorno ao Brasil após receber o prêmio em Cannes, uma recepção calorosa por parte do público, para o qual a *Palma de Ouro* era uma espécie de *Copa do Mundo* do cinema. Curiosamente, porém – como muitas vezes acontece em nosso País –, o troféu obtido não lhe escancarou, como seria de se esperar, as portas dos subsídios e financiamentos para outras produções. Pelo contrário. Polêmico e afirmativo, Anselmo cultivou calorosamente suas desavenças com alguns segmentos do cinema, os quais, por sua vez, graças à ocasional influência de que desfrutava, sempre procuraram interpor todos os obstáculos possíveis à sua atividade de criador cinematográfico. Tratava-se, sem dúvida, de uma controvérsia a respeito de concepções artísticas antagônicas, saudável ao processo criativo.

Depois de passar da Atlântida, do Rio de Janeiro – onde ganhava mais que Oscarito e Grande Otelo, os grandes sucessos de bilheteria da época –, à Vera Cruz, de São Paulo, que o contratou a peso de ouro, Anselmo Duarte resolveu, aos 37 anos, dedicar-se à carreira de diretor. Nessa qualidade, realizou em 1957, aos 37 anos, seu primeiro filme, *Abolutamente Certo*, uma comédia simpática e bem narrada, tendo como tema os programas de perguntas e respostas, sucesso de nossa incipiente televisão da época. Seguiram-se *O Pagador de Promessas* (1962), *Quelé do Pajeú* (1969), *Um Certo Capitão Rodrigo* (1970), *O Descarte* (1973), *O Crime do Zé Bigorna* (1977), e *Os Trombadinhas* (1978). Além dos episódios *O Reimplante*, de *O Impossível Acontece* (1970), *Oh! Dúvida Cruel*, de *Já Não Se Faz Amor Como Antigamente*, e *Marido que volta deve avisar*, de *Ninguém Segura Essas Mulheres*, os dois últimos de 1975.

Uma filmografia irregular, sem dúvida, mas com inequívocos lampejos de genialidade, que, com

certeza, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, teriam sido muito mais abundantes, não fosse a disputa menor, um traço tão característico de nosso provincianismo cultural. Resta-nos agora saudar esse verdadeiro herói do cinema brasileiro e, ao mesmo tempo, desculpar-nos, mesmo que tardiamente, pela incompreensão de que foi vítima em nossos meios artísticos. Esperamos o talento e a determinação de Anselmo Duarte, que lhe propiciaram não capitular, mesmo diante do criticismo mais cruel e irracional que hoje se propõem a tarefa, árdua mas compensadora, de criar um cinema nacional ao mesmo tempo popular e de qualidade, um cinema do qual *O Pagador de Promessas* constitui, sem favor algum, o mais acabado paradigma.

Axé!

Durante o discurso do Sr. Abdias Nascimento, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os cadastros da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, indicam que o Brasil possui capacidade para estocar mais de 88 milhões de toneladas de grãos em armazéns e silos espalhados por todo o território nacional.

Desses, apenas o equivalente a 45 milhões de toneladas são credenciados a abrigar os estoques reguladores do Governo.

Isso equivale a dizer que, de cada dois silos ou armazéns, apenas um apresenta condições consideradas satisfatórias para estocagem de produtos adquiridos ou financiados pelo Governo Federal.

Nossa safra gira ao redor de 80 milhões de toneladas anuais, o que significa que temos capacidade para estocá-la toda e ainda manter estoques estratégicos de safras anteriores, correspondentes a mais de 10% da safra anual.

Se considerarmos que nem toda a safra chega a ser estocada, sendo uma parcela logo comercializada, nossa margem de armazenamento de produtos de safras anteriores sobe sensivelmente, aumentando nossa margem de segurança alimentar.

Onde está, então, a falha no sistema de armazenagem agrícola brasileiro? Inúmeros estudiosos do Brasil agrícola apontam perdas de safra que variam entre 10% e 40% da produção bruta. Qualquer desses valores é significativo, se considerarmos

que, em países desenvolvidos, o limite superior admitido para as perdas está abaixo de 1%.

Como pode um país que tem a pretensão de se tornar o "celeiro do mundo" conviver com tal desperdício? Ufanamo-nos de nosso potencial agrícola e deixamos escapar pelo ralo boa parte de nosso alimento. Avulta um claro descompasso entre nossos anseios e a dura realidade.

Seriam, metafórica e literalmente falando, as fechaduras quebradas, os furos nas paredes, as infiltrações no telhado que fazem de nossos celeiros vazarem os preciosos grãos, fruto do trabalho árduo do agricultor, base do projeto de um Brasil de primeira grandeza?

Inexistiria remédio eficaz contra os milhares de ratos que sorrateiramente invadem os silos e armazéns destruindo, País afora, o estoque de alimentos dos brasileiros?

Ratos cinza de quatro patas e cauda comprida ou ratos bípedes de mãos e ganância ainda maiores? Alguma providência objetiva tem que ser tomada para salvar nossa safra.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a agricultura é, neste País, uma questão de segurança nacional. Ela responde por quase metade de nossas exportações.

A segurança alimentar nacional traduz-se pela exigência de safras crescentes e suficientes para nutrir corretamente todo e qualquer brasileiro, além de gerar estoques estratégicos adequados.

Temos que produzir excedentes indispensáveis para nossa política de aumento de exportações e conquista de novos mercados.

Assim sendo, é premente que se corrijam as distorções em nossa cadeia produtiva, desde o cultivo até os sistemas de armazenagem, transporte e comercialização.

No que respeita à estocagem, foco central deste pronunciamento, a Conab, em boletim informativo de janeiro de 1997, dá conta de que lavrou até aquela data 22.981 ocorrências de irregularidades em armazéns de terceiros. Dessas, 73,9% já estariam solucionadas, 8,1% entregues às mãos da Justiça, restando 6.004 pendências.

Somente no ano de 1996, foram constituídos 1.402 processos por perdas ou desvios em armazéns. Trata-se, evidentemente, de um número alarmante, face ao total de 15.000 unidades de armazenagem cadastradas pela Conab.

Se considerarmos que as ocorrências em 1996 envolvem cerca de 9% dos armazéns, teríamos im-

plicados oito milhões das quase 90 milhões de toneladas da nossa safra estocada.

O mesmo boletim da Conab traz explicações do Dr. Francisco Turra, Presidente da Companhia, nas quais informa que, em 1996, foram vistoriadas 29 milhões de toneladas dos estoques em AGF e EGF, isto é, grãos adquiridos ou financiados por empréstimos do Governo Federal. Constatou-se que 436 mil toneladas haviam sido desviadas, representando 1,5% do total vistoriado.

O mesmo Dr. Turra enfatiza que a Conab teria condições de fiscalizar 100% dos estoques governamentais. E o restante da safra? Não há qualquer tipo de controle físico ou sanitário? Esse distanciamento do Governo em relação ao controle de qualidade é que faz países como os Estados Unidos proibirem a entrada de produtos brasileiros sob o pretexto de que não têm fiscalização sanitária na origem.

Nosso sistema de armazenamento, se quantitativamente suficiente, padece de problemas graves, a exigirem ações corretivas urgentes.

São problemas como o da inadequação da rede local frente ao tipo de produto demandante (granel ou ensacado); má distribuição espacial da rede; qualidade das instalações; existência ou não de equipamentos que garantam a qualidade dos produtos estocados; facilidade de escoamento, tanto na existência de vias quanto de meios de transporte.

Todos eles contribuindo para a instabilidade do setor agrícola, atingindo diretamente todos os agentes envolvidos, desde os produtores até os consumidores finais.

Obviamente, quaisquer desestruturas, disfunções políticas ou carências tecnológicas, conjunturais ou estruturais, existentes nos diversos estágios da produção, industrialização e comercialização dos produtos agrícolas afetam direta ou indiretamente o sistema nacional de ensilagem.

Conclui-se, por conseguinte, que ainda é extremamente precária a coordenação e execução de uma política de armazenagem. Política que inclua uma fiscalização efetiva; que defenda margens de lucro condizentes em todos os estágios; que colabore para evitar a especulação perniciosa, a intermediação desnecessária; que proteja o produtor rural de preços aviltados e, finalmente, contribua para garantir ao consumidor do mercado interno as quantidades demandadas a preços justos, ou seja, a própria normalidade do abastecimento.

O Governo Federal, desde o período Collor, decidiu desobrigar-se da manutenção de armazéns próprios, repassando para Estados e Municípios a

maioria dos que detinha, conservando menos de 10% da capacidade de estocagem nacional.

Não podendo fazer retornar o passado, é preciso que o atual e os futuros governos enfrentem a realidade de lidar com armazenadores privados para os estoques governamentais.

Há que haver controle férreo e rigor espartano na cobrança de responsabilidades por perdas e desvios. Impõe-se a busca de soluções político-estratégicas para os problemas que resultam da opção feita. Se não, vejamos.

Tendo em vista o custo dos armazéns em nível de fazenda, o acesso a essa infra-estrutura de apoio dá-se normalmente aos agricultores com áreas acima de 200 hectares. Observe-se, contudo, que os grandes países agrícolas têm na ensilagem, na origem, isto é, na fazenda, a parte maior de seu sistema de armazenamento.

Assim se faz na Europa, onde 50% da produção fica na fazenda; na Argentina, com 45%, e, nos EUA, com mais de 65%.

No Brasil, estamos abaixo de 10%, o que obriga a transferência acelerada da produção para os agentes coletores, prejudicando o correto beneficiamento do produto e maximizando as perdas.

Ocorrem graves problemas de adequação das unidades de armazenamento, quanto ao tipo de produto estocado e manuseio dos estoques, além de atraso tecnológico. Temos poucos armazéns equipados com termometria, aeração, laboratórios, balança de fluxos etc, que garantam a permanência e a segurança dos estoques, por longos períodos.

Os agentes que operam em nível coletor são as cooperativas, os armazéns gerais, os Governos Municipais, Estaduais e Federal. Nesse universo, verifica-se a real possibilidade da existência de déficit de armazenagem em áreas de expansão da fronteira agrícola e em localidades de crescimento acelerado da produtividade, onde deveriam estar presentes os órgãos públicos reguladores.

Enquanto isso, nas áreas consagradamente rentáveis, registra-se uma concorrência acirrada entre os agentes armazenadores.

Os armazéns portuários, de acordo com o tipo de produto, necessitam de novas tecnologias, adaptações e, localizadamente, de aumento de velocidade da recepção e expedição, além de uma maior flexibilidade intermodal.

Em se tratando da formação e guarda de estoques reguladores, nota-se uma ação incipiente e improvisada, tendo em vista a quantidade cada vez menor de recursos alocados pelo Governo e a falta

de uma definição clara da política de sustentação da atividade.

Acentue-se uma precariedade de pesquisa e de treinamento de pessoal no segmento, principalmente nos últimos 10 anos, em decorrência da falta de recursos e incentivos governamentais.

Considere-se o anacronismo da legislação correlata, alguns conflitos na normalização técnica e a ausência de diretrizes, para se ter um quadro de cores turvas e pouco estimulantes para a agricultura do Brasil no século XXI.

Por falta de coordenação, observa-se um crescimento pouco ordenado da capacidade estática, agravando os problemas da distribuição espacial da rede, de qualificação e dimensionamento.

De fato, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de acordo com os dados da Conab, nossa capacidade está estacionária ao redor de 15 mil armazéns desde 1995, correspondendo a cerca de 89 milhões de toneladas estáticas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, repetindo o que já disse neste discurso, a agricultura é, neste País, uma questão de segurança nacional. É a resposta a muitos dos graves problemas brasileiros, como a fome, o desemprego, a conquista de novos mercados consumidores, enfim, até à melhoria de nossa Balança Comercial.

Todavia, como toda atividade de alto risco, carece de apoio, a nosso ver, cabe ao Governo Federal dar as respostas às questões aqui levantadas, para o bem do Brasil e dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda há muito a percorrer para que se promova a aproximação entre os níveis de desenvolvimento humano que caracterizam o povo brasileiro e o grau de desenvolvimento econômico já alcançado por nosso País. Certamente, não há contraste mais vergonhoso do que esse. De um lado, um País de economia pujante, uma das mais industrializadas entre as nações emergentes e a décima maior do mundo; de outro lado, um Brasil onde a grande parte do povo é maltratado, mal alimentado, pouco educado e sem moradia.

Esse paradoxo entre estrutura econômica e bem-estar social, no caso brasileiro, ficou claro a partir das informações apuradas pelo Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado recentemente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvol-

vimento, o PNUD. Em que pese aos inegáveis avanços dos indicadores sociais brasileiros ao longo das últimas três décadas, o fato é que, comparado com os enormes recursos de que dispomos em razão do tamanho de nossa economia, o desenvolvimento humano no Brasil é pífio, ridículo e mesmo cruel.

Décima economia do mundo, estamos classificados em quinquagésimo oitavo lugar no que concerne ao índice de desenvolvimento humano elaborado pelo PNUD. Na América Latina, nosso povo vive piores condições do que, por exemplo, os povos do Panamá, da Venezuela, do México e da Colômbia. Em relação à situação do Chile, do Uruguai, da Costa Rica e da Argentina, estamos ainda mais afastados.

À guisa de ilustração, o tempo de escolaridade do nosso povo é, em média, de apenas quatro anos. Por sua vez, 16% da população brasileira é analfabeta. Quando se sabe que, no Brasil, considera-se alfabetizada a pessoa que mal sabe assinar o próprio nome, fica-se imaginando qual seria a verdadeira percentagem de analfabetos no País. Cito, de passagem, estatísticas sobre escolaridade apenas para compartilhar com os Srs. Senadores minhas apreensões a respeito das dificuldades que aguardam o Brasil no processo de globalização em que se vai adentrando, no qual há pouco ou nenhum lugar para uma mão-de-obra de baixo nível educacional.

Quanto ao item distribuição de renda – talvez o indicador que mais reflita o grau de solidariedade existente em uma nação – não é necessário lembrar que somos o pior País do mundo. No Brasil, os 20% mais ricos da população detêm uma fatia da renda nacional 32 vezes superior à dos 20% mais pobres: um recorde mundial! Fosse má distribuição de renda esporte olímpico, voltaríamos de Atlanta com nossa medalha de ouro garantida.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tudo isso nos faz refletir a respeito de que tipo de elite temos sido para este País. A situação miserável suportada por grande parte do povo brasileiro envergonha-nos e nos apequena aos olhos da comunidade internacional das nações. Parece que, no Brasil, ainda não fomos capazes de superar a divisão intransponível entre casa grande e senzala vigente à época da escravidão.

Feitos esses comentários, porém, gostaria de me limitar, no restante do presente discurso, à consideração de um dos itens mais importantes no que diz respeito à elevação do padrão de vida do povo brasileiro: a habitação.

Ao lado da expectativa de vida ao nascer, do grau de escolaridade e da renda **per capita**, indicado-

res utilizados pelo PNUD para preparar o índice de desenvolvimento humano dos diversos países, as condições de moradia figuram como um dos fatores-chaves para o bem-estar da população. Tivessem as Nações Unidas considerado também a situação habitacional no cálculo do índice de desenvolvimento humano, talvez o Brasil ocupasse uma colocação ainda mais desfavorável do que aquela que lhe coube.

Pois bem, vejamos. O déficit habitacional no Brasil é de 12,7 milhões de residências, calculado por pesquisadores da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo. Esse cálculo foi baseado em informações obtidas a partir do censo demográfico de 1991. Desde então já se passaram cinco anos. No entanto, como esse período coincide com a falência do Sistema Financeiro de Habitação acredito que a estatística ainda seja válida. O número respeitável de 12,7 milhões para o déficit habitacional brasileiro representa uma estimativa ampla, incluindo a moradia conjunta, na qual se amontoa mais de uma família, a moradia precária e a moradia deficiente, a que não conta com água potável encanada nem sistema de esgoto. Vê-se que muitos recursos têm de ser mobilizados. São 12,7 milhões de unidades que precisam ser construídas ou dotadas de saneamento básico.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a reorganização do Sistema Financeiro da Habitação é matéria complexa, de discussão demorada e envolve uma série de técnicas. Entretanto, existem soluções parciais que possuem a vantagem de serem mais simples, de estarem ao alcance de nossa mão e de poderem ser implementadas de forma imediata.

Enquanto se vai desenhando o esboço de uma nova roupagem institucional a presidir a reestruturação das políticas públicas voltadas para o setor habitacional, eu gostaria de apresentar uma sugestão que muito nos poderia auxiliar na diminuição do déficit habitacional brasileiro em curto intervalo de tempo.

Hoje em dia é crescente a participação, no mercado financeiro, das entidades fechadas de previdência privada, chamadas popularmente de fundos de pensão. Tais entidades, responsáveis pela gestão de patrimônio pertencente aos empregados de determinada empresa ou de grupo de empresas, patrimônio que há de responder posteriormente às aposentadorias de seus titulares, fortalecem-se a cada dia no Brasil, aumentando a soma de recursos a sua disposição. Exemplo do peso financeiro dos fundos de pensão tem sido sua participação agressiva no processo de privatização das empresas estatais.

Ainda, nesta semana, assistimos à privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Os ganhadores dessa política de privatização, desse leilão, foram justamente os fundos de pensão, liderados pela Companhia Siderúrgica Nacional.

Nesse particular, destacam-se os fundos vinculados ao Banco do Brasil, à Petrobrás e ao Banco Central, respectivamente a Previ, a Petros e o Centrus.

Calcula-se que os fundos de pensão atualmente administram um patrimônio da ordem de R\$62 bilhões. Desse montante, R\$ 8,8 bilhões estão aplicados em imóveis, ou seja, 14% do total. De acordo com a Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada – a ABRAPP, haveria interesse de seus associados em aumentar significativamente a exposição de sua carteira de investimentos às aplicações no setor imobiliário.

Não é necessário dizer que, caso o aumento dos investimentos em imóveis dos fundos de pensão pudessem ser direcionados para a construção de novas unidades residenciais, isso seguramente teria um efeito nada desprezível sobre a diminuição do déficit habitacional no Brasil, já que se está tratando de recursos na casa dos bilhões de reais.

No entanto, o Conselho Monetário Nacional, na contramão das necessidades econômicas do País, reduziu, recentemente, de 20% para 15% a aplicação das reservas dos fundos de pensão em imóveis. Até o ano 2002, todos os fundos deverão se enquadrar nesse limite.

Para o Secovi-SP, "a menor participação dos fundos de pensão no setor é altamente negativa, mesmo porque a grande afinidade de longo prazo com o setor imobiliário, bem como as garantias reais oferecidas pelo bem imóvel, justificam exatamente o inverso, ou seja, a ampliação ou eliminação dos limites de direcionamento."

Até 1983, esse limite era de 40%. Depois, a escalada da dívida pública interna e a crescente dificuldade do Governo em financiar-se junto ao mercado foram levando à adoção de limitações legais mais rígidas para as entidades de natureza financeira, no que diz respeito a uma série de investimentos de caráter estritamente privado.

O objetivo dessas limitações tem sido garantir a sobra de vultosos recursos para a compra de títulos do Governo. A mesma resolução a que me referi, por exemplo, estabelece que até 100% dos recursos dos fundos de pensão podem ser aplicados em títulos públicos de responsabilidade do Tesouro Nacional. Por meio desse tipo de regulamentação, cria-se

uma espécie de poupança compulsória destinada ao financiamento do Governo Federal deficitário.

Então, Sr. Presidente, a proposta que tenho a apresentar, com a intenção de diminuir um pouco o enorme déficit habitacional brasileiro em tempo não muito longo, é esta: que se aumente o limite legal hoje vigente para investimentos imobiliários por parte das entidades fechadas de previdência privada, os fundos de pensão. Isso garantirá que o acréscimo de recursos voltados para os investimentos imobiliários atenda à necessidade por novas moradias. Tal aumento do limite legal deveria ser vinculado, de maneira exclusiva, às inversões em construção de residências.

Não seria má idéia, por exemplo, o Conselho Monetário Nacional revogar essa medida, aumentando a percentagem do limite legal para 40%, valor vigente, como disse há pouco, até 1983. Caso isso ocorresse, poderia haver uma expansão dos recursos disponíveis para investimentos em moradias de até R\$6,2 bilhões, uma soma bastante respeitável.

O comprometimento de 40% em carteira imobiliária dos recursos disponíveis para aplicação dos fundos de pensão não caracterizaria uma superexposição dessas entidades a um único tipo de investimento. Além do mais, os investimentos em bens de raiz são reconhecidamente conservadores, apresentam alto grau de segurança e estão muito menos sujeitos a oscilações bruscas de valor, como outras opções do mercado, como, por exemplo, ações negociadas em bolsa.

Não deve ser olvidado, outrossim, o benefício que poderia representar a autorização para um maior comprometimento dos fundos de pensão com investimentos imobiliários, em relação à geração de novos empregos, uma vez que se estaria estimulando o setor de construção civil, grande empregador de mão-de-obra, em especial a de baixa qualificação, principalmente agora, quando há um grande desemprego em todo o território nacional.

Ocorre, porém, que não cabe ao Congresso Nacional legislar sobre essa matéria. Em conformidade com o § 1º do art. 40 da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, que dispõe sobre as entidades de previdência privada. As entidades fechadas de previdência privada que temos chamado aqui de fundos de pensão terão suas aplicações reguladas por diretrizes emanadas do Conselho Monetário Nacional.

Dessa forma, a proposta no sentido de que se aumente a percentagem autorizada para as aplicações dos fundos de pensão destinada ao setor imobiliário, aplicações restritas à construção de mora-

dias, deve tomar a forma de um apelo ao Governo Federal, ao Presidente Fernando Henrique e sua equipe econômica e, em particular, ao Conselho Monetário Nacional. Esse apelo eu o faço com toda a ênfase, pois, como já disse, essa é uma solução simples, rápida, eficaz e, além de tudo, não envolve nenhuma burocracia da máquina estatal: o setor privado da economia dela se encarregará.

Encerro este discurso tendo a certeza de que serei ouvido pelas autoridades competentes. Confio no apoio de meus nobres Pares para essa proposta, cuja maior virtude é a simplicidade em face do grande impacto que pode vir a alcançar. Ou seja, aumentar o número de moradias para a população brasileira e, também, dar emprego para os desempregados que, neste momento, são milhões neste País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Júlio Campos, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Bezerra. S. Exª dispõe de até 50 minutos para seu pronunciamento.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cobrada desde 23 de janeiro do corrente ano, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira transformou-se rapidamente numa importante fonte de renda para o Governo. Segundo informam os jornais, a arrecadação desse controvertido imposto representou, só nos primeiros 30 dias, a impressionante cifra de R\$517 milhões.

Em declaração publicada na edição do dia 12 do corrente mês, no **Correio Braziliense**, o Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, disse que "a continuar nesse ritmo, numa projeção simplória, fecharemos o ano com R\$5,5 bilhões em CPMF, quando a estimativa inicial era de R\$4,7 bilhões". As cifras recolhidas aos cofres públicos foram de R\$120,5 milhões, na primeira semana; de R\$151 milhões, na segunda; de R\$101 milhões, na terceira; e de R\$145 milhões, na quarta.

Como se vê, são números maiúsculos.

A CPMF surgiu como uma fórmula mágica destinada a salvar o sistema de saúde do País. Porém, seus maiores críticos diziam que o Governo deveria

tentar controlar seus gastos na área de saúde, que já estavam dentro de parâmetros internacionalmente aceitos. Em outras palavras, os críticos da CPMF diziam que o dinheiro destinado ao setor de saúde já era suficiente, mas acabava sendo mal administrado ou escoando pelos ralos da corrupção.

Apesar disso, a CPMF acabou sendo instituída e veio suceder o também discutível Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), que vigorou em 1994.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o mais grave de tudo isso é que o Governo não possui mecanismos eficientes para controlar a cobrança da CPMF, como, aliás, não pôde, antes, controlar a arrecadação do IPMF. Isso ocorre, porque o instituto do sigilo bancário impede que a Receita Federal exija dos bancos que abram a movimentação financeira, em cima da qual é cobrada a CPMF.

Em outras palavras, a CPMF é um Imposto de que os agentes financeiros têm o comando do início, do meio e do fim da operação. Ou seja, os bancos, autonomamente, taxam a movimentação e depois recolhem o valor ao Tesouro. A Receita Federal, portanto, não tem elementos para verificar: a) se todas as movimentações são taxadas; b) se os valores arrecadados a título de CPMF correspondem ao percentual que a lei determina; c) se os valores cobrados dos clientes são repassados ao Tesouro. Assim, logicamente, o Governo tem que se contentar com os valores repassados pelos bancos. Precisa acreditar neles.

Muitos dos Srs. Senadores devem estar lembrados de uma polêmica que ocorreu quando da vigência do IPMF. Como o Imposto foi cobrado indevidamente durante alguns meses de 1993, a Justiça determinou sua devolução. O então Secretário da Receita Federal, Osiris de Azevedo Lopes Filho, exigiu dos bancos a movimentação das contas, a fim de poder devolver o valor cobrado indevidamente dos clientes.

Começou então uma grande batalha judicial, com os bancos particulares se respaldando no sigilo bancário para não entregar seus movimentos. Coube aos correntistas interessados recorrer pessoalmente à Receita para recuperar o dinheiro cobrado indevidamente dos clientes. Ainda hoje, a maioria dos U\$270 milhões recolhidos a mais permanecem nos cofres da Receita Federal, porque muitos – provavelmente os grandes investidores – preferiram não buscar o dinheiro recolhido indevidamente.

Mas o problema não se resume, apenas, à cobrança da CPMF. A mesma falta de fiscalização ocorre ainda na cobrança do IOF (Imposto sobre

Operações Financeiras), cuja arrecadação mensal também é da ordem de U\$500 milhões. Igualmente nesse caso, os bancos taxam as operações e transferem depois o dinheiro à Receita.

Ocorre, porém, que, como está sendo comprovado agora na CPI dos Precatórios e como já o foi em CPIs anteriores, muita coisa estranha ocorre em certos bancos nacionais. De uns anos para cá, descobriu-se a existência de milhares de contas fantasmas e constatou-se a ocorrência de movimentações milionárias em bancos inexpressivos. Sem falar nas bancarrota bilionárias. Ora, tudo isso mostra que o Governo não controla mesmo os bancos.

Assim, logicamente, cabe uma pergunta: será que a cobrança da CPMF, totalmente entregue aos bancos, está sendo feita dentro do que manda a lei? Inúmeras falcatruas cometidas nos últimos anos por certos agentes financeiros têm dado motivos para que os cidadãos estejam desconfiados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ano após ano, ouvimos as mesmas afirmações sobre as falhas do sistema de arrecadação de impostos no Brasil. Fala-se até mesmo que para cada real arrecadado, um outro real é sonegado. Se isso for verdadeiro, o Estado poderia, dotando de instrumentos de efetivo controle a Receita Federal, dobrar rapidamente sua arrecadação. Com a receita dobrada, o Governo poderia pagar o funcionalismo e resgatar parte de sua colossal dívida, sem maiores problemas. Hoje, infelizmente, a Receita Federal não tem meios para controlar efetivamente a arrecadação de impostos, como vimos agora.

No Brasil, como se tem dito e repetido, pagam impostos apenas as empresas organizadas e os trabalhadores regulares. Os ricos e os poderosos ficam de fora. Dotar a Receita Federal de mecanismos eficientes de controle seria o primeiro passo para que o Estado estabelecesse a chamada justiça fiscal. Mas, infelizmente, o problema é bem mais amplo: o Estado brasileiro deve ser totalmente reestruturado, a fim de que exerça de forma competente todas as suas atribuições constitucionais. É nesse sentido que devemos trabalhar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, o Brasil, ao longo dos anos, vem enfrentando sérios problemas, entre eles, a incompetência administrativa, a impuni-

dade e outros fatores que influem diretamente no grau de pobreza e de violência da nossa sociedade.

A importância de descentralizar a administração é reconhecida por todos, mas, na prática, não vem ocorrendo. O Governo Federal já deu provas cabais da sua falta de capacidade de fiscalização da correta destinação das verbas públicas. O mau uso desses recursos para fins outros e não previstos no Orçamento da União me levam ao seguinte questionamento: que justificativa tem o Governo Federal, representado pelo Incra, DNER e outros órgãos, para não cumprir os seus compromissos constitucionais derivados de processos administrativos para desapropriação de terras, com sentenças transitadas em julgado?

Sr. Presidente e nobres Pares, tenho recebido várias cartas no meu gabinete e constantemente sou abordado por pessoas humildes que tiveram o seu direito de propriedade cassado pelo Governo Federal. Exatamente! Tiveram o seu direito de propriedade cassado! Famílias inteiras que preservavam o seu pedaço de terra, oriunda de herança ou sucessão, de repente viram o seu ganha-pão, o sustento de toda a prole ser confiscado.

Por essas desapropriações o Incra deve mais de R\$1,5 bilhão, desde 1970 até os dias atuais. Trata-se de uma dívida estratosférica, já somada aos juros de mora de 6% ao ano e aos juros compensatórios de 12% ao ano. Eu indago: é dessa forma que o Governo deseja reduzir a dívida interna? É com esse confisco que o Governo pretende fazer a reforma agrária, ou seja, cobrir um santo e descobrir o outro? Que credibilidade tem o governo para exigir dos cidadãos os pagamentos de impostos, se ele protela decisões judiciais irrecorríveis?

Meus nobres colegas, não é a primeira vez que trago esse assunto a esta Casa. Nas outras oportunidades já registrei, de forma veemente, a minha estranheza quanto ao descaso de alguns administradores que ainda não se deram conta de que o adiamento desses débitos governamentais aumenta de forma escandalosa essas dívidas, onerando toda a sociedade brasileira. É incompreensível, também, que o Governo manifesta preocupação com esta dívida interna – ao dizer publicamente que um bilhão e meio de reais da venda da Vale do Rio Doce, seria destinado ao abatimento dessa dívida – e tenha procedimentos diferentes do divulgado.

Em muitas oportunidades, sempre me manifestei favorável à reforma agrária. Entretanto, sempre defendi também que não bastaria dar apenas a terra, mas infra-estrutura e condições econômicas para

produzir. Entretanto, parece-me que a política governamental está sendo perversa, pois o conceito de improdutividade está sendo muito questionado nos dias atuais e a família que sofre a desapropriação continua à mercê da "boa vontade" do governo em indenizá-la por um negócio jurídico unilateral e coercitivo. Entendo que se o governo deseja promover a reforma agrária, deve fazê-la cumprindo, regidamente, as decisões judiciais relativas às desapropriações efetuadas, senão, estará apenas postergando um problema e criando novas crises sociais. Será que os dados estatísticos do governo relativos às famílias assentadas computam também as famílias que foram obrigadas a abandonar as suas pequenas e médias propriedades, devido à falta de uma política agrícola competente?

Como se vê, é imperioso que repensemos a questão da reforma agrária no País, visto que ela está intrinsecamente ligada a uma política agrícola agressiva e humana, que atenda não só aos objetivos do governo, que é a produção, mas que garanta os meios de sobrevivência e fixação do homem no campo.

E as reformas? E as propostas de reformas administrativa, tributária e previdenciária? Elas não têm como objetivo enxugar a máquina administrativa municipal, estadual e federal, reduzindo o seu potencial de endividamento e saldar as suas dívidas de forma a terem uma economia mais saudável? Então, por que o governo adota a política do "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço"?

À época, apresentamos alternativas ao Secretário do Tesouro Nacional e ao Ministro Raul Jungmann, de liquidar os débitos utilizando títulos. Em relação ao INCRA, ao DNER e a outros órgãos governamentais, existem precatórios já transitados em julgado, ou seja, precatórios líquidos e certos. Em muitos casos, as pessoas poderiam receber, se não houver recursos agora, títulos que vão vencer daqui a 10 ou 15 anos. As pessoas que têm valores maiores, com certeza, aceitarão os títulos e poderão até participar das privatizações. Pelo menos, encontrasse uma solução e, com isso, sobriam recursos para pagar valores menores. Existem centenas e centenas de pessoas com pequenos valores a receber, famílias inteiras, mulheres, vovós, tataravós, que gostariam de deixar esse pequeno valor para seus netos, tataranetos, mas não recebem e clamam por isso. No entanto, o governo vem postergando o pagamento desses precatórios de um ano para outro. Há centenas de casos em Santa Catarina com relação ao Incra, ao DNER, e outros órgãos. Não é possível, portanto, continuar dessa forma.

Ninguém seria obrigado a aderir à solução no caso dos títulos, mas seria uma alternativa viável, pois esses títulos, pagos a seus titulares, poderiam ser negociados no mercado com a movimentação e aquisição de ações de empresas privatizadas e privatizáveis, além da economicidade do governo no que tange ao pagamento dos juros e multas mencionadas.

Outra sugestão seria o governo fazer um cronograma anual de desembolso de acordo com os valores a serem pagos, fixando percentuais.

Como se vê, propostas existem. O que falta é vontade política e econômica para solucionar este problema. Se porventura existir algum impasse jurídico, isso não será empecilho, pois se trata de matéria pacífica devidamente arbitrada pela Justiça.

Sr. Presidente, faço um apelo às autoridades governamentais dos setores envolvidos para que retomem a discussão e solução deste assunto, restabelecendo, assim, o legítimo direito do cidadão à propriedade, reconhecido e assegurado na Carta Magna.

Trago estas considerações, Sr. Presidente, nobres colegas, porque é um drama que estamos vivenciando. No ano passado, houve centenas de reivindicações no meu Estado nesse sentido, abrangendo a 4ª Região da Justiça Federal, que engloba Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, em relação a valores até pequenos para serem liquidados, mas que, em função da ordem cronológica, em função do orçamento, não o foram.

Para este ano, há uma promessa de recursos do Orçamento; no caso do Incra, R\$500 milhões e pouco. O governo diz que vai liberar no mínimo em três ou quatro parcelas este ano. Estamos em maio. Dizem que vão liberar R\$70 milhões. Não sei quando, talvez no fim do ano. O governo vai postergando essa dívida, e essas pessoas idosas, muitas vezes enfermas, ficam a esperar. Nada acontece.

Esse não é um bom exemplo. O governo precisa acertar isso de uma forma ou de outra; resolver o problema para ter credibilidade. Principalmente com relação à reforma agrária, que é um assunto palpitante hoje no Brasil.

Assim agindo, dando o exemplo, o governo tem autoridade para cobrar os inadimplentes, aqueles que alegam que o governo não dá o bom exemplo e não pagam, vão postergando, de pai para filho, para neto, para tataraneto, como vem ocorrendo. A solução é dar o bom exemplo para que haja harmonia. Temos que encontrar os caminhos. Para isso vi-

mos discutindo o assunto há dois anos, mas sentimos dificuldades para encontrar soluções.

Eram essas considerações, Sr. Presidente, nobres colegas, que eu precisava renovar, porque não é a primeira vez que falo, numa conclamação às autoridades relacionadas ao setor, para, o quanto antes, com os pés no chão, resolvermos essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Seguindo a lista de oradores, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, talvez o Senador Romero Jucá queira me anteceder.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Por permuta com o Senador Eduardo Suplicy, com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo do meu mandato, tenho procurado defender o fortalecimento do sistema de saúde pública, tenho procurado atuar numa linha de colaboração e de apoio ao Ministério da Saúde, e, como Relator do Orçamento na área de saúde, tenho testemunhado o esforço que vem sendo feito para melhorar a assistência à saúde da população.

Aprovamos a CPMF, um imposto polêmico, um ônus a mais para a sociedade brasileira, com a justificativa de que ela reforçaria a atuação da saúde pública no País.

O Senador Carlos Bezerra, que me antecedeu, mostrou as previsões de arrecadação da CPMF – mais de R\$5 bilhões – para o exercício de 1997.

Pois bem, Sr. Presidente, venho à tribuna hoje registrar minha preocupação com algumas notícias e algumas ações previstas ou em discussão no Ministério da Saúde. A primeira delas trata da extinção da Fundação Nacional de Saúde que tem um papel extremamente importante para as regiões mais pobres do País. Eu não poderia, como Senador de Roraima e como amazônida, calar-me sobre a perspectiva que se tem, a curto prazo, de extinção da Fundação Nacional de Saúde. Já se começa a discutir essa questão. Quero lembrar, desta tribuna, o trabalho realizado pela campanha contra a malária, depois pela Fundação CESP, pela Sucam e, por consequência, pelo novo órgão que fundiu essas entidades, que é exatamente a Fundação Nacional de Saúde.

A Fundação Nacional de Saúde tem uma tarefa extremamente importante no País no combate às endemias. Na Amazônia, no Nordeste e no Centro-Oeste, eu diria que ela é uma entidade imprescindível, pela

história, pelo conhecimento técnico e pela importância que tem na saúde pública dessas regiões.

Em primeiro lugar, eu gostaria de registrar minha preocupação quanto à possibilidade de extinção da Fundação Nacional de Saúde. Não podemos concordar com tal ação. Não adianta afirmar que os estudos técnicos dizem que, se a Fundação Nacional de Saúde for extinta, suas atribuições passariam aos Estados e Municípios. A FNS atua com maior força exatamente onde estão os Municípios mais pobres de nosso País: na Amazônia, no Centro-Oeste, em Municípios pobres cuja arrecadação, muitas vezes, não dá sequer para pagar a folha de pessoal, quiçá para enfrentar endemias como a malária, a dengue e a febre Amarela.

Desta tribuna, Sr. Presidente, eu gostaria de ponderar, em primeiro lugar, ao Ministro da Saúde para que essa discussão técnica seja levada em conta e ampliada para a Comissão de Assuntos Sociais, Comissões Pertinentes da Câmara dos Deputados, para as bancadas das regiões. Efetivamente, essa não é uma decisão técnica nem administrativa. A extinção da Fundação Nacional de Saúde é uma decisão eminentemente política e tem repercussão muito grande em nossas regiões. A FNS detém um patrimônio técnico exemplar, seus servidores têm experiência no tratamento dessas questões, o que é imprescindível ao País. Portanto, é inadmissível fechar essa entidade na Amazônia, no Nordeste ou no Centro-Oeste do País.

Sr. Presidente, eu gostaria também, nessa mesma linha, de comentar a extinção do programa de medicamentos gratuitos do Governo Federal – Ceme – anunciada pelo Governo. Não quero aqui defender a manutenção de qualquer órgão público; quero, sim, registrar a importância dos medicamentos da Ceme na minha região amazônica e nas regiões mais pobres do País. Tenho andado muito nos postos de saúde do interior do meu Estado e, quando encontro medicamentos nesses postos, são tão somente medicamentos da Ceme – Central de Medicamentos do Governo Federal.

Sr. Presidente, se o Governo quer descentralizar ações, reformular administrativamente qualquer entidade, somos favoráveis e marcharemos ao lado do Ministério da Saúde. É importante que se saiba que uma coisa é reformular programas e descentralizar programas sociais, principalmente na área da saúde, para onde recursos da CPMF foram alocados, mas extinguir a Ceme e com ela o programa gratuito de medicamentos, inclusive o programa de medicamentos para Aids, aprovado aqui neste Senado, realmente é inadmissível.

Gostaríamos de apelar ao Ministro da Saúde para que essa questão tenha o seu nível de discussão ampliado. Queremos a manutenção do programa de medicamentos gratuitos do Governo Federal sob qualquer sigla ou qualquer administração. Queremos a manutenção dos programas de combate às endemias do Ministério da Saúde, notadamente na região Amazônica, de combate à malária, à dengue e à febre amarela. Tenho certeza de que, com a sensibilidade que tem o Ministro da Saúde, esse debate vai ser efetivamente ampliado e dele sairão soluções enriquecedoras ao projeto. Esperamos que, de um lado, não seja aprovado mais um imposto para melhorar a saúde e que, de outro, tenhamos instrumentos legais e operacionais necessários para que a saúde seja melhorada e não venha a padecer a população do nosso País, principalmente – volto a dizer – a população das regiões mais pobres do Brasil, como a região amazônica, que represento aqui.

Portanto, fica o apelo ao Ministro da Saúde e ao Presidente da República, para que vejam, com carinho e com cuidado, a atuação da Ceme e da Fundação Nacional de Saúde, porque os brasileiros mais pobres das regiões menos desenvolvidas não podem carecer da atuação dessas duas entidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estive recentemente visitando o Complexo Nuclear de Angra dos Reis, no intuito de avaliar o andamento das obras da Usina de Angra 2 e as condições de operação da Usina de Angra 1.

Desse modo, pude recolher elementos que me permitiram, em primeiro lugar, avaliar o estágio alcançado na fase de montagem eletromecânica da Unidade 2 de Angra, que vem sendo realizada pelo Consórcio Unamon, sob a coordenação de Furnas S.A. e Nuclen Engenharia e Serviços S.A., subsidiárias da Eletrobrás.

Ao contrário da minha primeira visita, nesta oportunidade, pude constatar que parte expressiva dos componentes mecânicos e elétricos estão colocados dentro das edificações de Angra 2. No prédio do reator, já estão montados a casa de pressão do reator, os geradores de vapor e parte expressiva das tubulações. No prédio convencional, a turbina e os condensadores, assim como grande parte dos componentes auxiliares estão também montados. De

fato, pela movimentação de pessoas e equipamentos, posso dizer que hoje existe um cenário de otimismo quanto à conclusão desta última etapa do empreendimento.

Outro aspecto de grande relevância é o significado do empreendimento para a comunidade do Município de Angra dos Reis. Em contatos mantidos com o Prefeito e representantes da Câmara Municipal, verifiquei a existência de um clima participativo daquela comunidade.

A antiga reação e a desinformação quanto à localização do complexo nuclear e ao uso da energia nuclear em si vem sendo substituída por uma compreensão maior dos riscos e benefícios que a usina nuclear oferece.

Com a modernização do plano de emergência, que agora prioriza a parceria com a comunidade local por meio da Prefeitura e outras instituições locais, aliada a uma política de abertura e de informação ao público hoje praticada por Furnas, senti que a comunidade de Angra dos Reis aprendeu a assimilar a presença da usina nuclear.

A existência de cooperação entre Furnas e a Prefeitura segue tendência mundial, como por exemplo na França, onde 56 usinas nucleares convivem em plena harmonia com diversas comunidades, demonstrando que o homem pode dominar e utilizar a tecnologia mais avançada, de forma segura e racional.

Cumprindo o papel que me cabe, na qualidade de integrante do Poder Legislativo e, principalmente, consciente da absoluta importância do aumento da oferta de energia elétrica para promoção do crescimento econômico, essa minha visita faz parte de um objetivo mais amplo: o de avaliar e opinar sobre a política energética brasileira e sobre a matriz energética a ela associada.

Neste sentido, Sr. Presidente, cabe-me lembrar que o Brasil é um País carente em termos de consumo de energia elétrica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui relacionar a taxa de consumo de energia elétrica com a qualidade de vida dos brasileiros e aos baixos níveis de bem-estar social de parte expressiva de nossa população, o que exige soluções concretas para esse problema, que entrava o progresso e o bem-estar da população.

A taxa de consumo de energia elétrica é, sem dúvida, um dos indicadores mais diretos e modernos da qualidade de vida de uma população. A ela estão associados o abastecimento de água, a movimentação de cargas, a geração de riquezas e o fluxo de

informações, fatores fundamentais, dos quais deriva toda a atividade sócio-econômica de uma Nação.

Sr. Presidente, o Brasil precisa de energia elétrica correndo nas linhas de transmissão e distribuição, como um corpo humano precisa de sangue correndo nas veias para a garantia da construção de uma sociedade dinâmica e saudável.

Para se ter parâmetros quantitativos para avaliar o atraso brasileiro no campo do consumo de energia elétrica, basta verificar que o Brasil consome hoje 1.570 quilowatts/hora por ano, por habitante, abaixo da média mundial, que é de 2.260.

Entre os países mais desenvolvidos, o Canadá consome 17.950 quilowatts-hora por ano, por habitante, valor onze vezes e meia maior que o consumo brasileiro, a Suécia 16.280, os Estados Unidos 11.260, a França 8.090 e o Japão 6.850.

Entre países medianamente desenvolvidos, a República Tcheca consome 5.910 quilowatts-hora por ano, por habitante, a Bulgária 4.270, a África do Sul 4.200, a Espanha 3.930, a Coreia do Sul 3.890. Até mesmo a vizinha Argentina possui o consumo **per capita** superior ao nosso em 1.710.

O potencial brasileiro de crescimento sócio-econômico no sentido vertical é muito grande. Benefícios da energia elétrica ainda não chegam a grandes contingentes da população, seja pela via direta da sua distribuição, seja pela via indireta da indisponibilidade de produtos e serviços que agregam energia elétrica, diferentemente dos países mais desenvolvidos, cujas populações já atingiram patamares satisfatórios de qualidade de vida. O aumento da demanda por energia elétrica é somente resultado de um crescimento vegetativo, visto que as necessidades básicas desses países estão atingidas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para se avaliar a dimensão do problema, basta apontar que, para o Brasil atingir o modesto nível de consumo da Espanha, terá que aumentar em 150% a capacidade atual do nosso parque gerador, o que implica em investimentos da ordem de R\$60 bilhões.

Dentro de uma visão mais abrangente, pelos impactos sócio-econômicos que a carência de energia elétrica provoca, estou convicto de que a energia elétrica mais cara é exatamente aquela que não é gerada. É definitivamente aquela que não penetra nas veias do emaranhado das linhas de transmissão e distribuição; é aquela que, lamentavelmente, não chega aos lares e ao sistema produtivo nacional.

É a partir dessa análise, Sr. Presidente, que tenho me dedicado a acompanhar a execução da política de geração nucleoeletrica do Governo Federal.

No meu entendimento, cabe ao Brasil explorar com racionalidade e competência todas as fontes de geração de eletricidade e, no caso da energia nuclear, não podemos, em hipótese alguma, deixar de utilizar o combustível que a generosidade da natureza nos legou, constituído pelas expressivas reservas de urânio que o País possui. Isto nos permitirá, cada vez mais, desenvolver uma política energética com independência de importações, fator de grande relevância, neste momento em que fica clara a importância do equilíbrio estrutural de nossas contas externas.

Nesse campo vou mais além. Com a inserção do Brasil na economia globalizada, estou também convicto de que a nossa capacidade de geração de energia através de combustíveis nacionais, será uma vantagem comparativa essencial para disputarmos os mercados internacionais de bens e serviços.

O Governo Federal tem dado todo o apoio para que Fumas e a Nuclen concluam com sucesso a obra de Angra 2, postura esta que deve ser reconhecida por todos nós.

O Senado Federal, recentemente, deu o aval para esse empreendimento, ao aprovar a transferência de recursos de Angra 3 para Angra 2. Estes sinais demonstram a convicção, a nível de Estado, de que, no próximo século, a energia nuclear deverá exercer um papel de grande relevância para a sustentação do nosso crescimento econômico, seja pela via da geração de energia elétrica, seja pela via de se constituir em indutor do crescimento do nível de atividade em diversos segmentos do parque produtivo e também pela geração de empregos e demanda por serviços.

Sei que existem ainda desafios a serem vencidos, como a solução adequada do problema dos rejeitos radioativos, tendo como ponto de partida a aprovação da legislação específica que hoje tramita no Congresso Nacional.

Esse problema vem sendo superado com sucesso, através do uso de modernas tecnologias em países como França, Japão e Alemanha, soluções estas plenamente factíveis para as nossas condições. Devo também advertir para a absoluta necessidade de que este problema seja tratado com a devida seriedade e não como bandeira ideológica, que somente retarda a sua solução racional, gerando insegurança e prejuízos para toda a sociedade brasileira.

Ao apontar para um novo modelo institucional para o setor elétrico brasileiro, o Governo Fernando Henrique Cardoso, através da competente ação do

Ministro Raimundo Brito, abre uma era de racionalidade e competitividade para este setor fundamental.

Com tal ação, será estabelecido um ambiente atrativo à participação da iniciativa privada, que terá a tarefa de aportar recursos e introduzir o dinamismo necessário para que a sociedade brasileira possa ser atendida de forma satisfatória e a preços justos.

A privatização do parque de geração transferirá para o setor privado parte expressiva dessa grande responsabilidade, cabendo ao poder concedente o papel regulador e fiscalizador.

O setor de geração nucleoeletrica, em função de preceitos constitucionais, permanecerá sob o controle do Estado. Esta situação, no entanto, irá exigir que a gestão das empresas e dos empreendimentos se realize dentro dos mesmos parâmetros de eficiência, competitividade e racionalidade que serão implementados na parte privatizada, pois o mercado de energia elétrica será um único, além do que, o futuro da nucleoeletricidade no Brasil depende dos resultados de hoje, na busca de excelência e de preços competitivos com as demais fontes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero deixar aqui bem claro essas minhas constatações e análise da situação energética nacional, sintetizando, como resultado de minha visita ao Complexo Nuclear de Angra dos Reis, que a conclusão de Angra 2 é um sinal claro do grau de maturidade que atingimos no campo da geração nucleoeletrica e um sinal definitivo de que o Brasil entrará para valer no clube seletos dos países que dominam e utilizam a energia nuclear para o benefício da sua população.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por permuta com o Senador Romero Jucá. V. Ex^a

dispõe de 50 minutos, ou do tempo até o encerramento da sessão, às 18h30min.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero ler uma nota do Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, José Dirceu, diante da cobrança que o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez, por intermédio de seu porta-voz, Embaixador Sérgio Amaral, com respeito às manifestações de protesto que ocorreram na fronteira do Uruguai: o Senhor Presidente atribuiu ao Partido dos Trabalhadores alguns aspectos daquela manifestação, o que de maneira alguma corresponde à realidade dos fatos.

Diz o Presidente Nacional do PT:

1. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, através de seu porta-voz, quer atribuir ao PT comportamento antidemocrático que seu Governo vem praticando e que a sociedade repudia.

2 – O PT não deve explicações. Seu compromisso com a democracia é parte da História do Brasil. Construímos a democracia e somos parte dela. O Presidente da República não, pois é aliado das forças de direita que serviram à ditadura.

3 – Não é a primeira vez que governos, com a anuência de parte da imprensa, acusam o PT. O Brasil ainda guarda a lembrança de Leme, em 1986; do seqüestro de Abílio Diniz, em 1989; do comício de Collor, em Caxias do Sul, também em 1989; episódios em que acusaram o PT e, depois, as investigações provaram que éramos vítimas de provocações.

4 – No dia 17 de abril, na marcha dos sem-terra em Brasília e no dia 29 de abril, nas manifestações contra a venda da Vale, no Rio de Janeiro, resistimos às provocações de infiltrados nas manifestações, que foram pacíficas, assim como no dia 1º de maio, em São Bernardo.

5 – Um Presidente que diariamente viola a Constituição e que, junto com seus Ministros, se habituou a agredir a oposição, a OAB, a CNBB, junistas e o Poder Judiciário, não tem autoridade para cobrar nada do Partido dos Trabalhadores.

6 – Repelimos as declarações do Presidente da República, que, na verdade, de forma tosca, tenta desviar a atenção do País das derrotas e dos fracassos de seu Governo."

Gostaria, Sr. Presidente, de comentar um pouco mais essa declaração do porta-voz do Presidente Fernando Henrique Cardoso – que quis cobrar do PT ações inadequadas –, bem como de reiterar as palavras do nosso Presidente José Dirceu no sentido de que, de maneira nenhuma se pode atribuir ao PT qualquer ação que envolva ato de violência.

O Partido dos Trabalhadores, a propósito, deu todo apoio à manifestação, de caráter pacífico, do Movimento dos Sem-Terra na marcha nacional por reforma agrária, emprego e justiça.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso vem realizando diversas ações que estão causando intranquilidade e adversidade. As pesquisas de opinião realizadas pelo DataFolha, publicadas pela **Folha de S. Paulo** e pelo **Estado de S. Paulo** às vésperas do leilão da Companhia Vale do Rio Doce – e a mais recente, publicada pelo **Estado de S. Paulo**, deu 51% contra 41% – denotaram que a opinião pública não estava a favor da privatização da Vale do Rio Doce.

O Governo forçou o leilão da Vale do Rio Doce quando não conseguiu, em que pese a toda a publicidade realizada, convencer os brasileiros da necessidade de privatizar a companhia. Muitas vezes utilizou-se de argumentos que não correspondiam à realidade.

O Ministro Antonio Kandir e o Presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, disseram que o Congresso Nacional havia validado a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Ora, Sr. Presidente, a lei de privatização do Governo Fernando Collor de Mello não incluía a Companhia Vale do Rio Doce. A lei do Plano Nacional de Privatização ainda não foi votada pelo Congresso Nacional, pois o Presidente Fernando Henrique Cardoso vem reeditando essa medida provisória inúmeras vezes. Teria sido adequado que S. Ex^a ordenasse a sua base governamental no Senado Federal para aprovar o projeto de lei que – este sim – daria legitimidade àquela decisão.

O projeto de lei do José Eduardo Dutra, Líder do PT e do Bloco da Oposição, propunha especificamente que se pudesse incluir ou não a Companhia Vale do Rio Doce no Plano Nacional de Desestatização. Mas isso o Governo não quis, não admitiu. E não é à toa que, hoje, juristas do calibre de Celso Antonio Bandeira de Mello, Fábio Konder Comparato, Gofredo da Silva Teles Junior e tantos outros, dentre os mais brilhantes, indignados, apontam que o leilão realizado anteontem está fadado a ser consi-

derado ilegal pela Justiça. E os argumentos não foram inteiramente convincentes.

Gostaria, Sr. Presidente, de ler um artigo publicado hoje pelo economista Paulo Nogueira Batista Júnior, "De Vale do Rio Doce a Sweet River", onde ele expõe a fragilidade de argumentos até agora apresentados pelo Governo:

"Não é fácil avaliar os resultados do leilão da Vale do Rio Doce realizado anteontem. Todo o processo de venda dessa Companhia foi marcado por falta de transparência e por explicações pouco convincentes à opinião pública.

*Durante meses, leitores da **Folha** e de outros jornais foram bombardeados com ataques à Vale. Destacaram-se os artigos do Deputado Roberto Campos, que fez alegações pesadas, acusando a empresa de não proporcionar retorno adequado aos acionistas, em especial ao Governo, e de fazer pagamentos excessivos aos seus funcionários.*

Nesses artigos, Campos apresentou uma série de argumentos e estatísticas que contribuíram para propagar a imagem de uma Vale apropriada por interesses corporativos que rendia muito pouco para a União.

Pois bem, só ontem, em matéria paga publicada nos principais jornais do País, a Diretoria da Vale resolveu responder ao Parlamentar. Respondeu com agressividade comparável à que vinha sendo utilizada por ele. Apresentou um conjunto de dados que lança dúvidas sobre a seriedade com que Campos abordou o tema.

No que diz respeito ao retorno da União, a nota da Diretoria da Vale lembra que o acionista se beneficia não só da distribuição de dividendos, mas também da valorização de suas ações.

Ignorar esse aspecto elementar, como vinha fazendo Campos em suas diatribes contra a empresa, é distorcer os fatos, sustenta a nota.

O Parlamentar, que não costuma medir suas palavras, falou em "doação" de recursos ao fundo de pensão da Vale. Não levou em conta que a previdência complementar é política de recursos humanos em todas as companhias de ponta do mundo inteiro.

Também não mencionou que a contribuição da Vale é de R\$2 para cada R\$1 pago pelos empregados, valor inferior à média das contribuições de empresas privadas,

que é de R\$2,70 por R\$1, de acordo com a Associação Brasileira de Entidades de Previdência Privada – Abrapp.

Além disso, a Diretoria da Vale acusou o Deputado de usar dados errôneos sobre as contribuições da empresa ao fundo de pensão, sobre a participação dos empregados nos resultados da empresa e sobre o aporte de recursos da União à Vale. E forneceu, ponto por ponto, os dados que ela considera corretos, sempre substancialmente diferentes daqueles que o Parlamentar vinha publicando em seus artigos.

Vamos ver como Roberto Campos responde a todos esses argumentos e acusações. Por muito menos que isso, um economista não tão protegido pelo **establishment** nacional e internacional teria a sua credibilidade profissional totalmente destruída.

Mas há um outro aspecto que não pode passar sem comentário. As acusações que a nota de ontem procura desmontar vinham sendo feitas por Campos ao longo de vários meses, com ampla repercussão nos meios nacionais de comunicação."

Inclusive adiciono que, nas últimas semanas, em função do aniversário de 80 anos de Roberto Campos, ele foi extensamente entrevistado pela imprensa, pelos meios de comunicação e em programas como *Roda Viva* e *Jô Soares Onze e Meia*, quando aprofundou esses argumentos.

"Como é possível que só agora a diretoria da Vale venha a público contestá-las?

Quer dizer, então, que só no dia seguinte ao do leilão é que a opinião pública e os próprios acionistas da Vale têm direito de tomar conhecimento de que um dos líderes da campanha em favor da privatização vinha utilizando "dados errôneos" e prejudicando de forma irresponsável o conceito da empresa?

É um espanto. Vejam o que diz a nota da diretoria: "Cerca de 30% das ações ordinárias ainda serão vendidas, na pulverização. O conceito da Vale não pode ser irresponsavelmente tratado pelo autor da crítica, sob pena até mesmo de prejudicar a oferta dessas ações à sociedade".

Se é assim, não se compreende a demora da diretoria em responder às críticas de Campos. A menos que se queira argumentar que os participantes do leilão de anteontem estavam suficientemente informados para não

se deixar iludir pelas falácias que a diretoria da Vale atribui ao parlamentar.

Em todo caso, Roberto Campos está desempenhando o seu papel de sempre. O consórcio que arrematou a Vale, apesar de se chamar Brasil – ironicamente, quem sabe? – está apoiado, fundamentalmente, em investimentos e empréstimos estrangeiros, com a participação de instituições como o Citibank, o Soros Fund e, sobretudo, o NationsBank, quarto maior banco dos EUA.

Esse último constituiu a "Sweet River Investments Ltd.", em parceria com outras instituições, e adquiriu 11,9% do capital da nova controladora da Vale do Rio Doce, trazendo o equivalente a cerca de R\$400 milhões na forma de investimentos diretos.

Esse mesmo NationsBank foi o banco que, segundo notícias publicadas ontem na **Folha** e na **Gazeta Mercantil**, proporcionou o fôlego financeiro para que Benjamin Steinbruch pudesse entrar com a sua parte do capital.

Em condições ainda não esclarecidas, a CSN de Steinbruch obteve junto ao NationsBank um empréstimo equivalente a R\$1,2 bilhão.

Vejam que o montante aportado por esse banco, diretamente e por meio de empréstimos à CSN, representa quase metade dos R\$3,3 bilhões que o consórcio liderado por Steinbruch pagou pelo controle da Vale.

Testa-de-ferro, por acaso?"

Sr. Presidente, há um outro aspecto que considero extremamente preocupante. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando se despediu aqui da tribuna do Senado, disse que tinha pressa para contribuir no sentido de que o Brasil viesse a se tornar uma nação justa. Obviamente, ele aqui estava referindo-se às disparidades extraordinárias de renda e de riqueza que acontecem em nosso País.

Fico pensando, Sr. Presidente, que, se analisarmos, por exemplo, o que aconteceu com o Sr. Benjamin Steinbruch nesses últimos dois anos, quatro meses e meio, como é que conseguiu, através de diversos mecanismos, adquirir o controle acionário da Companhia Siderúrgica Nacional, da Light e, agora, da Companhia Vale do Rio Doce, um conjunto de três empresas extraordinariamente importantes para a economia brasileira?

Certamente aqui houve uma evolução, no sentido de concentração de poder econômico e político,

como raras vezes alguém conseguiu na história do Brasil. E, se houve empresários que conseguiram, na história de nosso País, num tempo relativamente curto, aumentar seu patrimônio e o controle sobre empresas, tão apoiado pelo poder público e de forma coordenada pelo Palácio do Planalto, com o apoio ostensivo, direto e planejado, por exemplo, dos fundos de pensão – que obviamente agem sob a coordenação do Palácio do Planalto –, Sr. Presidente, penso que só isso merece um estudo mais aprofundado, inclusive por parte do Conselho de Defesa Econômica, o CADE. Acredito que o CADE deve aprofundar o estudo em que alertou para a concentração de poder econômico nos mais diversos setores minerais do Brasil, que advirão dessa privatização. Porque, em vez de se ter em mãos de uma empresa pública, se a Justiça, efetivamente, vier a considerar como válida essa privatização, tenho minhas dúvidas, porque, no meu entender, o Governo se precipitou, pois deveria ter feito com que o leilão da Vale Do Rio Doce fosse previamente aprovado pelo Congresso Nacional e preferiu não fazê-lo, então é muito provável que o leilão tenha sua validade cancelada. Se porventura este acabar sendo válido, Sr. Presidente, vamos ter registrado um dos maiores processos de concentração de poder e de riqueza nas mãos de um grupo econômico, presidido pelo Sr. Benjamin Steinbruch, como poucas vezes se deu na História do Brasil, ao mesmo tempo em que milhões de pessoas continuam sem que seja resolvido o seu problema de miséria, de pobreza absoluta. O Governo poderia perfeitamente ter aproveitado todo esse processo de discussão, de debate – se mais aprofundado tivesse sido perante a sociedade e o Congresso Nacional – para criar meios de fazer a população brasileira participar minimamente do usufruto da riqueza de minérios e de toda a riqueza gerada no País. Poder-se-ia, através dos fundos decorrentes da venda da Vale do Rio Doce e de outras empresas estatais e, enfim, de toda a riqueza gerada no País, fazer que todas as pessoas efetivamente viessem a receber uma renda de cidadania, uma renda mínima inclusive em formas tais como em Boa Vista se está levando adiante pela Sr^a Jucá, prefeita de Boa Vista. S. Ex^a segue inclusive as recomendações do Senador Romero Jucá: formas de garantir um mínimo de renda para que todas as crianças neste Brasil possam efetivamente estar freqüentando a escola.

Sr. Presidente, acredito que deve o Presidente Fernando Henrique Cardoso pensar melhor sobre as recomendações que faz ao seu porta-voz antes de

atribuir o que não é verdade ao Partido dos Trabalhadores.

Por outro lado, registro que considero positiva a iniciativa do Presidente Fernando Henrique de querer dialogar com o Presidente de honra, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Considero um passo positivo, considero importante aquilo que Lula tem mencionado que, se for para ter um encontro, ele quer que seja um encontro sério, que tenha uma pauta de discussão, gostaria que inclusive essa pauta contivesse questões como da própria Vale do Rio Doce, da reforma agrária, do crédito popular, do direito à renda mínima para todos, do emprego e tantos outros aspectos que certamente, se for confirmado o diálogo entre ambos, estarão no cerne da discussão e do encontro. Mas vejo o encontro como algo positivo para o Brasil, para se construir uma nação melhor, mesmo que continuem a existir divergências profundas.

A minha recomendação pessoal – já disse ao Lula e a externo aqui publicamente – é a de que o encontro deve-se dar nas condições que ambos acertarem previamente. Avalio que o Presidente Fernando Henrique pode perfeitamente telefonar para a residência do Lula. Sua Excelência, que telefona com freqüência para tantos políticos deste País, pode também telefonar diretamente para o Lula. Ambos já conviveram em muitas ocasiões, até mesmo como companheiros de batalha. Em 1978, Lula foi um dos que mais o apoiaram, quando, pela primeira vez, Sua Excelência candidatou-se ao Senado pelo então MDB. O Presidente Fernando Henrique pode, de forma direta, ligar para o Lula e combinar a sua pauta. Essa é a recomendação que faço ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Fazendo soar a campanha) – Consulto o Plenário sobre a prorrogação da sessão por cinco minutos, para que o orador conclua a sua oração. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, está prorrogada a sessão por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLEY – Sr. Presidente, apenas quero dar uma palavra final. Vejo que o Prefeito Paulo Maluf resolve lançar uma terceira nota oficial com respeito à minha pessoa, em razão das revelações feitas por Manoel Moreira Neto, na segunda-feira última, sobre os temas da CPI dos Precatórios Judiciais.

Naquela oportunidade, estavam presentes – torno a dizer – os Senadores Vilson Kleinübing, Romeu Tuma e os Delegados Paulo Lacerda e Elmo Saraiva Garcia.

Ainda ontem, conversei com o Delegado Elmo Saraiva Garcia e pedi-lhe que recordasse do diálogo havido na segunda-feira. Ele disse-me que se recordava perfeitamente do momento em que Manoel Moreira Neto, perguntado a respeito de quem teria criado o esquema dos precatórios, se teria sido Wagner Baptista Ramos, que era o operador da dívida, respondeu que não, que era o chefe do chefe. Todos ali entendemos muito bem que, à época, o chefe de Wagner Baptista Ramos era Celso Pitta, Secretário de Finanças, e que o chefe de Celso Pitta era Paulo Salim Maluf.

Dessa maneira, o mais apropriado para quem está, nesses últimos meses, a assistir corridas de camelos nos Emirados Árabes ou corridas em Mônaco, seria, com coragem, ter a disposição de vir à Comissão Parlamentar de Inquérito. Deveria o Sr. Paulo Maluf seguir o exemplo do seu sucessor, o Prefeito Celso Pitta, que teve a iniciativa de encaminhar uma carta à CPI, dizendo que gostaria de aqui prestar depoimento, antes mesmo de ser convocado para tal fim.

O Sr. Paulo Maluf será convidado, logo que esteja pronto o pré-relatório do Relator Roberto Requião, a prestar esclarecimentos à CPI. Espero que S. Ex^a tenha a coragem de fazê-lo.

O seu porta-voz Adilson Laranjeira, que fez uma nota em termos tão agressivos com respeito à minha pessoa, não se lembra de que trabalhou comigo na **Folha de S. Paulo**, embora o saiba muito bem, pois fomos colegas e ele sempre tratou-me com muito respeito e cortesia.

Esta nota do Sr. Paulo Maluf também desconsidera a própria maneira como tratou-me quando, há pouco mais de um ano, recebeu-me em audiência em seu gabinete, para tratar do Projeto de Garantia de Renda Mínima. Tinha S. Ex^a vetado o projeto do Vereador Arcelino Tato, e tanto reconheceu como positiva a idéia que formulou um projeto alternativo, ainda que mais modesto, que, por enquanto, o seu sucessor não implementou.

Mas, o Prefeito Paulo Maluf deveria estar com mais coragem – não quero desencorajá-lo. Pode S. Ex^a vir à CPI e não precisará estar tremendo, porque tendo a certeza que o tratarei com civilidade e respeito, assim como os seus companheiros, a começar pelo seu presidente do partido, Senador Esperidião Amin e pelo seu Líder Epitácio Cafeteira. Sempre S. Ex^{as} souberam tratar-me com muita cortesia e respeito, a ponto de, hoje, termos uma convivência construtiva para o bem do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O Senador Ernandes Amorim enviou à Mesa requerimento cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 235, Inciso III, alínea a, item IV do Regimento Interno, deve ter início na hora do Expediente.

A proposição será anunciada na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Os Srs. Senadores Ernandes Amorim, Regina Assumpção, Artur da Távola, José Ignácio Ferreira e Romeu Tuma enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho denunciado, nesta Casa, o estado de corrupção instalado em Rondônia.

Desenfreada, desavexada, inescrupulosa, a ação do Sr. Valdir Raupp é uma vergonha para Rondônia e para o Brasil.

Logo ele que na campanha dizia ter consciência de que "era pecado roubar".

Denunciei e provei dois casos de assalto aos cofres públicos, quais sejam o desvio de R\$ 1.485.000,00, a pretexto de aumento irregular do capital social da CERON, que foram sacados diretamente na "boca" do caixa do BERON e, segundo as "boas" línguas entregue a pessoa tida como influente empresário de Rondônia, a pretexto do que não se sabe.

De outra feita fraudou-se um contrato de publicidade, para campanhas que, se fossem feitas e não foram, seriam do interesse da sociedade e se desviou mais R\$ 900.000,00 aproximadamente.

A empresa "laranja" contratada recebeu o dinheiro e entregou a proeminente autoridade do governo, segundo se sabe, beneficiando-se com R\$ 50.000,00 pelos "bons serviços prestados" ao Governo Valdir Raupp.

Enquanto isto ocorre, os salários dos funcionários estão atrasados.

Servidores e suas famílias estão passando fome.

Ontem começou o pagamento do mês de março.

Se se examinar o perfil da receita do Estado vamos verificar que não há nenhum motivo para que se atrase o pagamento dos servidores do Esta-

do de Rondônia, senão a irresponsabilidade, o desmando e a corrupção do Governo que a população de Rondônia teve a má idéia de eleger, para o mal de todos.

Ainda assim existem parlamentares do Estado negociando, de modo inadmissível, votos para beneficiar o mar de lama que é o Governo de Rondônia.

Neste mesmo contexto a Assembléia Legislativa, pela maioria dos seus Deputados, é comprometida, corrupta e corrompida, na medida em que é omissa e conivente com todos os desmandos do Governo Valdir Raupp.

Sequer apura a denúncia formulada pelo Tribunal de Contas do Estado, de que o Sr. Valdir Raupp houvera cometido crime de responsabilidade no caso do aumento de capital da Ceron.

O que ocorre enlameia, envergonha e enoja a todos os cidadãos de bem de Rondônia, os quais, felizmente, são a grande maioria.

É esta a comunicação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRª REGINA ASSUMPÇÃO (PTB-MG) – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, por ocasião do Dia das Mães, no próximo domingo, gostaria de deixar registrada nesta Casa, por este breve pronunciamento, a lembrança da data e a conexão que ela deve necessariamente ter com as mulheres, as mães em especial e a atividade política. Quero deixar claro que, na minha visão e na minha prática, o exercício da política está destinado à busca do bem comum, a busca pelos meios pacíficos do diálogo e da negociação, do entendimento entre os homens.

A política deve ser encarada como uma alternativa, ainda que falha, à violência, às guerras, às ditaduras. A política exercida em seu conceito mais nobre é irmã gêmea da liberdade e mãe da paz entre as pessoas, grupos e nações.

Entendo que neste Dia das Mães, a principal questão a ser tratada nesta Casa é a questão da moralidade. Pois não se busca a moralidade pública sem que se tenha como base a moral pessoal. Não se busca moralizar a administração pública e imprimir cunho moral à atividade política sem fortes e bem definidos padrões morais de ordem pessoal.

Aí destaca-se a figura fundamental da mãe. Comparando-se o papel da mãe, enquanto educadora e formadora da personalidade, com esse

mesmo papel exercido pela escola e pela sociedade, não resta a menor dúvida que é a formação familiar o principal cadinho do caráter dos homens e mulheres adultos. E a atividade política deve ser privativa daqueles que apresentem requisitos básicos de caráter. Traços forjados na família e, de forma mais intensa e duradoura, pela mãe.

Pela mãe, mulher provedora. Em primeiro lugar, da própria vida. Depois, do calor, do alimento, do carinho, da orientação, do acompanhamento escolar e do comportamento de vida. É a primeira referência do certo e do errado, do bom e do belo. É a primeira mestra do conviver e do dividir, do dar e do receber, revestidos de caridade e dignidade.

É a mãe paradoxo. Aquela que ensina e conduz os filhos, orienta-os ao vôo mas não quer ver a partida. É a mãe que põe os filhos na estrada, desperta os sonhos e ideais, mas impõe limites.

Alguns fatos recentes, do Brasil e do mundo, se prestam a graves reflexões sobre o papel das mães no mundo moderno, das mães que estão criando a humanidade do Terceiro Milênio, a juventude, homens e mulheres do Século XXI.

São mulheres que estão vendo suas próprias vidas, rotinas e valores profundamente alterados. Já não são, como foram no passado, a primeira e principal fonte de informação para os filhos, hoje prostrados frente à televisão, à Internet, expostos praticamente sem qualquer censura ou orientação, a todo tipo de comunicação.

Uma comunicação que, se de princípio buscava uma linguagem amoral com finalidade exclusivamente consumista, atinge hoje as raias da imoralidade e da inversão de princípios. Vemos a glamorização e valorização da violência, a sexualização precoce das crianças, a preponderância do TER sobre o SER. Da televisão, se espraiando pelas nossas ruas, pelos clubes e escolas, valoriza-se o falso, a valorização da pessoa pela sua capacidade de consumir e não na probidade do ser e do construir.

A grande maioria das mulheres de hoje também não está permanentemente em casa, ao lado dos filhos. Muitas delas, em busca de sua realização pessoal e profissional, contribuindo em todas as áreas do labor humano, da ciência aos esportes, dos tribunais às artes. Estão, também, cada vez mais forçadas a buscar no trabalho externo o reforço do orçamento doméstico. Isto quando não são a única fonte de sustento

da família, situação cada vez mais comum. Com isso, perde-se muito do contato entre mães e filhos. Uma perda que pode ser compensada pela qualidade desse contato, mas que, sem dúvida, tem reflexos sobre a educação e formação moral dos jovens.

Entendo que o grande desafio da mãe de hoje é, em tempo menor e com excesso de interferência externa, conseguir dar aos seus filhos os princípios básicos dos valores humanos. É fazer com que os filhos vejam em cada ser humano um irmão, merecedor de respeito, revestido de dignidade a ser respeitada.

Se assim não for, teremos multiplicados os crimes hediondos, como o que recentemente vitimou, em Brasília, o índio Galdino de Jesus. Uma tragédia que vem se repetindo silenciosamente em todas as capitais, dia a dia. São jovens sem valores, sem perspectivas de crescimento moral, incendiando mendigos. São jovens que, por pura distração, espancam outras vítimas da sociedade, como prostitutas e travestis.

Por que? Por que, meu Deus, tamanha violência?

Uma violência sem propósitos, em total falta de respeito pelo ser humano. Parece demonstrar a falta de esperança dos jovens quanto ao futuro.

Que tipo de futuro estamos nós construindo para esses jovens se esse futuro lhes causa tantos medos, tantas incertezas que, muitas vezes os levam a buscar a fuga nas drogas e mais violência?

Aparentemente, numa ocasião comemorativa como essa, de exaltação ao sublime papel das mães, não seria o momento ideal para se tratar desse lado cruel e criminoso de nossa sociedade. Mas é que sinto entre homens e mulheres, com mais força no coração das mães, uma enorme angústia com o futuro de seus filhos.

Na realidade, as mães estão preocupadas com o futuro do mundo, um mundo que começa no quarteirão de sua casa, no seu bairro, na sua cidade. E tenho visto crescer nas mães a disposição de lutar para mudar essa realidade, para impedir que as piores profecias se concretizem.

Essa preocupação e essa angústia estão levando as mães a terem mais preocupação com os destinos do país. E, tenho certeza, essa vontade de concertar o mundo para que seus filhos vivam melhor acabará por impulsionar a mulher, cada vez mais, para o mundo da política.

Que me perdoem os políticos do sexo masculino, mas a concorrência certamente vai aumentar. Tenho a convicção de que a proporção de mulheres nos parlamentos, nas prefeituras, nos governos e nos ministérios vai aumentar.

Acho justo e promissor que isso ocorra. Acredito que isso pode ajudar a melhorar nossas comunidades e nosso país, pois a mulher, a mãe, acima de seus interesses eleitorais ou dos grupos que representa, terá presente, sempre, a preocupação com o mundo que deixará aos filhos. Por isso, ninguém mais do que a mãe lutará pelo futuro.

Essa luta que começa no ventre, sem dúvida deve se estender do berço às ruas. Quando se quer alterar a realidade, por mais importante que sejam os cuidados redobrados para educação dos próprios filhos, não é o suficiente. É preciso também contribuir para a educação dos filhos de nossas irmãs e, lamentavelmente, dos filhos das ruas.

Não haverá tranquilidade para os nossos filhos enquanto continuar crescendo o contingente de meninos e jovens de rua, os moradores das calçadas e dos viadutos; crianças para quem o amanhã é só a comida de hoje, ameaçadas todos os dias pelos perigos da selva de pedra de nossas cidades.

De minha parte, enquanto Senadora, tenho dedicado especial atenção à questão do menor. Tenho já duas propostas com vistas a melhorar a situação dos menores carentes, abandonados ou delinquentes.

A primeira delas, autoriza o trabalho em período integral por parte do menor infrator. A legislação atual proíbe que essas crianças e adolescentes trabalhem e os obriga a frequentar a escola comum. Ora, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, como pessoas experientes, sabemos que um jovem que passou a maior parte de sua vida nas ruas, sobrevivendo de pequenos ou graves delitos, não consegue se adaptar com facilidade a um convívio que consideramos de padrões normais.

Creio que a única alternativa para esse tipo de jovem, desde que não se adapte à escola comum, é o trabalho, sempre sob supervisão de uma instituição especializada. A forma desse menor infrator se reintegrar à sociedade e de recontrar sua dignidade, é o trabalho e sua remuneração. Com o tempo, esse menor poderá voltar aos estudos. Espero que o Congresso Nacional em breve aprove esta minha proposta.

Outra proposta minha, nesta mesma linha, tem caráter preventivo e repressivo. Trata-se de

um projeto que transforma em hedionda a utilização de menores para o crime ou se beneficiar da atividade criminal de jovens inimputáveis. Como os menores não podem ser responsabilizados criminalmente, estão sendo utilizados por adultos que formam verdadeiras quadrilhas, escolas do crime ao ar livre. Se aprovada esta proposta, serão agravadas as penas daqueles que explorarem os menores e ainda perderão privilégios como sursis ou livramento condicional.

O amadurecimento precoce dos nossos meninos e meninas também me traz a preocupação de estudar a possibilidade de redução da idade para imputação criminal. Mas ainda há muitas dúvidas sobre a conveniência de se levar jovens de 16, 17 anos, a julgamento e penas comuns. É uma questão delicada, para a qual não deve haver precipitação.

Pretendo explorar todas as minhas possibilidades, enquanto representante de Minas Gerais no Congresso Nacional, no sentido de estudar e apresentar propostas que venham a atender às necessidades dos jovens e também das mulheres.

Mas esse trabalho não se esgota na elaboração de leis. Mais importante que elas é a atuação da sociedade organizada. Seja em clubes de serviços, clubes de mães, associações beneficentes e educativas, da Maçonaria.

Nesta ocasião comemorativa, tão especial, gostaria de me limitar a assuntos agradáveis, simpáticos. Sei, no entanto, que nos corações e mentes de cada mãe, assim como de todos os pais e filhos que as homenageiam, está presente esta preocupação com o futuro de nossos filhos e com o dos filhos das ruas.

Deixo aqui, assim, minha homenagem maior a todas as senhoras mães: a certeza, a convicção e a esperança de que é delas, pela capacidade de amar, pelo dom de doar-se, a responsabilidade de transformar este em um mundo melhor, para todos os filhos.

Obrigada

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há temas que não podem ficar alheios ao conhecimento e à prática dos partidos ao lado, é claro, das chamadas necessidades concretas de modernização e reformas. Estes temas estão entre alguns dos principais impasses existentes da contemporaneidade como, entre outros:

O problema do primado do homem sobre os fatores materiais da sociedade;

Do espírito sobre a exacerbação materialista decorrente do processo de desenvolvimento industrial, que, por sua vez, domina os conteúdos da comunicação de massas;

De arte e do pensamento sobre a técnica numa fase da existência em que a técnica se apropria da arte e do pensamento existentes, deixando pouco espaço para a expansão individual de arte e pensamento;

Do conflito entre questões concretas como, por exemplo, uma tendência irreversível da mundialização econômica que não signifique, apenas por isso, adesão ao imperialismo econômico e sim o seu oposto;

A existência de um processo de competição necessário mas que não se transforme no esmagamento dos fracos e das minorias e sim na forma de promover o pluralismo cultural, comportamental e econômico, vale dizer em formas novas de solidariedade;

Busca de dimensão transcendente da vida que não esbarre em imposições ditatoriais das sociedades materiais e pragmáticas por um lado e nas prisões dogmáticas existentes no território de algumas religiões, vale dizer: nas guerras religiosas.

A grande dificuldade de os partidos políticos enfrentarem estes temas na América Latina está em que nossos países, nem bem chegaram à modernidade, e já se acham frente a problemas da pós modernidade. Nessa linha de raciocínio defrontam-se ainda os partidos políticos com um novo instituto informal da contemporaneidade: o que já foi chamado de "soberania difusa". Falo mais claro: em pleno apogeu do Estado-Nação, fortalecido no século XX, o fim da guerra fria, a existência crescente de capitais disponíveis, a expansão da tecnologia e das comunicações criam formas novas de compreender a soberania, não mais como algo confinado estritamente dentro dos limites de cada estado, mas algo comum a cada indivíduo: a soberania da liberdade individual operando dentro dos macrosistemas. Assim, cabe à política enfrentar e compreender impactos poderosos como:

Decisões macroeconômicas fora do âmbito de cada país;

Decisões científico-tecnológicas transnacionais;

Processo de comunicação em evolução vertiginosa, globalizante, com a substituição do átomo pelo bit eletrônico a propiciar inusitadas possibilidades para o indivíduo, por cima e além dos limites do Estado-Nação, dentro do qual ele nasceu e formou a maioria dos seus conceitos no século que termina.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PSDB-ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o recente caso da cremação de um pobre índio, ainda em vida, merece algumas reflexões um tanto diferentes. Claro que não se trata de diminuir ou acrescentar nada à hediondez do crime e sim reconhecer que ele se reveste de mais outras implicações e conseqüências.

Ninguém se iluda. Há mais gente envolvida. Não se pense então em co-autores materiais. E as responsabilidades neste aspecto são mais culposas que dolosas. São, em primeiro lugar das famílias. Em segundo, da própria sociedade. Não me refiro em especial aos pais dos envolvidos. O choque do episódio também deve ser terrível para eles. Refiro-me à chamada nova família da era pós-industrial. Ela vive sob a pressão da competitividade, orientada para o êxito, alimentada pela velocidade em alcançá-lo. Agora a concorrência se projeta em escala até mundial neste processo de globalização, maior que todos os anteriores. É competição de salários e lucros para gastá-los. Aumenta a febre consumista. As vitrines hipnotizam de jovens a adultos e velhos de ambos os sexos. E a todas as cores e classes sociais. A questão é ver quem ganha mais para gastar o máximo.

Os filhos e filhas ficam relegados, se não forem um estorvo. Nos países ricos eles são evitados. Poucos os filhos ou mesmo nenhum, o melhor para os casais. E quando vêm as proles, se vêem deixadas nas mãos das empregadas e olhando a televisão, uma espécie de babá eletrônica. Perde-se o contato entre gerações. Perde-se, portanto, a saudável oportunidade de transmissão dos valores de uma a outra. A crise é também da civilização, além da crise da economia. Então, nem o professor nem a polícia, consegue substituir os pais.

O resultado já se pode prever. Os filhos e filhas imaginam estar recriando o mundo, na medida das influências recebidas na rua ou pela televisão e Internet, esta avenida eletrônica. Quanto à religião, nem falar. Ainda a maioria dos pais há muito se encarregou de declará-la superada, anacrônica, arcaica.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, onde buscar os valores da cultura, após tamanha tempestade?

Evidentemente em lugar nenhum.

Daí a vida na rua, que não escolhe as companhias. Todo mundo vai para ela e nela permanece a maior parte do tempo possível. Em meio ao seu tédio, de inúmeras experiências logo esgotadas, ocorrem outras tentações mais fortes. Até o sexo deixa de bastar. De volta ou indo para a farra, jovens de classe média, em busca de novas, mais intensas experiências, divisam um coitado dormindo no chão de uma parada de ônibus. Logo pensam em nada mais nada menos que em queimá-lo vivo. Faltava esta emoção violenta. Passam da palavra ao ato e o resultado se viu: cremam um pobre índio pataxó de nome Galdino dos Santos.

A imprensa explode em reclamações. A polícia consegue descobri-los e prendê-los. Ainda bem que não tinham um habeas corpus preventivo no bolso, como sucede em geral com a maioria dos bandidos, para desalento de policiais mal pagos, sem carreira funcional, muito menos treinamento adequado. Daí cederem às vezes às pressões.

O caminho para superação do problema apresenta-se inevitavelmente complexo, embora não sirva de pretexto para minorar as punições. Pelo contrário, urge acelerar as reformas empreendidas no Código de Processo Penal pelo atual Governo. Não se pode nem se deve mais aceitar a lentidão processual, a ponto de ninguém se lembrar mais do caso quando enfim vem o julgamento. Então a comiseração se estende da vítima esquecida, aos réus transformados em coitados. Daí a tendência a sentenças suaves, ademais encurtadas pela metade por bom comportamento. Em breve os criminosos vão para a rua, para em geral voltarem a delinquir.

Não deixemos a memória esfriar. É preciso mantê-la viva e agirmos, senão os episódios se repetirão. E cada vez mais em pior escala.

Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a oportunidade de comparecer no último dia 06 de maio, juntamente com o Governador de meu Estado, Dr. Mário Covas, o Senhor Ministro interino da Indústria e Comércio, Dr. Paulo Jobim, e o Prefeito de São José dos Campos, Dr. Emanuel Fernandes, à solenidade de inauguração da fábrica de caminhões

GMC, da General Motors do Brasil, na cidade de São José dos Campos, São Paulo.

Quero registrar aqui o acontecimento, Senhoras e Senhores Senadores, movido pela importância que o fato representa para a economia de meu Estado. Ressalte-se que a implantação dessa moderna unidade industrial exigiu investimentos da ordem dos 70 milhões em obras civis, equipamentos de última geração e produtos. Construída numa área de 8.300m², a nova fábrica possui capacidade instalada para 20 mil unidades/ano, assegurando, de imediato, 650 novos empregos na região. Segundo declarações do Dr. André Beer, vice-presidente e diretor executivo da General Motors, o Brasil passa a ter mais um produto de renome mundial. A marca GMC coloca o país no mesmo nível tecnológico de fabricantes internacionais e tradicionais produtores de caminhões como os Estados Unidos e o Japão.

A General Motors do Brasil decidiu investir fortemente no segmento quando criou a Divisão de Caminhões e, desde julho de 1996, passou a importar veículos com tecnologia japonesa e norte-americana. Estes caminhões estão sendo nacionalizados em tempo recorde.

Construída nos mais altos padrões tecnológicos mundiais, esta nova fábrica vem ao encontro do objetivo brasileiro de integração de nosso País, em condições de igualdade, aos mais importantes mercados internacionais. Com alta produtividade, robôs e computadores nos comandos das operações, a unidade de produção da GM do Brasil de São José dos Campos trará para o Brasil veículos com padrões de qualidade e preservação ambiental já adequados às normas de emissão de poluentes do ano 2000.

Cumpra destacar que a fábrica de caminhões GMC reforça o conceito de credibilidade que nosso País vem conquistando junto ao investidor estrangeiro, fator de suma importância neste momento em que a globalização dos mercados deixa de ser uma hipótese, para se firmar definitivamente como realidade.

O potencial do mercado brasileiro de caminhões é tido pelo Dr. Mark Hogan, ex-presidente da GM do Brasil e atual presidente de Operações da Divisão de Carros Pequenos nos Estados Unidos, como um dos mais importantes do mundo. O Mercosul também reforça essa posição e para a General Motors do Brasil, esses motivos, aliados ao conceito do nosso mercado como de grande vitalidade e diversificação, demandaram a implantação da nova fábrica. Hoje, a marca GMC, de reno-

me mundial, é também produto brasileiro. A nova fábrica contará com tecnologia de ponta própria e com parceiros, como a GM norte-americana.

É digno de registro que o trabalho de Mark Hogan no Brasil não se restringiu ao de um executivo em ascensão profissional. Mais que isso, voltou-se para a cultura brasileira, identificando-se com nossos costumes e com as complexidades de nossa vida social. Credite-se ainda a Mark Hogan o recorde histórico de exportação da GM do Brasil que atingiu a cifra de 740 milhões de dólares em 1996. Esse norte-americano, de coração brasileiro, sempre emprestou empenho pessoal e dedicação exclusiva a qualquer projeto ao seu cargo.

Em data recente, a General Motors do Brasil passou a ser presidida pelo norte-americano Frederick A. Henderson, de 38 anos, em substituição a Mark Hogan, que assumiu a presidência da Divisão de Carros Pequenos nos Estados Unidos, também de importância estratégica para a GM Corporation.

Homem de finanças, o novo presidente da GM do Brasil possui uma filosofia de administração objetiva e intimamente comprometida com resultados. Até sua vinda ao Brasil, Henderson presidia a Delphi Saginaw Steering System, divisão da General Motors Corporation, desde maio de 1996. Antes disso, comandava as operações da Delphi Automotive Systems desde 1994.

Há 72 anos no Brasil, a GM tem investido também na educação e formação de profissionais e executivos brasileiros que hoje atuam em diversos países. Atualmente cerca de 50 desses brasileiros e suas novas famílias residem no exterior, desenvolvendo projetos, gerenciando novos programas ou em treinamento de altos executivos.

Era o que tinha a dizer.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de terça-feira, dia 13 do corrente, as seguintes matérias:

- Projetos de Lei da Câmara nºs 204, de 1993; 44, de 1195; e 88, de 1996
- Parecer nº 165, de 1997; e
- Requerimento nº 292, de 1997

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h38min.)

(OS 97/12565)

ATA DA 53ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 6 DE MAIO DE 1997

(Publicada no DSF, de 7 de maio de 1997)

RETIFICAÇÕES

No sumário da ata, à página nº 09065, 2ª coluna, exclua-se, por haver sido publicado indevidamente, o seguinte item:

3 - AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 6.5.97

À página nº 09120, 1ª coluna, na fala da Presidência, relativamente à votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 1997, que aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 1996, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e justificativas pertinentes,

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Aprovado, com o voto de abstenção dos mesmos que se abstiveram na vez anterior.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Aprovado, com o voto de abstenção dos mesmos que se abstiveram na vez anterior.
O Projeto vai à Comissão Diretora para redação final.

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

08/05/97

Quinta-feira

11:00 - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, Deputado Nicodemus Correia Falcão

11:30 - Missão Parlamentar da Ucrânia

15:30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

EMENDAS

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.507-19, DE 30 DE ABRIL DE 1997, QUE "DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE FORTALECIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	001
DEPUTADO LIMA NETO	011
DEPUTADA SANDRA STARLING	002, 005, 010, 012, 013, 014, 015, 016, 017
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA	003, 004, 006, 007, 008, 009

TOTAL DE EMENDAS: 17

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.511-10, DE 30 DE ABRIL DE 1997 QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 44 DA LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, E DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO INCREMENTO DA CONVERSÃO DE ÁREAS FLORESTAIS EM ÁREAS AGRÍCOLAS NA REGIÃO NORTE E NA PARTE NORTE DA REGIÃO CENTRO-OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS EMENDAS NºS.

Deputado CONFÚCIO MOURA 001, 002.
Deputado VALDIR COLATTO 003.

TOTAL 03 EMENDAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.523-7, DE 30 DE ABRIL DE 1997 QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nºs. 8.212 E 8.213, AMBAS DE 24 DE JULHO DE 1991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ADEMIR LUCAS	017.
DEPUTADO ADHEMAR DE B. FILHO	032.
DEPUTADO ADROALDO STRECK	121.
DEPUTADO ALDIR CABRAL	120.
DEPUTADO ARLINDO VARGAS	076,077,078.
DEPUTADO ARMANDO COSTA	023.
DEPUTADO ARNALDO FÁRIA DE SA	079,090,106,108,129,130, 131,132,133.
DEPUTADO AROLDO CEDRAZ	034.
DEPUTADO ARY KARA	047.
DEPUTADO AUGUSTO NARDES	059.
DEPUTADO AUGUSTO VIVEIROS	056.
DEPUTADO AYRES DA CUNHA	040.
SENADOR BELLO PARGA	012.
DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS	002,112,119,136.
SENADOR BERNARDO CABRAL	004.
DEPUTADO CARLOS MELLES	089,093,128.
DEPUTADO CARLOS NELSON BUENO	095,096,097,107.
DEPUTADO COLBERT MARTINS	060.
DEPUTADO CORAUCI SOBRINHO	046.
DEPUTADO CORIOLANO SALES	045.
DEPUTADO DANILO DE CASTRO	018.
DEPUTADO DEJANDIR DALPASQUALE	042.
DEPUTADO DÉRCIO KNOP	008.
DEPUTADO DILSO SPERÁFICO	072.
DEPUTADO DUILIO PIŞANESCHI	049.
SENADORA EMÍLIA FERNANDES	031,098,123.
DEPUTADO EUJACIO SIMÕES	038.
DEPUTADO EURICO MIRANDA	029.
DEPUTADO EURIPEDES MIRANDA	037.
DEPUTADO EXPEDITO JUNIOR	054.
DEPUTADO FERNANDO DINIZ	064.
DEPUTADO FEU ROSA	067.
DEPUTADO FLÁVIO ARNS	075.
DEPUTADO FLÁVIO DERZI	070.
DEPUTADO GERSON PERES	007.
DEPUTADO GILVAN FREIRE	039.
SENADOR GUILHERME PALMEIRA	013.
DEPUTADO HERCULANO ANGHINETTI	019.
DEPUTADO HUGO BIEHL	015,016,084.
DEPUTADO JOÃO NATAL	109.
DEPUTADO JOFRAN FREJAT	001.
DEPUTADO JOSÉ ALDEMIR	005.
DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO	055.
DEPUTADO JOSÉ LUIZ CLEROT	053.
DEPUTADO JOSÉ S. DE VASCONCELOS	022.
DEPUTADA LÍDIA QUINAN	062.
DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO	014.
DEPUTADO LUIZ BRAGA	065.
DEPUTADO MANOEL CASTRO	071.
DEPUTADO MARCELO BARBIERI	092.
DEPUTADO MARCIO R. MOREIRA	021.
DEPUTADO MARCONI PERILLO	006.

CONGRESSISTAS		EMENDAS NºS
DEPUTADA	MARIA ELVIRA	024.
DEPUTADO	MÁRIO NEGROMONTE	058.
DEPUTADO	MARQUINHO CHEDID	105.
DEPUTADO	MAURICIO NAJAR	043.
DEPUTADA	NAIR XAVIER LOBO	066.
DEPUTADO	NELSON MARQUEZELLI	009,048,115.
DEPUTADO	NELSON MEURER	074.
DEPUTADO	NEUTO DE CONTO	011.
DEPUTADO	NEY SUASSUNA	003.
DEPUTADO	NILSON GIBSON	033,110,111,116,117,124, 125,126,134.
DEPUTADO	NOEL DE OLIVEIRA	099,114.
SENADOR	OSMAR DIAS	091.
DEPUTADO	OSMAR LEITAO	113,118.
DEPUTADO	PAES LANDIM	051.
DEPUTADO	PAULO LIMA	027.
DEPUTADO	PEDRO HENRY	030.
DEPUTADO	PEDRO IRUJO	069.
SENADOR	PEDRO SIMON	028.
DEPUTADO	PRISCO VIANA	057.
DEPUTADO	RICARDO BARROS	061.
DEPUTADO	RICARDO HERÁCLIO	100,101,102,103,104,135.
DEPUTADO	RICARDO IZAR	035.
DEPUTADA	RITA CAMATA	094.
DEPUTADO	ROBERTO PAULINO	036.
DEPUTADO	ROBERTO VALADÃO	088.
DEPUTADO	SANDRO MABEL	068.
DEPUTADO	SARAIVA FELIPE	020.
DEPUTADO	SÉRGIO MIRANDA	080,081,082,083,127.
DEPUTADA	TETÊ BEZERRA	052.
DEPUTADO	TUGA ANGERAMI	050.
DEPUTADO	USHITARO KAMIA	044.
DEPUTADO	VALDIR COLATTO	025,026,085,086,087,122.
SENADOR	VALMIR CAMPELO	010.
DEPUTADO	WELINGTON FAGUNDES	041.
DEPUTADO	WERNER WANDERER	073.
DEPUTADO	WOLNEY QUEIROZ	063.

TOTAL DE EMENDAS 136

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.524-7, ADOTADA EM 30 DE ABRIL DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 2 DE MAIO DO MESMO ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CARGOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS		EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO	CHICO VIGILANTE	001.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.565-4, DE 30 DE ABRIL DE 1997, QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO QUE REGE O SALÁRIO-EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS		EMENDAS NºS
Senadora	EMILIA FERNANDES	026.
Deputado	GERSON PERES	018.
Deputado	JOSÉ CARLOS VIEIRA	003 007 011 021.
Deputado	JÚLIO REDECKER	016.
Deputado	MAURÍCIO REQUIÃO	024.
Deputado	OSMÂNIO PEREIRA	002 006 010 020.
Deputado	PAULO LIMA	004 008 012 022.
Deputado	ROBERTO JEFFERSON	013 014 015 017.
Deputada	SANDRA STARLING	023.

Deputado SEVERIANO ALVES	001 005 009 019.
Senador WALDECK ORNELAS	025 027.

TOTAL DE EMENDAS: 027

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.571-1, adotada em 30 de abril de 1997 e publicada no dia 2 de maio do mesmo ano, que "dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e pelas entidades e hospitais integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS, ou com este contratados ou conveniados, introduz alterações na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências".

CONGRESSISTAS		EMENDAS NºS
Deputado	AUGUSTO NARDES	010.
Deputado	CARLOS MELLES	013.
Deputado	GEDDEL VIEIRA LIMA	018.
Deputado	ELISEU PADILHA	001.
Deputado	FERNANDO FERRO	002, 003, 004, 005.
Deputado	JAIME MARTINS	012.
Deputado	JOSÉ CARLOS VIEIRA	006, 007, 017.
Deputado	JÚLIO REDECKER	015.
Deputado	MUSSA DEMES	009.
Deputado	NELSON MARCHEZAN	008, 014.
Deputado	PAULO RITZEL	011, 016.

TOTAL DE EMENDAS: 018

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.572, DE 29 DE ABRIL DE 1997, QUE "DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO".

CONGRESSISTA		EMENDAS NºS
Deputado	PAULO PAIM	001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008.

TOTAL DE EMENDAS: 008

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

ATOS DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.299, DE 1997

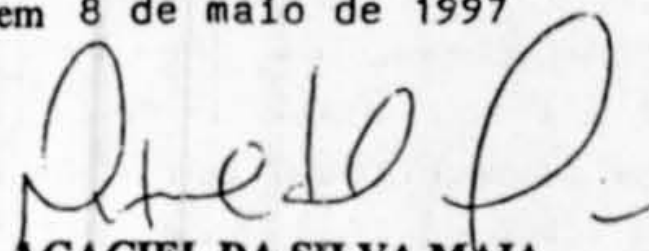
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 10 do Ato do Presidente nº 252, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.010/93-3,

RESOLVE:

Homologar, para fins do disposto no artigo 20 da Lei n.º 8.112, de 1990, a avaliação de desempenho dos seguintes servidores em Estágio Probatório:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MATRÍCULA	MÉDIA FINAL
CARLOS ROBERTO DOS SANTOS MOURA	05.230	188
LUCIA HELENA CHIARINI MEDEIROS	05.231	188
////////////////////////////////////	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////

Senado Federal, em 8 de maio de 1997


AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral do Senado Federal

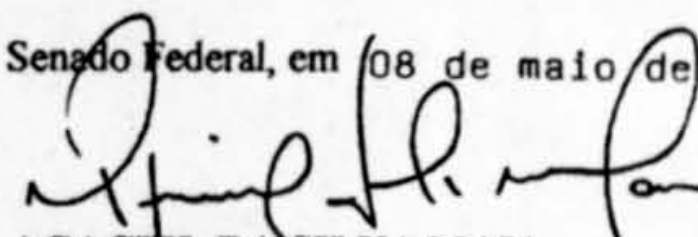
**ATO DO DIRETOR-GERAL
 Nº 1.300, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007.070/97-7.

RESOLVE aposentar, voluntariamente, **JULIANO LAURO DA ESCOSSIA NOGUEIRA**, Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "a", e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas no artigo 34, § 2º, da Resolução SF nº 42, de 1993, nos artigos 1º, 3º e 12 da Resolução SF nº 74, de 1994. e Ato do Diretor-Geral nº 148/94, com

a transformação determinada pela Medida Provisória nº 1.480-29/97, publicada em 15.04.97, com proventos integrais, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 08 de maio de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

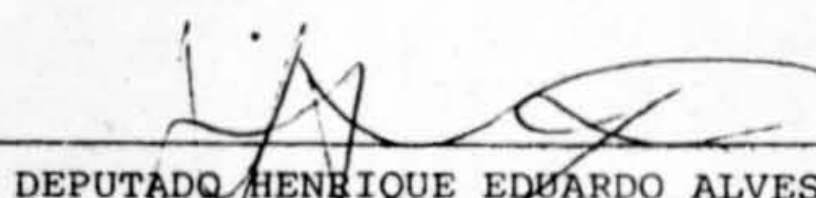


GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

(*) EDITAL

A Presidência do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca a Comissão Deliberativa para reunir-se no dia 15 (quinze) 5a. feira, do mês de maio de 1997, às 14h00, em sua sede no 2º andar do Anexo I do Senado Federal, para tratar de assuntos de sua competência.

Brasília, 21 de março de 1997.


 DEPUTADO HENRIQUE EDUARDO ALVES
 - Presidente -

(*) Republicado, por incorreções no anterior.

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Coutinho Jorge

**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
VAGO		7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3213/15	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/92
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE- 2201/02	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada em: 08/04/97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	

PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	

PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67.

PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3234/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20

PMDB

IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
------------------	------------	------------------	--------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	

PMDB

JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57

PTB

EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
------------------	------------	--------------------	------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

PMDB

ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
VAGO			

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			

PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
--------------------	------------	-------------------	------------

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
----------------	--------------

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO

TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254

FAX: 311-1060

Atualizada em: 17/04/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO *1		7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2031/37	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA PT	SE-2391/2397	1-ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE-2201/07
VAGO *1		2-EDUARDO SUPLYCY PT	SP-3212/15
VAGO *1		3-LAURO CAMPOS PT	DF-2341/47
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES**SUPLENTEs****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	

PMDB

JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
------------------	------------	--------------------	--------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 03/04/97.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designação em 25-04-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES			DEPUTADOS		
Titulares .		Suplentes	Titulares		Suplentes
	PMDB			Bloco Parlamentar PFL/PTB	
José Fogaça		Marluce Pinto (1)	Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Casildo Maldaner		Roberto Requião	Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PFL			PMDB	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda	Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Romero Jucá		Júlio Campos	Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB			PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo	Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB			PPB	
Esperidião Amin			Fetter Júnior(3,4)		João Pizzolatti
	PTB			PP	
Emília Fernandes			Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PP			PT	
Osmar Dias(2)			Miguel Rossetto		Luiz Mainardi
	PT				
		Benedita da Silva			
		Eduardo Suplicy			
		Lauro Campos			

- 1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95
 2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
 3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
 4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS